

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
MÉRCIA MARIA CRUZ STEFANELLI

**LUGAR DE HOSPITALIDADE NA CIDADE: ACOLHIMENTO AOS I-MIGRANTES
NA MISSÃO PAZ – SÃO PAULO/SP (2004-2014)**

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

MÉRCIA MARIA CRUZ STEFANELLI

**LUGAR DE HOSPITALIDADE NA CIDADE: ACOLHIMENTO AOS I-MIGRANTES
NA MISSÃO PAZ – SÃO PAULO/SP (2004-2014)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração: Dimensões e Contextos da Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Sênia Regina Bastos.

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

MÉRCIA MARIA CRUZ STEFANELLI

**LUGAR DE HOSPITALIDADE NA CIDADE: ACOLHIMENTO AOS I-MIGRANTES
NA MISSÃO PAZ – SÃO PAULO/SP (2004-2014)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora, como exigência para obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração: Dimensões e Contextos da Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Sênia Regina Bastos.

Aprovada em 25 de Agosto de 2015.

Profa. Dra. Sênia Regina Bastos
Presidente

Profa. Dra. Isabel Baptista
Membro Titular

Profa. Dra. Maria do Rosário Rolfsen Salles
Membro Titular

São Paulo
2015

Ao meu marido, Agostinho, e aos meus
filhos, Juliana e Victor; sem eles, nada
valeria a pena!

AGRADECIMENTOS

Hoje, depois de dois árduos anos de estudo, concluo esse trabalho que me enche de orgulho.

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida.

À minha mãe, Palmira (*in memoriam*), que partiu cedo, deixando um vazio e uma dor jamais superada. Foi ela, uma das pessoas mais bondosas e generosas com quem tive o prazer de conviver, que na sua simplicidade me apresentou através da prática as virtudes da hospitalidade e da dádiva, que mais tarde norteariam meus estudos.

Ao meu pai, Jesuíno, que me ensinou por intermédio do exemplo o amor pelos livros e um dos principais valores que trago: a honra.

Agradeço de forma especial ao meu marido, Agostinho, o grande entusiasta da minha vida, companheiro de 31 anos, meu sustentáculo e meu grande amor!

Aos meus filhos, Juliana e Victor, que me mostraram o sentido do amor incondicional; através deles e por eles me impulsiono a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos: Liliam, Denise, José Luiz, Eliana, Regina e Vera, pois cada um deles, de alguma forma, ajudou a construir a pessoa que me tornei.

À minha orientadora, Sênia Bastos, que generosamente compartilhou comigo seu conhecimento e dispensou a mim longas horas, minimizando meus anseios e minhas dúvidas. Confesso que exigiu de mim muito além do que eu me sentia capaz de fazer, e esse foi o diferencial para o enriquecimento desse trabalho.

À revisora desse trabalho, Sâmia Rios, que me atendeu prontamente durante esse percurso, revisando, além da minha dissertação, meus artigos e resumos, sempre compreendendo que o tempo corria contra mim.

A Márcia Lourdes Araújo, assistente social da Casa do Migrante, que foi a primeira a me abrir as portas da instituição.

Registro aqui meus agradecimentos aos padres Antenor Dalla Vecchia, Paolo Parise, Alejandro Cifuentes e Luis Afonso Vargas, pessoas diferenciadas, permeadas pela dádiva e que sempre me atenderam com bondade.

Agradeço, de forma singela, àqueles que, mesmo sem me conhecer, compartilharam comigo suas histórias e suas dores, permitindo que eu expusesse suas vidas e suas trajetórias em prol do conhecimento.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para a realização de mais um sonho que se concretiza.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

O tema da mobilidade humana tem sido estudado à luz de diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia, a História, entre outras, e também em diferentes contextos nacionais e internacionais, em períodos distintos. Nesse momento, em que um intenso movimento migratório acontece pelos mais diversos motivos, como é o caso dos sírios, dos haitianos e de outras etnias oriundas da África e da América do Sul, é de suma importância compreender o perfil dessas pessoas, quanto a idade, sexo, país de origem e motivo da migração, e como se dá a ultrapassagem das fronteiras geográficas e intangíveis na sociedade de acolhimento. O objetivo deste trabalho é compreender a atuação da Missão Paz (MP) como lugar de hospitalidade na cidade de São Paulo e descrever suas vertentes como a Casa do Migrante, a Igreja Nossa Senhora da Paz, o Centro de Estudos Migratórios e o Centro Pastoral de Mediação do Migrante nas atividades relacionadas a inserção econômica, social e cultural do i-migrante na sociedade de acolhimento. De natureza qualitativa, a metodologia fundamenta-se no estudo bibliográfico, iconográfico e documental, apoiando-se em entrevistas com os acolhidos, funcionários e padres da MP. Como resultado dessa pesquisa, destaca-se que no período de 2004 a 2014 a MP atendeu 65.387 i-migrantes, provenientes, sobretudo, da América do Sul, cujo contingente mais expressivo provém, principalmente da Bolívia. Analisou-se a representação do acolhimento dos padres responsáveis pela MP, por meio da atuação de suas vertentes, cujas atribuições visam promover o acolhimento e colaborar com a adaptação e inserção dos i-migrantes na nova sociedade, quer por meio da provisão de alimentação, ensino do idioma, emissão de documentação, que visam facilitar a inserção no mercado de trabalho, promover sua saúde física, mental e bem estar. Por meio de entrevistas analisou-se a representação dos i-migrantes acolhidos pela MP, resultando na assertiva de que para eles a instituição funcionou como lugar de hospitalidade, atuando de forma positiva na sua adaptação na sociedade de acolhimento.

Palavras chaves: Hospitalidade. Lugar de hospitalidade. Imigração. Refugiado. Missão Paz (SP).

ABSTRACT

The subject of human mobility has been studied in the light of different areas of knowledge, such as Law, Sociology, and History, among others, as well as in different national and international contexts, in distinct periods. At this moment, when an intense migration movement happens for the most diverse reasons, as the case of Syrians, Haitians and other ethnicities originating from Africa and South America, it is of paramount importance to understand the profile of these people, regarding the age, gender, country of origin and reason of migration, and how the crossing of geographical and intangible boundaries in the host society is given. The objective of this study is to describe the role of Missão Paz (MP) as a place of hospitality in the city of São Paulo and to analyze its branches such as Casa do Migrante, Igreja Nossa Senhora da Paz, Centro de Estudos Migratórios and Centro Pastoral de Mediação do Migrante in activities related to economic, social and cultural integration of the im-migrant in the host society. The qualitative research methodology used is based on the bibliographical, iconographic and documentary study, relying on interviews with those who were hosted, with the employees and the priests of MP. This research results showed that from 2004 to 2014 MP assisted 65,387 im-migrants originated mostly from South America, and whose most significant contingent comes principally from Bolivia. The representation of the reception of the priests, who are responsible for MP, was analyzed through the work of its branches whose attributions aim at providing reception and collaborating with the adaptation and integration of the im-migrants in the new society, whether through food provision, language education, issuance of documentation, which aim at facilitating the integration into the labor market, promoting their physical, mental health and wellness. The representation of the im-migrants hosted by MP was analyzed through interviews, resulting in the assertion that for them the institution functioned as a place of hospitality, acting positively in their adaptation in the host society.

Keywords: Hospitality. Place of hospitality. Immigration. Refugee. Missão Paz (MP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição da Missão Paz.	47
Figura 2 - Eixos que compõem o Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM).	49
Figura 3 - Composição do Centro de Estudos Migratórios (CEM).	52
Figura 4 – Serviços oferecidos na Casa do Migrante.	53
Figura 5 – Composição da Igreja Nossa Senhora da Paz.	62

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pátio da Casa do Migrante.	55
Fotografia 2 - Aposento da ala feminina.	57
Fotografia 3 - Bagageiro individual.	58
Fotografia 4 – Igreja Nossa Senhora da Paz, em 1940.	61
Fotografias 5 e 6 – Projeto e Edificação da Igreja Nossa Senhora da Paz.	61
Fotografia 7 – <i>Via Sacra</i> , de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	64
Fotografia 8 – <i>Jesus</i> crucificado, de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz. ...	64
Fotografia 9 – Banco em madeira, de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz. .	65
Fotografia 10 – Altar principal da Igreja Nossa Senhora da Paz.	65
Fotografia 11 – <i>A Ceia de Emaús e O Bom Pastor</i> , de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	66
Fotografia 12 – <i>Santo Antônio</i> , escultura de Galileo Emendabili e afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	67
Fotografia 13 – <i>Jesus pregando</i> , afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	67
Fotografia 14 – <i>Juízo Final</i> , afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	68
Fotografia 15 – Altar de Nossa Senhora das Mercês, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	69
Fotografia 16 – Altar de Nossa Senhora de Caacupê, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	69
Fotografia 17 – Altar de Nossa Senhora de Carmém, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	70
Fotografia 18 – Altar de Nossa Senhora de Copacabana e Nossa Senhora de <i>Urkupiña</i> , autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.	71
Fotografia 19 – Haitianos dormindo no auditório da MP.	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais destinos da grande migração humana (1815 a 1930).	34
Gráfico 2 – As nacionalidades mais representativas que migraram para a América Latina de 1815 a 1930.	34

Gráfico 3 – População total de refugiados no Brasil – 2010 a 2014.	38
Gráfico 4 – Gênero dos solicitantes de refúgio no Brasil – 2010 a 2013.	38
Gráfico 5 – Totalização das nacionalidades dos refugiados recebidos no Brasil – 2010 a 2013.	39
Gráfico 6 – As dez principais nacionalidades dos refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro durante o período.	40
Gráfico 7 – Reassentamentos – 2002 a 2013.	40
Gráfico 8 – Nacionalidades dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.	74
Gráfico 9 – Atendimentos realizados pela MP – 2004 a 2014.	75
Gráfico 10 – Continente de origem dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.	76
Gráfico 11 – Nacionalidades da América do Sul atendidas pela MP (2004 a 2014).	77
Gráfico 12 – A principal faixa etária (19 a 40 anos) por ano de ingresso (2004 a 2014).	79
Gráfico 13 – Gênero dos i-migrantes atendidos pela casa (2004 a 2014).	80

LISTA DE QUADRO E DE TABELAS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados.	87
Tabela 1 – Nacionalidades que adentraram o Brasil de 1872 a 1972	34
Tabela 2 – Os cinco principais países por continente dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.	76
Tabela 3 – Faixa etária dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CEM – Centro de Estudos Migratórios

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CM – Casa do Migrante

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

CPMM – Centro Pastoral de Mediação do Migrante

IGCR – *Intergovernmental Committee for Refugees*

MP – Missão Paz

OIR – Organização Internacional para Refugiados

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - HOSPITALIDADE E MIGRAÇÃO.....	17
1.1 HOSPITALIDADE	17
1.2 HOMENS EM MOVIMENTO	20
1.2.1 Imigração	21
1.2.2 Refúgio.....	23
1.2.2.1 Dos motivos clássicos do refúgio	28
1.2.3 Apátridas	30
1.2.4 Migração interna	32
1.3 IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL	32
1.3.1 Refugiados no Brasil.....	36
1.3.2 Redes de apoio entre imigrantes	41
1.3.3 A legislação brasileira de imigração	42
CAPÍTULO 2 OS SCALABRINIANOS E A MISSÃO PAZ.....	44
2.1 A CONGREGAÇÃO DOS SCALABRINIANOS.....	44
2.2 MISSÃO PAZ	46
2.2.1 Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM)	48
2.2.2 Centro de Estudos Migratórios (CEM)	51
2.2.3 Casa do Migrante	52
2.2.4 Igreja Nossa Senhora da Paz.....	59
CAPÍTULO 3 OS I-MIGRANTES E A MISSÃO PAZ	73
3.1 O PERFIL DOS I-MIGRANTES	73
3.2 A HOSPITALIDADE E O ACOLHIMENTO NA MISSÃO PAZ	80
3.2.1 Dos que acolhem.....	81
3.2.2 Dos acolhidos.....	85
3.2.2.1 História de vida resumida.....	88
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	93
3.3.1 Do perfil dos acolhidos	93
3.3.2 Da Casa do Migrante	94
3.3.3 Da Missão Paz.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
APÊNDICE A – ENTREVISTAS	110
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	164

INTRODUÇÃO

“Para o migrante, a Pátria é a terra que lhe dá o pão.”
João Batista Scalabrini

No momento atual, em que o mundo se depara com um movimento migratório intenso, gerado pelos mais diversos motivos, há uma mobilização de órgãos, organismos e sociedade civil no Brasil e na comunidade internacional no intuito de compreender o impacto e as consequências decorrentes desse movimento.

Esses estrangeiros vêm de longe, não conhecem os costumes, são diferentes, são estranhos. Nesse contexto se insere a hospitalidade que ocorre entre anfitrião (sociedade de acolhimento) e hóspede (deslocado), fundamentada na dádiva e apoiada no conceito de Mauss (1974), segundo o qual o princípio da ação é a gratuidade sem esperar contrapartida, porém gerando ambiguidade, pois a reciprocidade dessa ação é que reforça o vínculo entre as partes. Perrot (2011) ressalta que esse abandono em benefício do outro gera a retribuição, mas não quita a dívida, gerando nova dívida, e dessa forma perpetua a aliança entre ambos.

Gotman (1997) nota que o movimento que leva o indivíduo para fora do lar gera novas necessidades, e, mesmo que ele não conte com a lei da hospitalidade, deve ser amparado por ela, salientando que essa atitude permissiva é o passo inicial em direção à alteridade. Grinover (2014, p. 55) faz uma abordagem sobre um dos paradigmas da hospitalidade, onde o estrangeiro deve ser tratado como tal, isto é, ter preservada sua identidade, sua originalidade, sua singularidade e suas especificidades.

Para Baptista (2008), os lugares de hospitalidade são lugares de acolhimento não permeados pelas potencialidades materiais, sendo que o mais importante é o sentimento de pertença que esses lugares propiciam ao indivíduo que os adentra.

Os lugares de hospitalidade são lugares de urbanidade, de cortesia cívica, de responsabilidade e de bondade. São lugares nossos que convidam à entrada do outro numa oferta de acolhimento, refúgio, alimento, ajuda ou conforto. (BAPTISTA, 2008, p. 6)

Destaca-se que os homens em movimento, sejam eles refugiados, imigrantes, migrantes internos ou apátridas, no presente estudo são denominados i-migrantes. Quando o i-migrante adentra uma nova cidade ou país, há necessidade de acolhimento e de ajuda na sua adaptação. Nesse sentido, as instituições voltadas a essa causa buscam compreender as leis e os motivos da i-migração, bem como os fluxos migratórios e o perfil dos i-migrantes e, dessa maneira,

colaborar de forma eficaz na recepção, acolhimento, hospedagem, adaptação e integração desses indivíduos no país receptor.

A Missão Paz (MP) é uma instituição Católica Apostólica Romana, situada no bairro do Glicério, na cidade de São Paulo, pertencente à Congregação dos Scalabrinianos, que tem por objetivo atuar na causa dos i-migrantes e minimizar os problemas de adaptação e inserção na nova cidade. Numa reflexão proposta por Godbut (1999, p.28) a circulação de bens e serviços entre estranhos através do voluntariado é uma característica da dádiva moderna e não contém resíduos das sociedades tradicionais. Essa observação engloba trocas regidas pela lei da hospitalidade. Ainda segundo Godbut, (1999, p. 30) há dois critérios da dádiva entre estranhos: o primeiro na beneficência, onde presta-se livremente um serviço sem reciprocidade, através do “querer bem”, do ato livre e gratuito; já o segundo trata de ajuda mútua, da reciprocidade não restritiva, mas aberta e generalizada.

Com capacidade para atender até seis mil pessoas ao mês, a MP conta com assistência jurídica e social, cursos profissionalizantes e de idioma, regularização de documentos, assistência psicológica e de saúde, apoio na inserção no mercado de trabalho, incentivo da identidade cultural e, para aqueles que são católicos, oferece assistência religiosa. Sua edificação ainda conta com a Casa do Migrante (CM) e com a Igreja Nossa Senhora da Paz.

O projeto inicial da CM foi idealizado como creche para filhos de italianos; hoje funciona como local de acolhimento e abrigo para os i-migrantes. A capacidade de acolhimento da CM é de até 110 pessoas, sendo 25 leitos femininos e 85 masculinos, demonstrando assim que há maior incidência de homens do que de mulheres nessa condição. Atribui-se essa característica ao fato de a maioria dos homens partir primeiro em busca de melhores condições econômicas ou de proteção em outros locais, para depois buscar sua família.

A Congregação dos Scalabrinianos é uma congregação religiosa voltada para os imigrantes. Foi criada por João Batista Scalabrini, em 1887, pois o mesmo, sendo italiano e morando na Itália, ficava angustiado com a situação daqueles que partiam para as Américas. Inspirando-se em seu santo de maior devoção, São Carlos Borromeu, Scalabrini criou a congregação, com a finalidade da formação religiosa, social e legal dos imigrantes, e disseminou suas ideias e seus ideais pelo mundo afora.

Objetivando atender aos imigrantes italianos da cidade de São Paulo, o arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva e a Pia Sociedade de São Carlos, através do Padre Francisco Milini, obtiveram licença para abrir uma casa religiosa, e assim, em 4 de novembro de 1945, foi lançada a pedra fundamental do Centro Social Glicério (COSTA, 2005).

Antes da escolha da MP, outras entidades que assistem e acolhem os refugiados foram procuradas: a Organização Não Governamental (ONG) Adus e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Após perceber a necessidade de ampliar a análise e estendê-la aos imigrantes e apátridas, abrangendo assim outros motivos de deslocamento, buscou-se a MP, por se ter conhecimento do trabalho realizado por essa instituição.

Como a previsão inicial era de uma pesquisa etnográfica, a pesquisadora ofereceu-se como voluntária na MP, para compreender o seu papel junto aos i-migrantes e, assim, realizar a pesquisa.

Inicialmente, o trabalho foi realizado na brinquedoteca da CM, com aproximadamente 16 crianças de diferentes faixas etárias, que variavam de 2 a 11 anos de idade, e quatro diferentes nacionalidades: angolanas, congolenses, paquistanesas e haitianas, percebendo-se uma afinidade entre os membros da mesma nacionalidade. O intuito desse trabalho era fazer companhia para as crianças enquanto os pais estavam fora da casa, em busca de emprego, documentação ou regularização de permanência no Brasil. Antes da entrada da pesquisadora, as crianças ficavam no pátio da casa, sob o olhar de um ou outro morador, visto que não havia um funcionário destinado a essa finalidade. A experiência na brinquedoteca permitiu uma visão inédita quanto ao tema do deslocamento, pois, estando próxima das famílias, foi possível ouvir histórias e depoimentos que colaboraram na estruturação da pesquisa e foram determinantes para identificar o caminho a ser percorrido. Com relação às crianças, percebeu-se uma adaptação mais fácil à nova realidade, mesmo com a dificuldade do idioma, da comida e das regras da casa. As crianças assistidas durante o voluntariado corresponderam facilmente aos estímulos e brincadeiras, enquanto seus pais se mostraram inicialmente desconfiados e mais resistentes ao relacionar-se com a voluntária.

O voluntariado na brinquedoteca estendeu-se por cinco meses consecutivos, porém, como se trata de uma casa de passagem, com o tempo de permanência preestabelecido de 90 dias, as crianças começaram a ir embora com seus pais, instalando-se nos mais diversos bairros de São Paulo. Essa ação, associada ao contato cotidiano com os padres e funcionários, viabilizou o acesso ao acervo da MP e a definição do problema de pesquisa: como é a atuação da MP para o acolhimento dos i-migrantes e qual o seu papel na inserção econômica, social e cultural dessas pessoas na cidade de São Paulo? A partir desse problema, definiu-se o objetivo geral, que visa analisar a MP como lugar de hospitalidade para o i-migrante na cidade de São Paulo, e os objetivos específicos, que se caracterizam da seguinte forma: a) identificar e analisar as vertentes da MP, como a Casa do Migrante, a Igreja Nossa Senhora da Paz, o Centro de Estudos Migratórios e o Centro Pastoral de Mediação do Migrante, com seus respectivos eixos

de trabalho; b) compreender a abrangência do acolhimento na MP; c) descrever a representação do acolhimento pelos padres responsáveis pela MP; d) analisar a representação do acolhimento pelo i-migrante.

Diante desse panorama, estabeleceram-se as seguintes hipóteses: a) o acolhimento fundamenta-se no respeito à alteridade e é orientado para a cidadania e a urbanidade; b) o acolhimento constitui o fundamento estruturador da MP.

Justifica-se a escolha do tema pelo crescente fluxo de migrações forçadas e pela vulnerabilidade humana decorrente dessas migrações em razão das especificidades dos países de origem, especialmente vivenciada pelos sírios desde o ano de 2011 devido a guerra civil, e que se intensificou no ano de 2014, e pelos haitianos, que tiveram seu país devastado pelo terremoto de 2010 e, desde então, buscam alternativas de trabalho e sobrevivência em outros países.

Grinover (2014) reflete que, para o homem moderno e ocidental (que trata a hospitalidade como um assunto privado de relações sociais), o estrangeiro não é mais convidado a adentrar seu espaço. O convite engloba exclusivamente o círculo de amigos, pessoas conhecidas ou colegas de trabalho. Nesse sentido, o Estado e/ou as entidades filantrópicas passaram a exercer esse papel de integração junto ao desconhecido, ao estrangeiro.

De natureza qualitativa, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. A metodologia fundamenta-se no estudo bibliográfico, iconográfico e documental. Apoiar-se no acervo documental e iconográfico da MP, tais como fotografias, fichas de pessoas assistidas, periódicos, e na realização de entrevistas com os funcionários da casa, com os padres responsáveis pela Missão Paz, Casa do Migrante, Centro de Estudos Migratórios, Centro Pastoral de Mediação do Migrante e com os moradores da casa.¹ Quanto aos funcionários, as entrevistas foram realizadas com a assistente social Márcia Lourdes de Araújo e com o gerente administrativo e financeiro Sérgio Luiz Silveira. Os padres entrevistados foram: Antenor Dalla Vecchia, Paolo Parise, Alejandro Cifuentes e Luis Afonso E. Vargas.

Inicialmente, houve a necessidade de compreender o acervo da MP e a disposição dos documentos, fichas dos i-migrantes assistidos pela MP, revistas, fotografias e o acervo iconográfico. Os documentos, fotografias e fichas encontram-se arquivados em uma sala climatizada, sistematizados em caixas de papelão, ainda não catalogadas, o que dificulta o seu manuseio e identificação. No que se refere aos periódicos, destacam-se as revistas *Travessia* e *Mensageiro da Paz*. As fotografias estão armazenadas em álbuns e também em arquivos

¹ Trata-se de moradores atuais e antigos moradores de diferentes épocas.

digitalizados, e, embora algumas retratem todo o processo de construção do complexo, incluindo a estrutura física, o projeto inicial, as comemorações da pedra fundamental e da inauguração, não dispõem de legendas ou documentos que identifiquem quando foram tiradas, a descrição do conteúdo, o autor da imagem e o motivo de estarem ali. Na sequência, foi explorada a Igreja Nossa Senhora da Paz e sua abrangente forma de acolhimento aos imigrantes, registrando, através de fotografias tiradas pela pesquisadora, o altar principal e todos os demais altares das santas da América Latina. Anteriormente, esses altares funcionavam como confessionários, e só depois foram transformados em altares, no intuito de propiciar aos seus frequentadores a proximidade com as santas padroeiras de seus países de origem. A última etapa da pesquisa foi permeada pela caracterização do perfil dos atendidos pela MP nos últimos dez anos. Essa temporalidade permite um mapeamento, pois consta de um banco de dados disponibilizado pela MP, possibilitando a análise das informações quanto a nacionalidade, idade e sexo dos i-migrantes. Com base nessas considerações, foi possível entender a atuação da MP.

O primeiro capítulo trata da hospitalidade e das migrações.

Na hospitalidade revelaram-se primeiramente os princípios da dádiva de Marcel Mauss (1974; 2003); na sequência, autores como Perrot (2011), Camargo (2005), Grassi (2011), Godbout (1998), Derrida (2001), Raffestin (1997) e Baptista (2008), entre outros, estruturaram o conceito de hospitalidade como acolhimento, destacando a manutenção dos vínculos sociais, a ideia de anfitrião e hóspede, como se dá a relação inaugural com os lugares de hospitalidade e os desafios da ultrapassagem das fronteiras não visíveis. Ainda nesse capítulo, conceituam-se imigrantes, refugiados e apátridas, demonstrando os principais motivos desses fluxos migratórios e as leis brasileiras para imigração e refúgio.

Para falar de imigração, utilizaram-se como apoio Marinucci e Milesi (2003; 2005), Zamberlam (2004), Silva (2005) e outros autores relevantes para o tema. Destaca-se a mobilidade humana, abordando os processos migratórios no Brasil e o momento atual, considerando que nunca houve uma incidência maior de vistos humanitários para imigrantes. Abordam-se também a questão das redes de apoio entre imigrantes e a legislação brasileira que rege a imigração.

Sobre refúgio, abordaram-se os tratados e leis que o regem no Brasil e na comunidade internacional, indicando os motivos que os caracterizam. Destacaram-se autores como Moreira (2006), Jubilit (2007), Piovesan (2004), Leão (2010), Pita (2003), Hayden (2006) e Carneiro (2007), entre outros.

O aporte teórico sobre apátridas fundamenta-se em autores como Jubilit (2007) e Moreira (2006), além de documentos e tratados do ACNUR (1998). Discorre sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e os demais decretos, como o Protocolo de 1967 e a Declaração de Cartagena de 1984, e sobre os direitos humanos. Aborda as leis brasileiras, a atuação do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e de outros órgãos públicos.

No capítulo 2, aborda-se a Congregação dos Scalabrinianos, explorando a vida e a trajetória de João Batista Scalabrini. Na sequência, destaca-se a MP como missão scalabriniana e demonstram-se suas ações através do Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM) como propulsor social, explorando os seus eixos de atuação, tais como: trabalho, jurídico, saúde, comunidade e família e educação. Observa-se que a maior missão é acolher e integrar os i-migrantes. Quanto ao Centro de Estudos Migratórios (CEM) demonstra-se as atividades exercidas que visam compreender os fenômenos migratórios e analisar seus fluxos. Descreve-se a Casa do Migrante e as diretrizes e regras estabelecidas, relacionadas ao consumo, ao uso dos aposentos e às dificuldades encontradas pelos migrantes e pelos funcionários da casa. Apresenta-se a Igreja Nossa Senhora da Paz e suas características propostas no projeto inicial da atual edificação, com os altares das diversas santas padroeiras da América do Sul como forma de homenagem e acolhimento aos imigrantes latinos.

O capítulo 3 é pautado nos i-migrantes assistidos pela MP. O primeiro passo foi compreender quem são essas pessoas. O segundo passo foi analisar as fichas dos i-migrantes acolhidos pela MP nos últimos 10 anos e sistematizar o seu perfil. O terceiro e último passo foi a realização de entrevistas com esses deslocados, para compreender o seu olhar sobre a passagem pela MP, cotejando diferentes visões: a visão daquele que oferece o acolhimento e a visão daquele que o recebe.

CAPÍTULO 1 - HOSPITALIDADE E MIGRAÇÃO

Esse capítulo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica e documental.

Destacam-se inicialmente os princípios da hospitalidade fundamentada na dádiva e no acolhimento, apoiando-se teoricamente em Mauss (1974/2003), Perrot (2011), Gotman (1997), Baptista (2008), Camargo (2005), Godbout (1998/1999), entre outros, salientando a importância da hospitalidade em acolher os deslocados. A partir daí, conceituam-se imigrantes, refugiados e apátridas, fazendo uma abordagem sobre os órgãos, organismos, documentos e legislação que os envolvem. Dentre esses tratados, destacam-se o Estatuto do Refugiado de 1951, o protocolo de 1967, a declaração de Cartagena de 1984 e os direitos humanos. Demonstram-se os procedimentos e a atuação dos órgãos públicos para cada um deles, bem como a legislação de imigração e refúgio aplicada no Brasil.

1.1 Hospitalidade

As relações humanas são a base de uma sociedade, sendo que o foco principal de alguns estudos está no intuito de restabelecer os vínculos e as relações sociais, pois a cordialidade, a sociabilidade e o apaziguamento foram se dissipando ao longo do tempo. Cada vez mais o capitalismo impera nas sociedades, e o individualismo se consolida nas grandes cidades.

Autores de diferentes áreas discutem o termo hospitalidade devido à sua pluralidade e às possibilidades em que se enquadra nas respectivas áreas. A palavra hospitalidade se deu pelo termo em latim *hospitalitas*, que vem do substantivo *hospitalis*, derivado de *hospes*, “aquele que recebe o outro num gesto de acolhida e de hospedagem gratuita” (GRINOVER, 2002; GRASSI, 2011, p.1)

Para que o ritual da hospitalidade se inicie, é necessário que existam ao menos duas partes envolvidas: o “eu” e o “outro”; dá-se então um movimento cíclico de manutenção das relações sociais, indicando que cada ser humano nesse contexto atua em diferentes papéis: ora como doador ou anfitrião, ora como receptor ou hóspede.

Ao receber, o anfitrião, dono do espaço, recebe aquele que está de passagem, o hóspede, e permite que esse penetre o espaço geográfico. Para Grassi (2011), o acolhimento, a caridade e a solidariedade constituem dimensões da hospitalidade que poderão ser ativadas na relação

que se estabelece entre ambos, e, ao ser reconhecido na sua individualidade, ao ultrapassar a barreira psicológica, de acordo com Raffestin (1997), se estabelece uma relação de alteridade.

Camargo (2005, p. 19-24) salienta que toda ação de hospitalidade se inicia com uma dádiva, porém nem sempre a dádiva se insere na hospitalidade. A dádiva traz implícito algum interesse, que, de acordo com Godbout (1998), é um “interesse desinteressado”. Deve ser recebida e aceita, “sendo um insulto recusar um presente, uma honraria ou uma lembrança”, e, por fim, aquele que recebe deve retribuir, reinstaurando a dádiva (CAMARGO, 2005, p. 23).

Godbout (1998, p. 7) analisa que o fenômeno chamado de dádiva se movimenta entre amigos, vizinhos, parentes e pessoas que se vinculam, pode aparecer de diferentes formas, de um presente propriamente dito até um presente imaterial, como uma palavra, uma notícia ou uma carta, e também em forma de hospitalidade e serviço, trazendo alegria, euforia e contentamento.

Marcel Mauss (1974), no ensaio sobre a dádiva, publicado originalmente em 1923, sob o título *Essai sur le Don*, investigou o sistema de trocas muito antes da existência da moeda e das questões mercadológicas. Nas sociedades do Pacífico e do noroeste da América do Norte, Mauss (1974) observou a prática de todo tipo de troca com prestações e contraprestações, caracterizada por ofertas espontâneas e gratuitas, mas também oportunistas e obrigatórias, revelando o acordo entre as partes movido exclusivamente por conceitos éticos.

Todo vínculo é mantido por diferentes alianças, mas são elas as responsáveis por manter o ser humano em sociedade, seja no âmbito familiar, afetivo, matrimonial, econômico ou qualquer outro motivo que mantenha a união entre partes distintas.

O fio condutor seria a noção de aliança que se tornaria uma das características centrais da antropologia francesa e cujo argumento central é de que é a dádiva que produz as alianças, tanto as matrimoniais, como as políticas, religiosas, econômicas e jurídicas etc., incluindo-se as relações sociais e de hospitalidade. (SALLES, BUENO, BASTOS, 2010, p. 6)

Essas alianças que estruturam as relações humanas são as responsáveis por dissipar as fronteiras de diversos ordens, minimizando as contradições impostas pelas sociedades contemporâneas. Camargo (2005) diz que a dádiva inicial se dá de alguém para alguém, e a nova dádiva acontece na retribuição, gerando um novo início de trocas, num processo contínuo. Nesse processo é possível perceber que a perpetuidade das relações só é possível quando nenhuma das partes se descompromete da retribuição.

Para Godbout (1998), uma dádiva pode ser similar ao nascimento, desencadeando emoções por participar de algo que ultrapassa a ordem material, conectando-se à vida, rompendo a solidão e propiciando um sentimento de pertencer a algo mais vasto, à humanidade.

Nesse contexto, é de suma importância refletir acerca da dádiva quando se trata do desconhecido, do diferente, em que a perpetuação da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir pode não acontecer, tornando a presença da dádiva unilateral e finita.

Na relação com os imigrantes, os refugiados e os apátridas, a circulação da dádiva cria um estado psicológico diferenciado para o doador, uma vez que sua recompensa não está na retribuição daquele que recebeu a dádiva, e sim no prazer irrestrito, na experiência única de fazer parte de um ato de acolhimento espontâneo, embora permeado por ritos e regras. Na concepção de Godbout (1999), não é a característica do não retorno que define a dádiva, pois há a esfera da dádiva unilateral e não recíproca a desconhecidos: sangue, órgãos, beneficência, presentes a crianças, heranças em que um herdeiro é às vezes um simples canal de transmissão etc. Camargo (2005) destaca a ambiguidade nas questões da dádiva, que, mesmo no caso de ajuda filantrópica ao próximo, é latente: utilidade-gratuidade, interesse-desinteresse, saber-desconhecer. Há outra ambiguidade no caso do anfitrião que recebe o outro e se questiona se aquele que está do outro lado é amigo, invasor ou parasita, enquanto o hóspede ou aquele que é recebido se questiona se encontrará calor humano, indiferença ou interesses implícitos na dádiva recebida (CAMARGO, 2005, p. 20).

O desconhecido ou estrangeiro normalmente causa temor e desconfiança nos autóctones, sendo aceito com reservas. Embora haja o acolhimento, este é condicionado e está permeado por requisitos moralmente estabelecidos na relação inaugural, não significando que a soleira será transposta, mas indicando somente um início de aceitação pelo desconhecido, seguido de normas e rituais que minimizem o espaço não visível estabelecido inicialmente entre as partes. Grassi (2011) ressalta que a hospitalidade é uma ponte frágil entre dois espaços, e que o principal desafio é banir esses espaços, adentrar e ser admitido no território.

Baptista (2008) nota que é necessário um lugar para que os mecanismos da hospitalidade se instaurem, iniciando a ultrapassagem das fronteiras materiais e imateriais, favorecendo o acolhimento e oferecendo abrigo e alimento numa oferta afetiva e humanitária, tornando-se esse um lugar de hospitalidade.

Camargo (2005) aponta que a hospitalidade acontece entre dois atores num espaço. Baptista (2008) concorda com Camargo (2005), citando esse mesmo espaço como lugar de hospitalidade, onde se dá o ritual básico das relações humanas, e Grassi (2011) diz que o espaço geográfico deve ser transposto para se iniciar a relação de alteridade.

Quando o i-migrante adentra esses lugares chamados de lugares de hospitalidade ele deseja ser acolhido, e esse acolhimento, segundo Montandon (2002, p. 137) excede a oferta de

alimento e repouso. Além disso, necessita-se também de contato humano que reative nostalgias primárias e arcaicas: a segurança, o calor do refúgio, o aleitamento contínuo, o rosto da mãe.

É necessário também que se estabeleça uma relação de apaziguamento, mesmo que seja permeada por dúvidas de ambas as partes e condicionada a ritos e regras, pois trata-se de lugares de valores morais, de respeito, de princípios éticos e, acima de tudo, de acolhimento, onde as duas partes, o hóspede e o anfitrião, darão início a uma relação de alteridade.

1.2 Homens em movimento

Ao se deslocar, o homem desloca também suas raízes, movimenta as tradições, os costumes, o idioma, a história, move a sociedade, o poder público, mas acima de tudo move sua esperança e suas expectativas.

Esse ir e vir de pessoas em busca de uma vida melhor, fugindo de situações ameaçadoras, explícitas ou implícitas, existe desde os primórdios da humanidade, pois o homem era nômade e, assim sendo, quando seus recursos naturais se esgotavam, migrava em busca de alimento para a preservação de sua existência. Esse movimento serviu de exemplo até os dias atuais: quando o “aqui” não está a contento, existe a possibilidade de encontrar “lá” algo que favoreça e preserve a vida. A humanidade passou de nômade a sedentária, aprendeu a cultivar seus alimentos, estabeleceu-se, mas ainda hoje tem como principal característica a busca por melhores condições de sobrevivência.

O tema dos imigrantes, refugiados e apátridas vem ganhando visibilidade em virtude da crescente preocupação com esse grande contingente de pessoas migrando sem que se estabeleçam leis migratórias eficazes e globais.

Os motivos nem sempre são os mesmos, acompanham a evolução da espécie humana e são reflexo dos acontecimentos mundiais de grande ou pequeno porte, em que o foco é melhorar as condições de sobrevivência, segurança e também propiciar ascensão econômica, cultural e social.

Zamberlam (2004) diz que dois fenômenos têm marcado a nova ordem mundial em direção ao terceiro milênio: a globalização, vista sempre positivamente, e a imigração, geralmente associada a incômodo e vista de forma negativa, que pode e deve ser combatida.

É dentro dessas posturas que vão surgindo as leis que regulam e disciplinam os fluxos migratórios, impondo-lhes condições, limites ou aprofundando o processo de exclusão do migrante (ZAMBERLAM, 2004, p. 24). Derrida (2001) discorre sobre o direito do estrangeiro

de adentrar outro país, salientando que o país receptor pode rejeitá-lo, mas, enquanto o estrangeiro se mantiver pacificamente no seu lugar, não se pode abordá-lo como inimigo.

1.2.1 Imigração

A imigração corresponde ao deslocamento espontâneo de indivíduos para fora de seu país de residência ou nacionalidade, rumo a um novo país. O seu retorno ao país de origem é voluntário, visto que nada o impede de voltar, pois não saiu por ter sido expulso ou perseguido.

Zamberlam (2004) analisa as diferentes formas da mobilidade humana, como a de turistas, homens de negócios e representantes de governos, mas enfoca o conceito tradicional como um movimento de um lugar para outro, de forma estável ou temporária, que acontece por diferentes motivos, mas acima de tudo pela busca por inserção econômica e social.

Há uma tendência cultural do ser humano de busca por uma progressiva ascensão, e esses fenômenos migratórios fazem parte dessa busca. Sayad (2001) aponta que a diversidade das migrações no contexto contemporâneo exige diferentes olhares, pois, além do deslocamento no espaço geográfico, há também alterações nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais. Para Marinucci e Milesi (2005), esse fenômeno migratório atual tornou-se complexo devido à intensidade e à diversificação das causas que o originam.

Cruzar fronteiras tornou-se um ato comum e espontâneo no mundo contemporâneo, em razão das múltiplas opções de mobilidade colocadas a disposição dos viajantes. Entretanto, há uma grande diferença entre aqueles que o fazem na condição de turista e os que migram em busca de uma vida melhor, enfrentando barreiras jurídicas, exploração de sua mão de obra, discriminação, entre outros desafios. (SILVA, 2005, p. 1)

Vale destacar que as barreiras jurídicas são permeadas por conveniências do país receptor, que age de acordo com suas necessidades, sendo esse o diferencial que estabelece leis permissivas e proibitivas na abertura de suas fronteiras. A entrada de estrangeiros gera um paradoxo, pois, ao mesmo tempo que pode gerar crescimento econômico, também pode acarretar despesas oriundas de bens e serviços prestados a esses indivíduos. Gotman (1997) nota que o Estado não pode ser completamente proibitivo, pois a circulação dos indivíduos é uma necessidade que está relacionada ao crescimento urbano, que demanda mão de obra, e esta pode ser trazida de fora.

Com a globalização e o acesso à informação, a escolha do país para migrar ficou mais fácil, por conta da análise prévia de suas características econômicas, políticas, culturais e

sociais. Essa estratégia só começou a ser utilizada em meados dos anos 1980; antes disso, migrava-se com diferentes expectativas, que nem sempre condiziam com a realidade encontrada no novo país. Isso não quer dizer que a informação preliminar minimize os problemas enfrentados pelos imigrantes na nova sociedade, mas possibilita uma análise da situação atual do destino.

Zamberlam (2004) aponta que as migrações podem ser caracterizadas como: forçada, no caso de ocorrer contrariamente à vontade do indivíduo; clandestina, quando o indivíduo adentra ilegalmente o país receptor, sem permissão; e ainda social, gerada pela desigualdade de classes, quando a qualidade de vida do indivíduo fica comprometida, e este considera perdida sua identidade e também seus direitos de cidadão.

Mesmo no caso em que Zamberlam (2004) considera a migração como forçada, ela acontece pela vontade do indivíduo em consequência do momento de desagrado vivenciado no país de sua nacionalidade, pois, caso contrário, se fosse forçado a sair devido a represálias, ele seria caracterizado como refugiado e se enquadraria em outra legislação.

As migrações em massa são, em sua maioria, consequência de acontecimentos em proporções relevantes, como guerras, conflitos, crises políticas ou econômicas e desajustes nos paradigmas, porém, seja qual for o motivo, a adaptação no novo país é marcada por um processo de readaptação nem sempre acolhedor.

Marinucci e Milesi (2005) notam que é importante pensar no mundo como uma cidadania universal, banindo fronteiras e sendo solidário através de ações humanitárias e de acolhimento ao diferente. Corroborando as ideias de Marinucci e Milesi (2005), Derrida (2001) se pergunta o que está reservado ao cidadão do mundo se não houver inovação nas formas de solidariedade e pertença.

É preciso quebrar o paradigma de olhar o estrangeiro como uma ameaça incômoda e inoportuna, mas explorá-lo como fonte de ampliação da cultura, da alimentação, da riqueza de sua vivência, trazendo algo de si e absorvendo algo da nova cultura, numa troca simbiótica de valores culturais, sociais e éticos.

Silva (2005) descreve que o processo dos imigrantes no contexto sociocultural é quase sempre adverso e marcado por conflitos ou estranhamentos, pois os que adentram um país não dominam os códigos culturais locais, e a sociedade receptora tende a depreciar os diferentes.

1.2.2 Refúgio

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a guerra civil na Síria, que teve início em março de 2011, resultou num contingente de mais de três milhões de refugiados e mais de quatro milhões de migrantes internos, numa situação caótica, ganhando visibilidade no Brasil e no mundo por reviver as tensões da Guerra Fria (ACNUR, 2014).

Para Nascimento (2012), refúgio e asilo confundem-se pelo fato de, na América Latina, as duas palavras terem o mesmo significado.

Quanto a etimologia, parece haver alguma discordância acerca da origem da palavra, pois se pode encontrar a expressão como decorrente da palavra grega *a-sylum* sendo o “a” o prefixo negativo não, e *sylum* violência, ou seja, aquele que busca asilo em outro lugar objetiva proteger-se de alguma violência (NASCIMENTO, 2012, p. 26).

Mesmo havendo discordância quanto à etimologia, o asilado e o refugiado são indivíduos que saem de sua nação por motivo de perseguição e buscam em outro país uma condição de segurança e preservação de sua vida. Não o fazem por espontaneidade, mas por temor, medo e insegurança. Para Casella (2001, p. 22), refugiado assemelha-se a fugitivo.

Barreto (2010) aponta que o refúgio já existia na Grécia Antiga, em Roma, no Egito e na Mesopotâmia, porém, naquela época, o termo não era utilizado; aqueles que sofriam perseguições religiosas eram acolhidos e protegidos nos templos. Jubilut (2007) constata que o aparecimento dos refugiados foi registrado aproximadamente no século XV, mas que o foco desse aparecimento está no período entre as guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) e no pós-Segunda Guerra; os milhões de refugiados frutos desses conflitos precisavam contar com a ajuda do Estado de acolhimento, pois não tinham lugar algum para retornar.

Moreira (2006) aponta que sempre há uma relação entre conflitos e refugiados; estes, em decorrência dos conflitos, são impulsionados a migrar para outros territórios. Percebe-se que a condição de refugiado não é desejada e nem agradável; trata-se de uma situação imposta, que implica sacrifícios, pois o refugiado é um “fugitivo” de situações adversas e contrárias a sua vontade, vivenciadas em seu próprio país.

Mesmo sendo anterior ao século XX, foi nesse período que os refugiados se tornaram motivo de preocupação para a comunidade internacional (ACNUR, 2004, p. 10).

Em 1919, foi criada a Sociedade das Nações, pois, até aquele momento, os governos não haviam tomado consciência das consequências decorrentes do volume de refugiados

resultante da Primeira Guerra Mundial e, portanto, não instituíram mecanismos para enfrentar o fenômeno. Iniciou-se o ciclo de proteção com a ajuda da Cruz Vermelha e com base nos conceitos humanitários. De classificação simples, identificavam-se os refugiados e concedia-se proteção a eles. Os refugiados eram classificados por categorias, conforme sua origem nacional, o território que deixavam e a ausência de proteção diplomática de seu país (ACNUR, 2004, p. 10).

Somente em agosto de 1921, após uma conferência convocada por organizações humanitárias, a Sociedade das Nações decidiu nomear um alto comissariado para os refugiados. Segundo o ACNUR (2000, p. 16), a responsabilidade dessa tarefa ficou a cargo do doutor Fridtjof Nansen, representante da Noruega. Nansen assegurou aos refugiados assistência por parte de alguns governos e agências voluntárias e idealizou um documento de identidade especial destinado àqueles que não possuíam documentos, o chamado “passaporte Nansen”, que foi reconhecido por 52 países (ACNUR, 2000, p. 16-17).

Em 1931, foi criada a oficina Nansen para refugiados, mais abrangente que a anterior e, em 1938, recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua assistência aos refugiados. Em função da perseguição aos judeus e também daqueles que estavam descontentes com o regime alemão, outros problemas surgiram, e com eles a necessidade de ampliação do programa. No início de 1938, os refugiados somavam mais de 600 mil, e a necessidade fez com que um novo organismo fosse criado para assegurar a emigração de todos aqueles que estivessem descontentes e quisessem abandonar os territórios ocupados pela Alemanha.

Nasceu então o Comitê Intergovernamental para os Refugiados (*Intergovernmental Committee for Refugees – IGCR*), que contava com o envolvimento de governos e uma secretaria na cidade de Londres. A atividade do comitê foi substituída, no ano de 1947, pela Organização Internacional para Refugiados (OIR). A OIR deveria atuar até 30 de junho de 1950, pois acreditava-se que o período seria suficiente para sanar os problemas e realocar os refugiados da Segunda Guerra Mundial. A OIR assistiu a mais de um milhão de pessoas durante sua atuação, porém, como não conseguiu sanar a questão, houve a necessidade de uma ampliação da proteção a essas vítimas.

Dando sequência, em Genebra, na Suíça, houve uma conferência diplomática para a elaboração do estatuto do escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), adotada em 28 de julho de 1951, que entrou em vigor em 22 de abril de 1954 (ACNUR, 1996, p. 60).

O ACNUR, em seu primeiro artigo do Estatuto do Refugiado, reconhece como refugiado aquele que:

Em decorrência de acontecimentos ocorridos antes de 1º de Janeiro de 1951, e temendo ser perseguido por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual e, como consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1996, p. 61)

Embora em sua origem fosse uma agência provisória, a fim de minimizar o caos gerado pela Segunda Guerra Mundial, o ACNUR é, ainda hoje, mais de sessenta anos depois, o principal órgão de proteção aos refugiados, demonstrando assim que continuam existindo fluxos migratórios de vítimas que consideram seus direitos humanos violados.

Em 1967, após dezesseis anos da Convenção de 1951, foi criado o Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto do Refugiado. O protocolo alterou a Convenção de Genebra, considerando que a primeira versão não previa variações, limitando de forma temporal o enquadramento do termo. Assim, foi constatado que novas categorias de refugiados haviam surgido após 1º de janeiro de 1951, e que não estavam protegidas pela convenção.

O protocolo considera que todo refugiado que se enquadrar na definição da convenção, independentemente do prazo de 1º de janeiro de 1951, poderá gozar de igual estatuto. O artigo 1, segundo parágrafo, define refugiado como qualquer pessoa que se enquadre no artigo primeiro da convenção, excluindo-se as palavras “em decorrência de” e “como consequência de tais acontecimentos”. Com essa medida, ampliou a proteção aos refugiados, eliminando as restrições. Passaram a ser reconhecidas como refugiadas as pessoas que se enquadrassem nos termos, mesmo que os acontecimentos fossem posteriores a 1º de janeiro de 1951. O protocolo estabelece também que todos os seus Estados-Membros, que, de acordo com o ACNUR, até 1º de novembro de 2007 totalizavam 144, devem se comprometer a cooperar com o ACNUR ou qualquer outra instituição das Nações Unidas que lhe suceda no exercício de suas funções, fornecendo informações e dados estatísticos sobre refugiados, execução do protocolo e leis, regulamentos e decretos que estejam ou entrem em vigor, no que concerne aos refugiados.

Acreditava-se que, dessa forma, a vida e os direitos dos refugiados estariam completamente assegurados (ACNUR, 2014).

Em 1984, houve na cidade de Cartagena, na Colômbia, um colóquio sobre proteção internacional dos refugiados na América Central, México e Panamá, abordando problemas jurídicos e humanitários, onde também foram debatidos a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, havendo uma ampliação do escopo desses tratados. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nesta convenção foi estabelecido “um instrumento regional não vinculativo,

que derivou da solidária e generosa prática da região de conceder asilo às pessoas necessitadas de proteção”, seja ela por motivos já assegurados ou ainda se pertencentes a países em processos políticos e sociais degradantes, ameaçando seus direitos humanos. Para a ONU, a Declaração de Cartagena é conhecida principalmente por expandir a definição de refugiado contida na Convenção de 1951.

Adotou-se o termo “refugiado” com o objetivo de diferenciá-lo de outras categorias de migrantes. O documento propõe a criação de programas e projetos que visem a autossuficiência dos refugiados e solicita facilitação aos países receptores no processo de saída dos refugiados por repatriação voluntária (ACNUR, 2000). Por exemplo, se um refugiado se encontra em determinado país e deseja voltar para seu país de origem por entender que os motivos pelos quais migrou já não existem mais ou mesmo por acreditar que os motivos são passíveis de serem enfrentados, ele deverá contar com o apoio do país receptor. Nesse caso, salienta que garantias plenas devem ser dadas ao refugiado de que delegações oficiais do país de origem e também representantes do ACNUR e do país receptor farão visitas de acompanhamento ao refugiado repatriado (ACNUR, 2000). Visando sempre a preservação da vida dos refugiados e apoiando-se também nos direitos humanos, a Declaração de Cartagena foi um marco para os refugiados.

Para Piovesan (2004), os direitos humanos são essenciais e imprescindíveis para a dignidade humana, e seus fundamentos compreendem liberdade, igualdade e fraternidade, assegurando os direitos civis e políticos com os quais o ser humano se dignifica.

Leão (2010, p. 91) cita três condições para que se reconheça a grave e generalizada violação de direitos humanos capaz de ensejar refúgio no Brasil:

1^a – A total incapacidade de ação ou mesmo inexistência de entes conformadores de um Estado Democrático de Direito, como podem ser as instituições representativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de um Estado qualquer. Ou seja, a dificuldade mesmo em identificar a existência de um Estado, tal qual conceituado pelo direito internacional público, em um território específico; 2^a – A observação naquele território da falta de uma paz estável e durável; 3^a – O reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de que o Estado ou território em questão se encontra em uma situação de grave e generalizada violação dos direitos.

Leão (2010) acredita que foi essa a situação ocorrida após a invasão dos Estados Unidos da América no Iraque, que depôs o regime de Saddam Hussein, pois muitos iraquianos solicitaram refúgio ao Brasil, enquadrando-se no reconhecimento de refugiados por considerarem seus direitos humanos violados. Nesse sentido, vale lembrar que, mesmo no caso

daqueles que sentem que os direitos humanos foram violados, a sua entrada como refugiado vai depender do país receptor.

Pita (2003), em sua abordagem sobre a entrada dos refugiados e imigrantes no Brasil, observa que a distinção entre os dois fica a cargo do país receptor, e muitos, por conveniência, classificam potenciais refugiados como imigrantes. Vale lembrar que os direitos humanos asseguram a toda pessoa o direito fundamental de estar livre de qualquer forma de perseguição. Piovesan (2008) salienta que os direitos humanos são primordiais para preservar a vida humana, e que os Estados integrantes da comunidade internacional que não atuarem de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos direitos humanos serão deslegitimados, pois não são merecedores da aprovação da comunidade mundial.

O movimento de refúgio nem sempre é compreendido pelos Estados e pela sociedade civil do país que o recebe, pois, após a ultrapassagem da fronteira física, há uma barreira ainda maior e quase sempre intransponível: a barreira não visível, que, segundo Raffestin (1997), é a mais difícil de ser ultrapassada. Esses indivíduos causam desconforto, pois ainda hoje muitos Estados não dispõem de soluções facilitadoras para recebê-los. Sabendo do grande contingente de pessoas que pedem refúgio, a maioria dos Estados, que não dispõe de políticas públicas eficientes, de hospedagem e de incentivo à capacitação profissional, abre suas portas como forma de contribuição e cooperação regional para minimizar possíveis conflitos com países de seus interesses econômicos, motivos esses distantes das questões econômicas, sociais e humanitárias que esses indivíduos buscam ao adentrar um novo país. Quanto àqueles que adentram o país clandestinamente, seja em porões de navios, como turistas ou pelas fronteiras com outros países, a situação se torna ainda mais complicada, pois sentem-se acudados e amedrontados por receio da deportação.

Carneiro (2007) nota que acolher o refugiado não é apenas um ato de solidariedade, mas transcende um conceito humanitário que vem sendo construído gradualmente, a cada conquista institucional.

De um lado, estão o acordo internacional e as questões humanitárias; de outro, esses indivíduos vítimas de perseguição e intolerância, que devem ser absorvidos na sociedade nos âmbitos econômico, cultural e social. E ainda há um terceiro elemento: o Estado, que necessita dispor de soluções facilitadoras para a inserção desse refugiado na nova sociedade. No Brasil, esse papel tem sido exercido constantemente por entidades filantrópicas, devido à morosidade de ação do Estado.

Quando o refugiado chega ao país de sua escolha para pedir abrigo, deve-se ter em mente que ele deixou para trás tudo aquilo que compôs sua história: casa, parentes, amigos,

cultura e tradições; ele chega devastado pelo processo de transição. Sua intenção não é apenas ser aceito e ultrapassar a fronteira, mas ser absorvido e reconhecido como cidadão, com a expectativa de um reinício que o liberte de tudo aquilo que o afligia. Por outro lado, os países receptores, que aderiram à Convenção de 1951, encontram dificuldades em criar soluções inovadoras de recepção, habitação, trabalho e educação para a absorção daqueles que eles mesmos permitem que os adentrem.

Ademais, não basta reconhecer um migrante como refugiado se não incentivar a prática de inclusão desse indivíduo, estimulando medidas que proporcionem o seu recomeço e o reconhecimento como igual. Gotman (1997) nota que permitir a entrada do outro é apenas o início da relação de alteridade, mas, para dar continuidade, é necessário ampliar essa relação com acompanhamento, leis, estudo, verba e outros mecanismos capazes de facilitar sua instalação e permanência no país, baseado numa política de valores éticos. No mais, a homogeneidade de ideias, valores e soluções para minimizar os problemas enfrentados por esse grupo vulnerável de pessoas necessita da mobilização e do empenho do poder público, das entidades filantrópicas, das ONGs e da sociedade civil.

1.2.2.1 Dos motivos clássicos do refúgio

O Estatuto do Refugiado estabeleceu que os principais motivos que caracterizam refúgio são os de perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupos sociais ou opiniões políticas (ACNUR, 1996, p. 61). Pois bem, cada um desses motivos tem suas peculiaridades e suas interpretações, podendo gerar conflitos nos Estados receptores. Para evitar que isso ocorra, é necessário primeiramente compreender as especificidades de cada um desses motivos.

A raça consiste num grupo de indivíduos com semelhanças genéticas, e ainda hoje gera ideia de segregação ou de hierarquização.

Já o conceito de etnia, considerado mais atual, consiste num grupo com características biológicas e culturais simétricas e homogêneas. Jubilut (2007) nota que as grandes raças da humanidade são caracterizadas por brancos, amarelos e negros, sendo as demais consideradas derivadas, e, devido à miscigenação pela qual passou a humanidade, pode-se dizer que no período atual existe pouca ou quase nenhuma raça pura ou primária.

Percebe-se que determinadas raças geram fenômenos indesejáveis, como perseguições, discriminações e humilhações, como foi o caso dos escravos africanos, já outras se sentem superiores simplesmente por possuir um fenótipo diferenciado. Além da ideia de superioridade,

outros fatores também colaboraram no passado para a desassociação entre as raças, sendo que a crença em mais de um deus foi uma delas.

Foram as ideias politeístas que determinaram a diferença de pensamentos das raças biologicamente diferentes apoiada nas ideias europeias dos “outros homens” que não eles próprios, determinadas pela cultura, pelo fenótipo e pela desigualdade entre humanos. (SCHUCMAN, 2012, p. 32)

Nessa observação é possível perceber a segregação, pois, quando se fala em “outros homens” que não eles próprios, isso indica que o outro é inferior, que não pertence ao mesmo nível hierárquico, que não compartilha as mesmas ideias e ideais, gerando assim notória discriminação que perdura até os dias atuais, sendo necessário que um órgão das Nações Unidas (ACNUR) atue na proteção desses “outros homens”.

A religião é um conjunto de princípios, práticas, crenças e fé que caracteriza um determinado grupo de indivíduos. Para Jubilut (2007), religião é um fenômeno, na maioria das vezes coletivo, fundado na fé e na crença, que permite ao indivíduo organizar sua vida a partir de princípios éticos que devem ser seguidos.

Segundo o ACNUR (2004), a perseguição por religião aparece de formas diversas: o indivíduo é proibido de fazer parte de uma comunidade religiosa, discriminado por sua opção em praticar determinada religião ou até mesmo por pertencer a um determinado grupo religioso. O simples fato de pertencer a uma determinada religião não é suficiente para fundamentar um pedido de refúgio; esse pedido deve ser baseado na perseguição caracterizada por essa prática.

Outro fator importante que pode caracterizar um indivíduo como refugiado é sua nacionalidade. A nacionalidade é um vínculo político-jurídico que une um indivíduo a um determinado país, integrando-o à sociedade, aos costumes e tradições, numa relação permeada por direitos e deveres. De acordo com o ACNUR (1998, p. 227-228), alguns critérios estabelecem a nacionalidade de um indivíduo, apoiados nos princípios *ius soli*, caracterizado principalmente pelo local de nascimento, e *ius sanguinis*, caracterizado pela descendência genética e também pelo local de residência.

Jubilut (2007) compartilha a ideia anterior, proposta pelo ACNUR, apresentando duas concepções para nacionalidade: *natio*, que designa a origem do indivíduo (ou descendência), e *populus*, que determina o pertencimento de um indivíduo a uma nação, apesar da variação de nacionalidades (local de nascimento ou de residência). A condição de *natio* relaciona-se com etnia, que consiste, além dos fatores biológicos, em semelhanças culturais, já a condição de *populus* relaciona-se com um povo, compondo uma nação e constituindo seus locais ou

derivando de diferentes nacionalidades. Jubilut (2007) exemplifica *populus* através do povo brasileiro, que forma o Estado brasileiro, mas deriva de múltiplas nacionalidades.

O ACNUR (2004) compreende que um grupo social é formado por indivíduos que compartilham o mesmo estilo de vida e posição social semelhante. São indivíduos que, por ter simetria nas ideias e nos ideais e por partilharem a mesma cultura e tradições, participam coletivamente de determinado grupo. Um grupo social é perseguido quando se torna uma suposta ameaça para o Estado através de suas práticas.

Quanto ao âmbito político, sabemos que política consiste na arte ou na ciência de administrar, organizar ou dirigir uma nação ou um Estado, causando inquietude nos homens desde a Antiguidade. Através da política busca-se estruturação governamental apoiada nas questões coletivas, que propiciem mudanças benéficas ao Estado e a seus indivíduos. O fato de ter opiniões políticas divergentes do governo não caracteriza perseguição e refúgio. O ACNUR (1996) nota que ter diferentes opiniões políticas não é motivo de perseguição; o que caracteriza perseguição política é o fato de o indivíduo sofrer intolerância das autoridades quanto ao seu posicionamento.

Os motivos descritos são clássicos e foram determinados no ano de 1951, na primeira convenção. Mesmo havendo alteração quanto ao período e à desassociação dos motivos de guerra proporcionados pelo Protocolo de 1967, percebe-se a necessidade de uma ampliação dos motivos de refúgio, pois, após mais de sessenta anos, as mudanças percebidas no clima, nas culturas e nas sociedades são latentes.

1.2.3 Apátridas

Segundo o ACNUR (1998), a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas foi aprovada na cidade de Nova York, em 28 de setembro de 1954, e entrou em vigor em 6 de junho de 1960.

O que diferencia o apátrida do refugiado é a questão da opção, que a partir daí gera outros problemas ainda mais complexos, como a marginalização dessa categoria. O refugiado abre mão de sua nacionalidade por entender que é perseguido, migrando para outro país onde acredita ter sua vida e seus direitos preservados. O apátrida, diferente do refugiado, tem sua nacionalidade negada de forma impositiva, alheia à sua vontade.

Como foi exposto anteriormente, a nacionalidade é a condição de uma pessoa pertencente a uma pátria, seja ela o seu próprio local de nascimento, o local de nascimento de seus descendentes ou um país com o qual o indivíduo se identifica, escolhe e solicita uma nova

nacionalidade. Trata-se de um vínculo entre o indivíduo e o Estado, podendo ser *ius solis* ou *ius sanguinis*.

Jubilut (2007) aponta que o vínculo proveniente do *ius solis* tem mais uma subdivisão: o *ius domicilii*, quando o domicílio garante a aquisição da nacionalidade, ou *ius laboris*, quando o indivíduo trabalha em determinado Estado como meio de adquirir sua nacionalidade.

Para ser apátrida, o indivíduo, de alguma forma, não se enquadra nesses critérios que caracterizam a nacionalidade ou, mesmo quando se enquadra, o Estado nega-se a reconhecê-lo como nacional. Assim, há dois tipos de apátridas: os de *jure* e os de *facto*.

O ACNUR (1998) caracteriza os apátridas de *jure* como não reconhecidos por Estado algum e os de *facto* como aqueles que não conseguem provar sua nacionalidade ou, mesmo que possuam alguma, ela é contestada por um ou mais países.

Arendt (1991) explica que, durante a guerra, essas pessoas foram chamadas de deslocados, no sentido de liquidar com a rotulação e ignorar sua existência. Dessa forma, eram devolvidos ao seu país de origem impositivamente.

Para Pereira (2012), a repatriação forçada gerou outros problemas aos refugiados de guerra, pois os países que os recebiam de volta não queriam reconhecê-los como nacionais e castigavam-nos por ter de reintegrá-los involuntariamente.

Em entrevista coletiva em 4 de novembro de 2014, Antonio Guterres, do Alto Comissariado das Nações Unidas, relatou que a cada dez minutos nasce um apátrida, e que pessoas nessa condição já somaram dez milhões em todo o mundo. Abordou a necessidade de haver pressão nos países, para que ratifiquem suas leis e possibilitem uma nova história aos flagelados sem nacionalidade. Afirmou ainda que, muitas vezes, essas pessoas são excluídas do berço ao túmulo, sendo-lhes negadas, pelos Estados, as necessidades básicas da vida humana, e que essa é uma anomalia do século XXI que deve ser extirpada.

Uma nova campanha do ACNUR, chamada “Eu pertenço”, pretende atrair a atenção global para essa questão e envolver comunidades que discordam da situação dos apátridas. Essa campanha, em parceria com a *United Colors of Benetton*, pretende arrecadar 10 milhões de assinaturas através de uma petição *on-line* com o propósito de erradicar a condição de apátrida nos próximos dez anos, como forma de inclusão humanitária.

1.2.4 Migração interna

A distribuição da população nacional altera-se com as migrações internas, demonstrando a constante busca do homem por melhores condições de sobrevivência ou de oportunidades em um país de vastas dimensões como o Brasil.

Martine (1990) aponta que esse processo de redistribuição propiciado pelas migrações internas gerou um enorme contingente de pessoas entre áreas rurais, entre áreas rurais e urbanas e, no momento atual, concentrado em áreas urbanas, mudando o cenário das metrópoles.

As migrações internas, entre 1930 e 1950, seguiram basicamente duas vertentes: o deslocamento rumo às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e rumo aos centros industriais do Sudeste, com o modelo de industrialização via substituição de importações. (SALES e BAENINGER, 2000, p. 35)

Ressalta-se que o período de 1930 e 1950 foi marcado por um intenso movimento de migrações internas, estimado em 3 milhões de pessoas, acentuando o processo de urbanização no país. Para Sales e Baeninger (2000), foram três os fatores que ampliaram a população urbana: o crescimento vegetativo das áreas urbanas, a migração com destino urbano e a expansão do perímetro urbano de muitas localidades que anteriormente eram consideradas rurais. Essa migração em massa para as cidades fez com que mais da metade da população brasileira estivesse concentrada nos grandes centros, contribuindo para o esvaziamento das áreas rurais.

Cunha (1999) aponta que, nos anos de 1970, os fluxos migratórios alteraram-se para urbanos-urbanos, em que cerca de 25 milhões de brasileiros mudaram pelo menos uma vez, representando 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais. O principal destino concentrava-se na região Sudeste, especialmente para a região central da cidade de São Paulo, que chegou a receber nesse período aproximadamente 5 milhões de migrantes internos. A cidade de São Paulo, mesmo sendo considerada o principal destino de recepção migratória, passou a exercer também um movimento oposto, representando, portanto, uma mudança expressiva no processo de deslocamento interno, perdendo população tanto para o interior do estado quanto para os demais estados do Sudeste e Sul. A rotatividade dessas pessoas dentro do próprio território indica a busca constante do ser humano por ascensão cultural, social e econômica.

1.3 Imigração e refúgio no Brasil

O Brasil, conhecido hoje como um país miscigenado pela diversidade de etnias, raças e nacionalidades que compõem sua população, em seus primórdios foi habitado por nativos.

Antes da chegada dos portugueses, os nativos espalhavam-se em grupos pela vasta floresta tropical, e o número de habitantes daquela época é difícil de estimar (LEVY, 1974, p. 50). Embora o estudo de Levy seja de 1974, ainda hoje não se encontrou nenhuma referência que aponte esse número com precisão.

Com a chegada dos portugueses, que adentraram o país como forasteiros e logo se apropriaram da terra, teve início a transferência forçada de africanos para o Brasil na condição de cativos, usados como mão de obra destinada às lavouras de cana-de-açúcar, pois o açúcar apresentava uma demanda representativa no continente europeu.

Os escravos eram tratados como animais e não contavam com proteção jurídica, sendo sua obrigação a produtividade e o domínio do idioma, enquanto seus donos lhes deviam alimentação e moradia (ZAMBERLAM, 2004, p. 28).

Levy (1974) nota que essa transferência de escravos africanos era duplamente forçada, caracterizada por não haver escolha por parte deles e não haver excesso populacional nas regiões de onde migravam.

Esse movimento perdurou por três séculos e introduziu em terras brasileiras aproximadamente quatro milhões de cativos (BASSANEZI, 1995, p. 3).

A partir de 1808, com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve, abertura dos portos às nações amigas e instalação da família real no Brasil, outras nacionalidades adentraram o país.

Enquanto Zamberlam (2004, p. 28) aponta que, depois dos portugueses e africanos, os primeiros estrangeiros a ingressar em solo brasileiro foram os chineses, no ano de 1812, acompanhados de suas respectivas famílias, Bassanezi (1995) enfatiza que os alemães é que foram atraídos para o povoamento da terra, estimulados pelo projeto da pequena propriedade policultora na região Sul do Brasil, seguidos por italianos e outros estrangeiros.

Um marco na história do deslocamento de pessoas foi o período das grandes migrações humanas, situado entre o fim das guerras napoleônicas, que se deu por volta de 1815, até a depressão mundial de 1930, em que aproximadamente 60 milhões de europeus e 10 milhões de asiáticos cruzaram o mundo rumo a outros continentes (MÖRNER, 1992, p. 76). Para compreender a chegada desses imigrantes ao Brasil, aponta-se primeiramente a América Latina como segundo principal destino daqueles que migraram (gráfico 1) e, de acordo com Mörner (1992), a escolha provavelmente se deveu ao fato de esses lugares serem considerados prósperos.

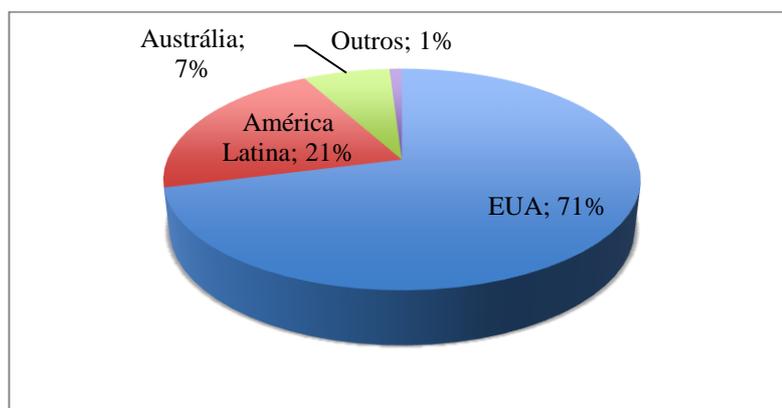


Gráfico 1 – Principais destinos da grande migração humana (1815 a 1930).

Fonte: Mörner (1992).

Daqueles que se dirigiram para a América Latina (21%, o que corresponde a aproximadamente 11 milhões de pessoas), a maioria era de italianos, seguidos de espanhóis e portugueses (gráfico 2).

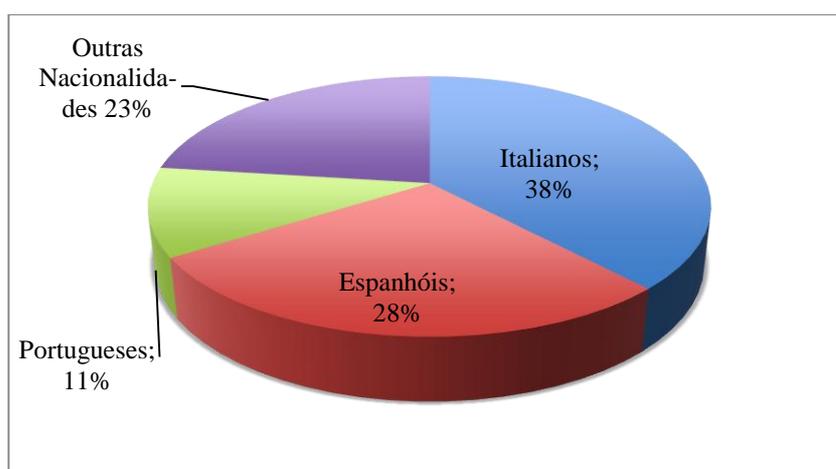


Gráfico 2 – As nacionalidades mais representativas que migraram para a América Latina de 1815 a 1930.

Fonte: Mörner (1992).

Segundo Levy (1974), do ano de 1872 até o ano de 1972, adentraram o Brasil cerca de 5.350.889 imigrantes; as principais nacionalidades encontram-se na tabela 1.

Tabela 1 – Nacionalidades que adentraram o Brasil de 1872 a 1972

Nacionalidades	Número de Imigrantes	%
----------------	----------------------	---

Portugueses	1.662.180	31,1
Italianos	1.622.491	30,3
Espanhóis	716.052	13,4
Japoneses	248.007	4,6
Alemães	223.517	4,2
Outros	878.642	16,4
Total	5.350.889	

Fonte: Levy (1974).

Os dados reunidos na tabela 1 revelam que Portugal e Itália foram as principais nacionalidades, representando 61,4% dos imigrantes estrangeiros no Brasil, seguidos em menor número por espanhóis, 13,4%; japoneses, 4,6% e alemães, 4,2%.

Considerando que os portugueses foram os colonizadores do Brasil, é compreensível esse volume, porém a diferença entre eles e os italianos é de apenas 0,8% do total, ou seja, 39.689 pessoas. Esses dados não revelam os indocumentados ou quantificam todas as entradas, em virtude de estratégias de ingresso e dificuldades na sistematização dos dados em um país de dimensões continentais.

Sales e Baeninger (2000) notam que o contingente de imigrantes na passagem do século XIX para o século XX representava 6% da população. Já a população imigrante no estado de São Paulo, onde houve a maior concentração de estrangeiros, a proporção perante a população local chegou a ser de 21% no ano de 1900 (BASSANEZI, 1995, p. 9).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), no início do século XX, a cidade de São Paulo chegou a ser identificada como “uma cidade italiana”, devido ao grande número de italianos que residiam no local. A década de 1940 foi um marco da grande metropolização que se desenvolveu a partir daí. Os imigrantes desembarcados na Hospedaria dos Imigrantes da cidade de São Paulo encontraram uma cidade bastante complexa, mas também cheia de oportunidades (SALLES, PAIVA, BASTOS, 2013, p. 140). É de suma importância salientar a imigração italiana na cidade de São Paulo, na década de 1940, pelo fato de esse trabalho consistir na atuação da Missão Paz, que é uma instituição scalabriniana, inicialmente chamada de complexo Nossa Senhora da Paz, construída nesse período para a prática da fé dos italianos que residiam na cidade.

1.3.1 Refugiados no Brasil

Para que um indivíduo seja reconhecido como refugiado no Brasil, ele tem que ser qualificado nos parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira. No ano de 1986, com as mudanças políticas no Brasil, teve início a aplicabilidade da Declaração de Cartagena, de 1984. Já em 1997, a Lei 9.474/97 afirma, em seu artigo 1º, reconhecer o refugiado como alguém que:

I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade ou não possa e não queira valer-se da proteção de seu país;

II – Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – Devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Os principais motivos que reconhecem o *status* de refugiado não somente no Brasil, mas também no âmbito internacional são cinco: raça, religião, nacionalidade, grupo social e opiniões políticas. Jubilut (2007) aponta que tais razões estão qualificadas nos três pilares que iniciaram com o advento da Revolução Francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

A Lei 9.474/97, em seu artigo 7º, prevê que:

O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento formal cabível.

Hayden (2006) nota a dificuldade encontrada em categorizar de modo satisfatório o refugiado, englobando harmoniosamente a ética, a teoria e a realidade.

Em 1997, o Brasil criou um órgão responsável por tudo que tange as questões pertinentes ao refúgio: o Comitê Nacional para Refugiados (Conare).

O Conare é formado por representantes do Ministério da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento de Polícia Federal, do ACNUR e das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro; essas últimas são organismos da Igreja Católica que atuam em prol dos refugiados.

Segundo o Conare (2014), sua área de atuação consiste em:

Analisar o pedido sobre reconhecimento da condição de refugiado; deliberar quanto à cessação “ex officio” ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; declarar perda da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção,

assistência, integração social e apoio jurídico aos refugiados, com a participação dos ministérios e instituições que compõem o CONARE; e aprovar instruções normativas que possibilitem a execução da Lei nº 9.474/97.

Quanto aos procedimentos, o estrangeiro apresenta-se e pede refúgio. Terá sua autorização provisória, que se estende a seus familiares até a decisão do processo final. Durante o período que segue, o Conare (2007) designa autoridades competentes para a análise das informações prestadas pelo solicitante de refúgio e para eventuais diligências para averiguação dos fatos. Tendo em mãos o relatório final, o Conare tomará sua decisão quanto ao reconhecimento desse indivíduo como refugiado.

No caso de reconhecimento, o Conare encaminhará à Polícia Federal o parecer final, permitindo que o refugiado regularize sua documentação (Conare, 2007).

O não reconhecimento pelo Conare deixará o solicitante sujeito à legislação de estrangeiro.

O Conare (1997) estabelece que o refugiado poderá perder sua condição quando for confirmada falsidade nas informações prestadas para o seu reconhecimento, se houver algum fato não declarado quando do reconhecimento que teria determinado uma decisão negativa, quando exercer atividades que comprometam a segurança nacional ou ainda se deixar o país sem prévia autorização do governo brasileiro. Essas são as principais razões para que um refugiado perca seu *status* perante o governo brasileiro; fora isso, é muito raro ocorrer a perda da condição de refugiado após o parecer final do Conare, ficando o indivíduo sob a proteção do governo brasileiro até que manifeste vontade de sair do país ou retornar ao seu país de origem.

O Conare, juntamente com o ACNUR (2014), divulgou os dados estatísticos dos refugiados no Brasil de 2010 até outubro de 2014 (Gráfico 3). Percebe-se um aumento significativo de refugiados, porém ainda somam menos de 1% da população brasileira. Em países desenvolvidos, esse número oscila de 15% a 20% (Conare, 2014).

Nota-se que o número de refugiados reconhecidos pelo Conare é significativamente inferior à população efetivamente refugiada no Brasil; sendo assim, é possível perceber que as condições impostas para que um indivíduo seja reconhecido como refugiado no Brasil são restritivas. Além disso, não é possível saber de que forma o Conare estabeleceu o número de refugiados não reconhecidos, posto que não existe um banco de dados, e, mesmo após incansáveis tentativas, o Conare não disponibilizou essa informação.

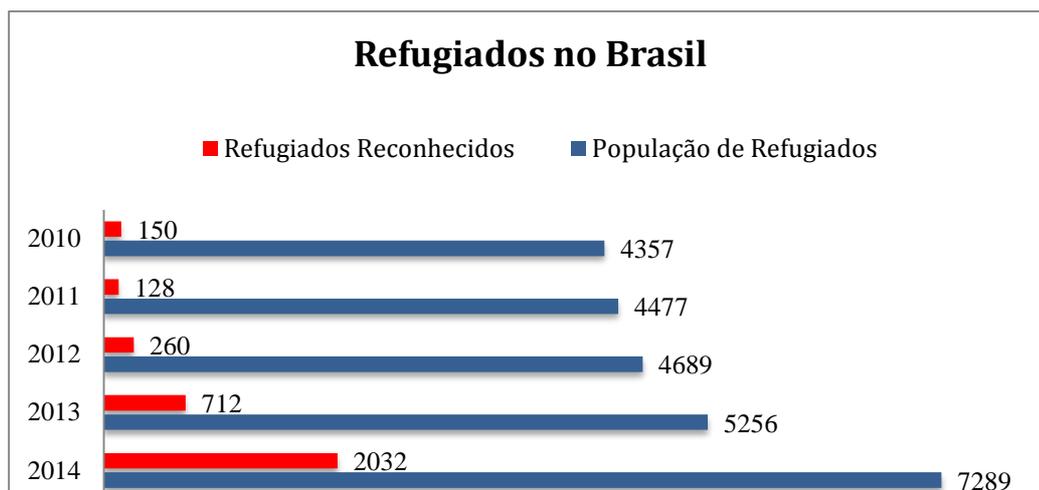


Gráfico 3 – População total de refugiados no Brasil – 2010 a 2014.

Fonte: Conare (2014).

Quanto ao gênero, o gráfico 4 apresenta a análise estatística do ACNUR-Conare (2014) dos dados referentes aos últimos quatro anos, em que a incidência de homens chegou a 90% no ano de 2013, contra 10% de mulheres, sendo o ano em que mais se destaca essa disparidade. Nota-se que o ACNUR-Conare não apontou os motivos desta desproporção entre homens e mulheres na população refugiada no Brasil, dificultando uma análise mais detalhada a partir dos números.

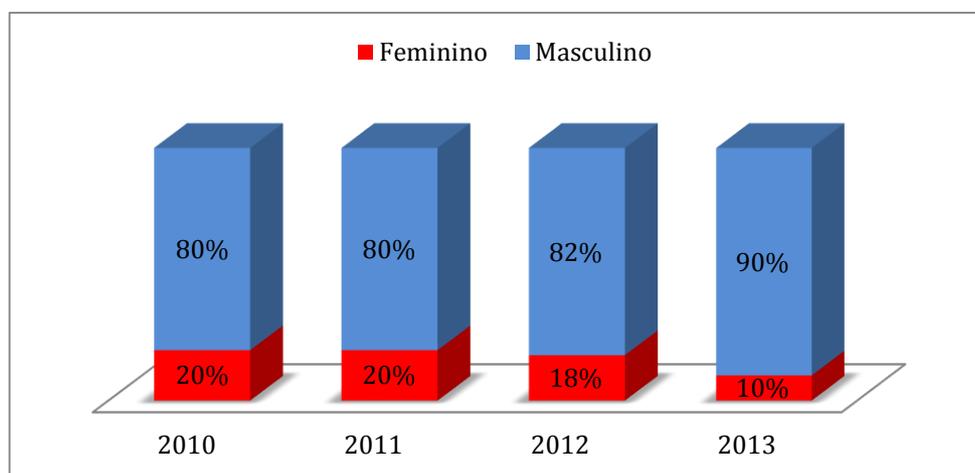


Gráfico 4 – Gênero dos solicitantes de refúgio no Brasil – 2010 a 2013.

Fonte: ACNUR-Conare (2014).

Segundo dados estatísticos do ACNUR-Conare (2014), o número de nacionalidades de refugiados que adentraram o país de 2010 a 2013 (Gráfico 5) evidencia que há um aumento gradual dessas nacionalidades, e que 2013 foi o ano de maior diversidade, totalizando 67 etnias. Atribui-se esse fato à intolerância praticada contra diferentes etnias, divulgada diariamente pelas redes de comunicação.

Percebe-se que o número de conflitos religiosos e políticos tem sido incrementado substancialmente, aumentando também a necessidade de buscar refúgio em países mais pacíficos e tolerantes.

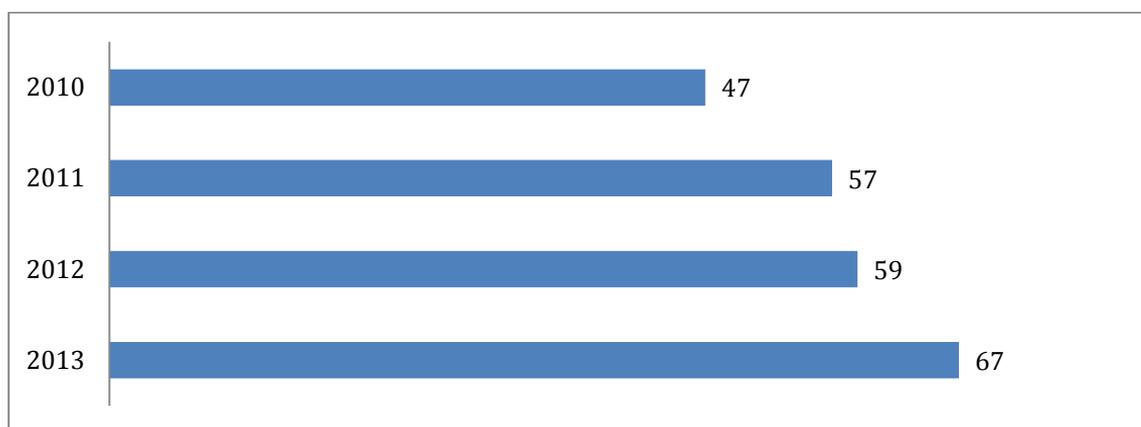


Gráfico 5 – Totalização das nacionalidades dos refugiados recebidos no Brasil – 2010 a 2013.

Fonte: ACNUR-Conare (2014).

O Conare (2014) divulgou as dez principais nacionalidades que compõem o grupo de refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro (Gráfico 6). Os principais grupos são de nacionalidade colombiana, angolana, congoleza e síria, atribuindo-se uma alteração de perfil gradual após a adoção da cláusula de cessação aplicada aos refugiados angolanos e liberianos, em 2012. Por compreender que a guerra civil teve fim nesses dois países e que a paz e a estabilidade foram novamente estabelecidas, o ACNUR determinou que a condição de refugiado fosse suspensa. Segundo o Ministério da Justiça (2012), a cessação aplicada no Brasil consiste na alteração desse *status* através da repatriação voluntária, da concessão de residência permanente ou de naturalização, embora todas essas opções estejam permeadas por regras preestabelecidas pelo MJ. Quanto ao número de sírios, a guerra civil que acontece desde 2011 produziu milhões de refugiados, e, por uma atitude acima de tudo humanitária, o Brasil abriu suas portas para essa nacionalidade.

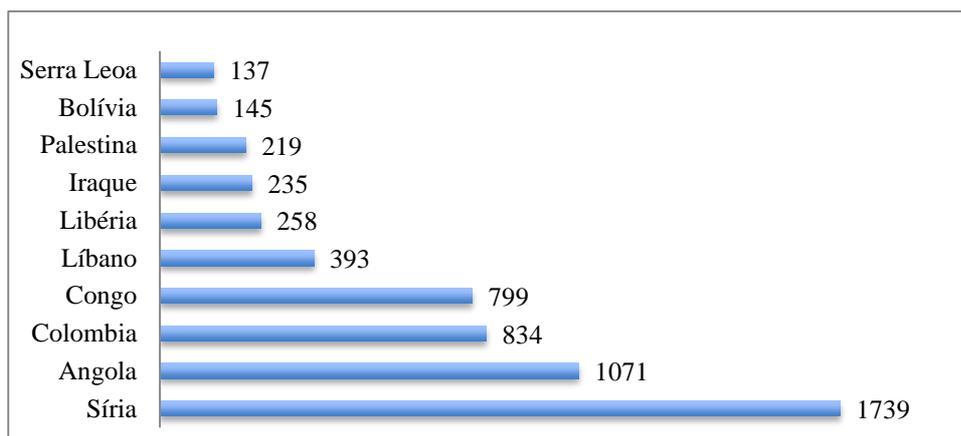


Gráfico 6 – As dez principais nacionalidades dos refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro durante o período.

Fonte: Conare (2014).

O ACNUR (2014) destaca que o reassentamento consiste em propiciar ao refugiado proteção jurídica e física, incluindo acesso a direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais sob a mesma base dos cidadãos nacionais. Relaciona-se com a proteção, e não com a vontade do indivíduo de permanecer em um ou outro país.

O Brasil faz parte do Programa de Reassentamento Solidário e, desde o ano de 2002, reassentou mais de 591 refugiados (Gráfico 7).

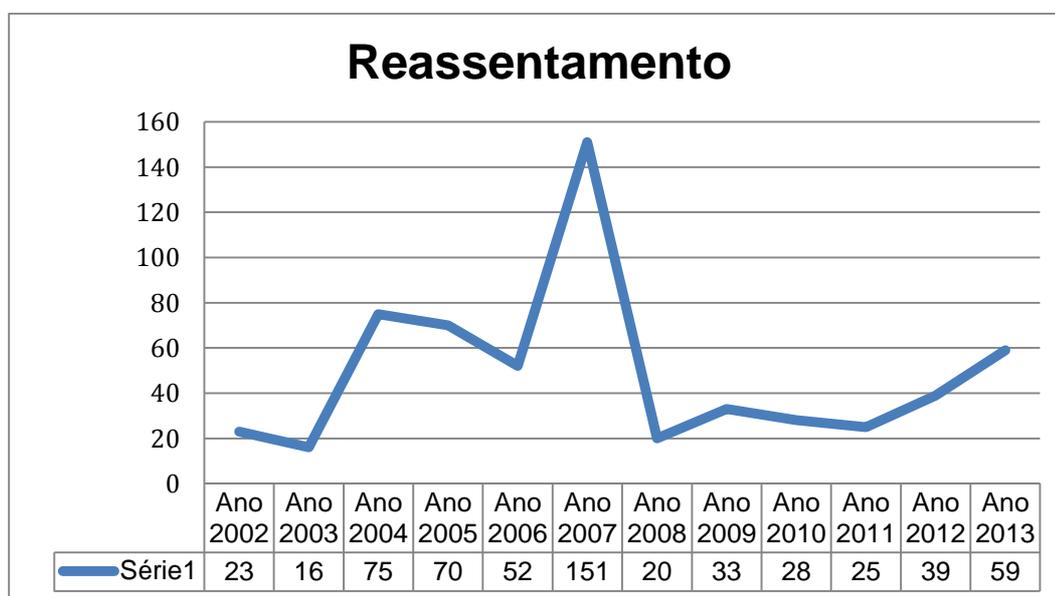


Gráfico 7 – Reassentamentos – 2002 a 2013.

Fonte: ACNUR-Conare (2014).

O reassentamento solidário consiste em receber o refugiado que já esteve num primeiro país de acolhimento, mas que não encontrou soluções que lhe dessem segurança e preservassem sua vida, sendo reassentado num novo país.

Esse tipo de ação se intensificou a partir do Plano de Ação do México, que aconteceu em 2004 e teve como principal objetivo proporcionar ao refugiado soluções duradouras como o reassentamento. Percebe-se que, no ano de 2007, aderindo ao plano de ação do México, houve maior incidência de reassentamentos; segundo o Centro de Informações das Nações Unidas do Rio de Janeiro (UNICRIO, 2010, s.i.), isso ocorreu devido ao acolhimento de 108 famílias oriundas da Palestina, vítimas da guerra do Iraque e que anteriormente se encontravam no campo de concentração *Reweished*, na Jordânia.

1.3.2 Redes de apoio entre imigrantes

No momento atual, em que milhares de haitianos chegam todos os dias à cidade São Paulo, vindos do Acre, que é a principal fronteira utilizada por eles, é notória a preocupação com esse contingente de pessoas, tanto por parte da sociedade civil, instituições filantrópicas e ONGs, como dos órgãos públicos: prefeitura e governos estadual e federal.

Nesse sentido, é importante compreender os motivos que induzem essas migrações em cadeia para um determinado destino.

As chamadas cadeias ou redes migratórias consistem em indivíduos imigrantes já instalados numa nova sociedade, que recebem o amigo, o parente ou o conterrâneo numa oferta de ajuda e conforto, agindo como facilitador cultural, social e econômico desse indivíduo.

Originalmente, a expressão “cadeias ou redes de apoio” foi definida como:

[...] o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente, por meio de suas relações sociais primárias com imigrantes anteriores (MACDONALD, 1964 apud TRUZZI, 2008, p. 202).

Sendo a cidade de São Paulo considerada um local de oportunidades, muitas redes foram se formando ao longo do tempo, como é o caso dos bolivianos, nigerianos e outras etnias, e atualmente os haitianos e sírios. Truzzi (2008) contempla tipos distintos de cadeias migratórias: homens solteiros por intermédio de recrutadores, imigração incentivada por trabalhadores já

instalados e a imigração defasada da família, em que o homem migra primeiro, estabiliza-se economicamente, para depois trazer sua família.²

Nota-se que as informações, que num passado próximo eram enviadas por meio de cartas, principalmente, hoje em dia são facilitadas por outros recursos mais rápidos, como redes sociais, aplicativos da internet, *e-mails* e telefone, possibilitando que essa troca de informações seja um instrumento capaz de incentivar as migrações e fortalecer as redes.

1.3.3 A legislação brasileira de imigração

As leis são criadas para estabelecer regras. Não são facultativas, mas sim obrigatórias, e constituem os direitos e deveres dos cidadãos. As leis sofrem alterações e relacionam-se aos interesses nacionais. O decreto 9.081, de 3 de novembro de 1911, regulamentou o serviço de povoamento, permitido a entrada de estrangeiros menores de 60 anos, em condições de trabalho e sem doenças infectocontagiosas, vetando a entrada de criminosos, mendigos, desordeiros, vagabundos, inválidos e também dos que exerciam profissões ilícitas. Em 1934, preocupado com o desemprego forçado e com aqueles que chegavam sem recursos financeiros, o governo ressaltou, no artigo IX do decreto 24.215, que, para adentrar o Brasil, o estrangeiro deveria exercer uma profissão e estar em posse de bens suficientes para se manter e também a seus acompanhantes. No ano de 1945, através do decreto 7.967, em seu principal artigo, declarou-se que a admissão de imigrantes se daria pela necessidade de preservar e desenvolver a composição étnica da população e as características convenientes de ascendência europeia. Nos decretos é possível observar que a permissão da entrada de estrangeiros vem acompanhada das necessidades e conveniências do país, e que as fronteiras são fechadas para aqueles que podem representar qualquer inconveniência ou dano.

Atualmente, no Brasil, a lei que regula a situação jurídica dos estrangeiros é a lei 6.815, de 19 de agosto de 1980.³

Em seu artigo 1º, a lei define que, em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, salientando no seu

² Durante o voluntariado na CM, foi possível perceber que alguns imigrantes e refugiados enquadram-se na imigração defasada da família, como foi proposto por Truzzi (2008).

³ Disponível na íntegra no *site* do Ministério da Justiça do governo brasileiro (2015).

2º artigo que a lei atenderá principalmente à segurança nacional, às organizações institucionais, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil.

O visto, ou seja, a autorização para adentrar o país, é concedido pelas autoridades brasileiras e pode ser: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. É importante salientar que alguns imigrantes usam o recurso do visto de turista e permanecem no Brasil como clandestinos. O artigo 7º define as pessoas que não serão beneficiadas com o visto brasileiro: menores de 18 anos desacompanhados do responsável legal ou sem autorização expressa; aquele que for considerado nocivo à ordem pública de interesses nacionais; aquele que tenha sido anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão estiver revogada; pessoa condenada ou processada em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; aquele que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde do Brasil.

O ingresso de estrangeiro no Brasil depende de um visto obtido no exterior, junto ao consulado brasileiro do local de expedição, salvo nos casos de acordo internacional que dispense visto, porém o visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro de estrangeiro ser obstado se ocorrer qualquer caso do artigo 7º ou a inconveniência de sua presença em território nacional.

O Estatuto do Estrangeiro regula a retirada compulsória do estrangeiro do país por deportação, expulsão ou extradição. A deportação é aplicada no caso de entrada irregular. É de providência imediata do Departamento de Polícia Federal e consiste na retirada do estrangeiro do Brasil. Expulsão é a retirada compulsória do estrangeiro, motivada pela prática de um crime ou por condutas incompatíveis com os interesses nacionais. A extradição é um ato de cooperação internacional, que consiste na entrega de uma pessoa, acusada e condenada por um ou mais crimes, ao país que a reclama.

Há ainda a repatriação, que ocorre quando o clandestino é impedido de ingressar em território brasileiro pela fiscalização fronteiriça e aeroportuária brasileira.

Nesse capítulo foi possível compreender a importância da hospitalidade fundamentada na dádiva e dos lugares de hospitalidade na causa dos i-migrantes, analisando as diferentes formas de deslocamento e as leis que regem a imigração e o refúgio no Brasil e no mundo, em períodos históricos distintos. No capítulo seguinte, aborda-se a Congregação Scalabriniana, vertente da Igreja Católica Apostólica Romana que atua na causa das migrações, bem como a Missão Paz, a Casa do Migrante e a Igreja Nossa Senhora da Paz, que fazem parte dessa congregação e atuam como lugar de acolhimento.

CAPÍTULO 2 OS SCALABRINIANOS E A MISSÃO PAZ

O objetivo desse capítulo é apresentar a Missão Paz (MP) e sua composição. A MP faz parte da Congregação Scalabriniana de acolhida aos i-migrantes na cidade de São Paulo.

A Congregação Scalabriniana foi fundada por João Batista Scalabrini, sacerdote italiano que sempre se preocupou com a causa das migrações, sendo chamado de “pai dos imigrantes”. Resgata-se sua inserção no Brasil e na cidade de São Paulo, demonstrando sua base religiosa. Autores como Rizzardo (1987) e Signor (2005) colaboraram em elucidar a vida de Scalabrini e sua congregação.

Na sequência, apresenta-se a Missão Paz, composta por: Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM) e seus eixos (trabalho, jurídico, saúde, comunidade e família e educação); Centro de Estudos Migratórios (CEM), que atua no estudo dos fluxos migratórios; Casa do Migrante (CM), suas regras, diretrizes e funcionamento; e, para finalizar, Igreja Nossa Senhora da Paz, vislumbrada por seus altares, imagens, afrescos e esculturas. Destaca-se que as entrevistas com os padres que compõem a MP e seus funcionários foram primordiais para a elaboração deste capítulo.

2.1 A Congregação dos Scalabrinianos

A Congregação dos Scalabrinianos foi fundada por João Batista Scalabrini e preza pelo bem-estar dos i-migrantes. João Batista nasceu em 8 de julho de 1839, num povoado chamado Fino Mornasco, na Itália (FRANCESCONI, 1985, p. 29). Rizzardo (1987) apresenta a família de Scalabrini como uma família tipicamente católica. Filho de Luís Scalabrini e Colomba Trombeta, herdou da mãe a devoção por Nossa Senhora e a dedicação aos pobres. Entregou-se ao sacerdócio ainda jovem, entrando no seminário aos 18 anos.

Rizzardo (1987) aponta que Scalabrini tornou-se bispo de Piacenza em 30 de janeiro de 1876, em Roma, nomeado pelo Papa Pio IX.

Scalabrini ficou mundialmente conhecido por sua devoção à causa das migrações. Acredita-se que seu despertar em prol dessa causa se deu em virtude de um dos maiores movimentos migratórios já conhecidos. Rizzardo (1987) diz que, entre os anos de 1850 e 1900, a Revolução Industrial, agrícola, cultural e social movimentou mais de 60 milhões de pessoas, que deixavam seus lares e partiam em busca de novas oportunidades. Da combinação de fatores

econômicos, políticos, sociais e culturais, o êxodo italiano motivou a fundação das instituições scalabrinianas (SIGNOR, 2005, p. 17). Scalabrini sentiu-se incomodado e preocupado com esse movimento e com o que poderia estar reservado àqueles que partiam.

Rizzardo (1987) nota que a inquietude de Scalabrini piorou quando, em 1886, um antigo aluno do seminário, chamado Padre Francisco Zabólio, visitou sua família, que havia emigrado para os Estados Unidos da América, e retornou desolado com a situação dos italianos lá radicados, que viviam em precariedade. Nesse momento, Scalabrini se viu com a necessidade de fazer algo por essa causa e escreveu sua primeira carta à Santa Sé, expondo a situação dos imigrantes italianos e solicitando alternativas em caráter emergencial para aqueles que haviam emigrado em busca de bens materiais e estavam ameaçados de perder sua fé e seus valores espirituais (RIZZARDO, 1987). Em 28 de novembro de 1887, foi fundada a Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, após aprovação do Papa Leão XIII. Idealizada por Scalabrini, a Congregação de São Carlos seria um instituto religioso de sacerdotes italianos que, após conveniente preparação espiritual e cultural, se comprometeriam a trabalhar em benefício de imigrantes italianos nas Américas. São Carlos Borromeu era o santo de devoção de Scalabrini, por ter levado uma vida dedicada aos pobres e por ser de sua região. Mais tarde, essa congregação se chamaria Congregação de São Carlos Scalabrinianos.

Scalabrini faleceu em 1 de julho de 1905 e deixou publicado, em 1899, o texto “Emigração dos Operários Italianos”, que diz:

A emigração é uma lei natural. O mundo físico e o mundo humano estão sujeitos a esta força arcana que move e associa sem destruir os elementos vitais. Transportando os organismos nascidos em determinado local, semeia-os pelo espaço, transforma-os e aperfeiçoa-os, renovando deste modo, a cada instante, o milagre da criação. Emigram as sementes nas asas do vento; emigram os pássaros; emigram as plantas e os animais; e, mais do que todos, coletiva ou individualmente, emigra o próprio homem, sempre como instrumento da Providência, que preside e dirige os destinos humanos. (SCALABRINI, 1899 apud RIZZARDO, 1987, p. 162)

Nesse trecho de Scalabrini, é possível perceber sua visão da imigração como algo benéfico, capaz de agregar valores e transformar algo já existente em algo novo. A mobilidade humana move também tradições, culturas e idiomas, renovando as raízes positivamente, pois é um instrumento da Providência Divina que, segundo os dogmas católicos, guia os passos do homem. O legado de Scalabrini dissipou-se pelas Américas e mais tarde por outros continentes; sua devoção aos necessitados e aos desamparados que vagam pelo mundo tem ampla visibilidade, e a Congregação de São Carlos passou a ser conhecida também como Congregação Scalabriniana.

Segundo informações obtidas no Orfanato Padre Marchetti, em 2015, o Padre José Marchetti, italiano como Scalabrini, foi o responsável por trazer os princípios da missão scalabriniana para o Brasil. Para acolher principalmente os órfãos de pais imigrantes italianos, que morriam antes de chegar, devido à longa viagem e às adversidades encontradas no caminho, sentiu a necessidade de construir um abrigo para esses órfãos e também para aqueles que aqui chegavam e não tinham para onde ir.

Foi com a ajuda do Conde José Vicente de Azevedo, que doou um terreno na região do Ipiranga e um pouco de material de construção, que se iniciaram, no ano de 1895, as obras do Orfanato Cristóvão Colombo, atualmente chamado Instituto Cristóvão Colombo – Orfanato Padre Marchetti, que ainda hoje se encontra no mesmo local, porém, devido a mudanças nas leis brasileiras, não mais funciona como orfanato, e sim como uma escola estadual e uma casa assistencial católica. Dessa casa partiam os missionários scalabrinianos para lavouras no interior de São Paulo, e mais tarde para outros estados, para dar assistência e evangelizar os imigrantes italianos.

Integrante da Congregação dos Scalabrinianos, a Missão Paz (MP) é uma instituição que acolhe os i-migrantes na cidade de São Paulo. É um dos locais onde se dá a relação inaugural desse i-migrante com a cidade.

2.2 Missão Paz

A Missão Paz (MP) é um complexo scalabriniano de integração e acolhimento aos i-migrantes na constante busca em compreender sua origem e sua cultura, respeitando-os sempre no papel de protagonistas de suas histórias.

As informações aqui contidas sobre a MP e suas vertentes foram coletadas por entrevistas realizadas com o gerente financeiro, Sr. Sérgio Luiz Silveira (2014), com os padres responsáveis pela MP: Alejandro Cifuentes, Antenor Dalla Vecchia, Luis Afonso E. Vargas e Paolo Parise (2015), e também com a assistente social da Casa do Migrante, Márcia Lourdes Araújo (2015).⁴

De acordo com Parise (2015), o objetivo da MP é proporcionar o recomeço e a sensação de pertencimento aos i-migrantes na nova sociedade. É composta pelo Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM), a Casa do Migrante (CM), o Centro de Estudos Migratórios

⁴ Conforme entrevista, no Apêndice A.

(CEM) e a Igreja Nossa Senhora da Paz. Cada uma dessas vertentes conta com suas especificidades no acolhimento e está organizada segundo suas atribuições (figura 1).

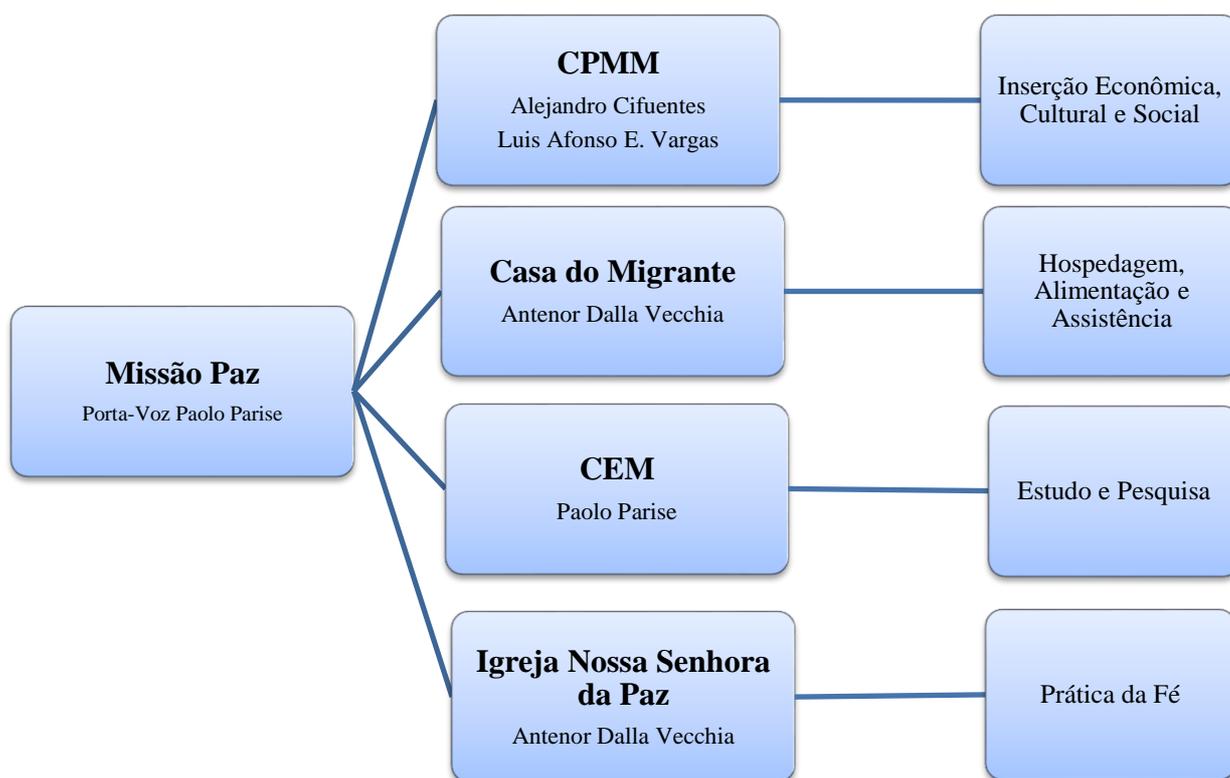


Figura 1 - Composição da Missão Paz.

Fonte: A autora (2015).

Parise (2015) declarou que o “*foco da MP consiste em viabilizar o acolhimento e a inserção econômica e social do deslocado, respeitando a diversidade de forma humanitária e abrangente*”. Ao abordar a forma de hospitalidade nos centros de reinserção social, Roy (2011) nota que ser acolhido é um direito do indivíduo e uma obrigação da sociedade. Para Parise (2015), a participação do poder público como coadjuvante deve ser revista, pois necessita-se de ajuda, mas ao mesmo tempo não se pode permitir o desvio de conduta e de princípios em prol de interesses políticos.

2.2.1 Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM)

O Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM) é dirigido pelo Padre Alejandro Cifuentes e Luis Afonso E. Vargas. O CPMM nasceu da fusão entre o Centro Pastoral dos Migrantes e o Programa de Mediação do Migrante.

“Há necessidade não somente de acolher, mas de ajudar o imigrante a recomeçar sua vida com dignidade” (PARISE, 2015).

Tendo como foco principal essa propulsão econômica, cultural e social do i-migrante, o CPMM é composto pelos eixos: trabalho, jurídico, saúde, comunidade e família e educação (figura 2).

Cada um desses eixos conta com atividades específicas. O eixo trabalho, chamado também de mediação trabalho, não tem tradição em comparação aos outros eixos, e, segundo Parise (2015), é o menos experiente. Esse eixo conta com duas vertentes: uma relacionada ao i-migrante, com cursos de capacitação profissional, cursos de português, palestra intercultural, que permite uma aproximação com a cultura brasileira e com os hábitos e costumes no trabalho e as leis trabalhistas; e a outra, que diz respeito ao empregador. Este participa de uma palestra que esclarece as questões migratórias e as leis trabalhistas brasileiras, que devem ser igualmente aplicadas aos imigrantes. A MP organiza um trabalho de acompanhamento com equipes qualificadas, que visitam os estabelecimentos contratantes e verificam as condições oferecidas aos trabalhadores, como também enviam ao Ministério do Trabalho os relatórios de contratações para que haja uma fiscalização.

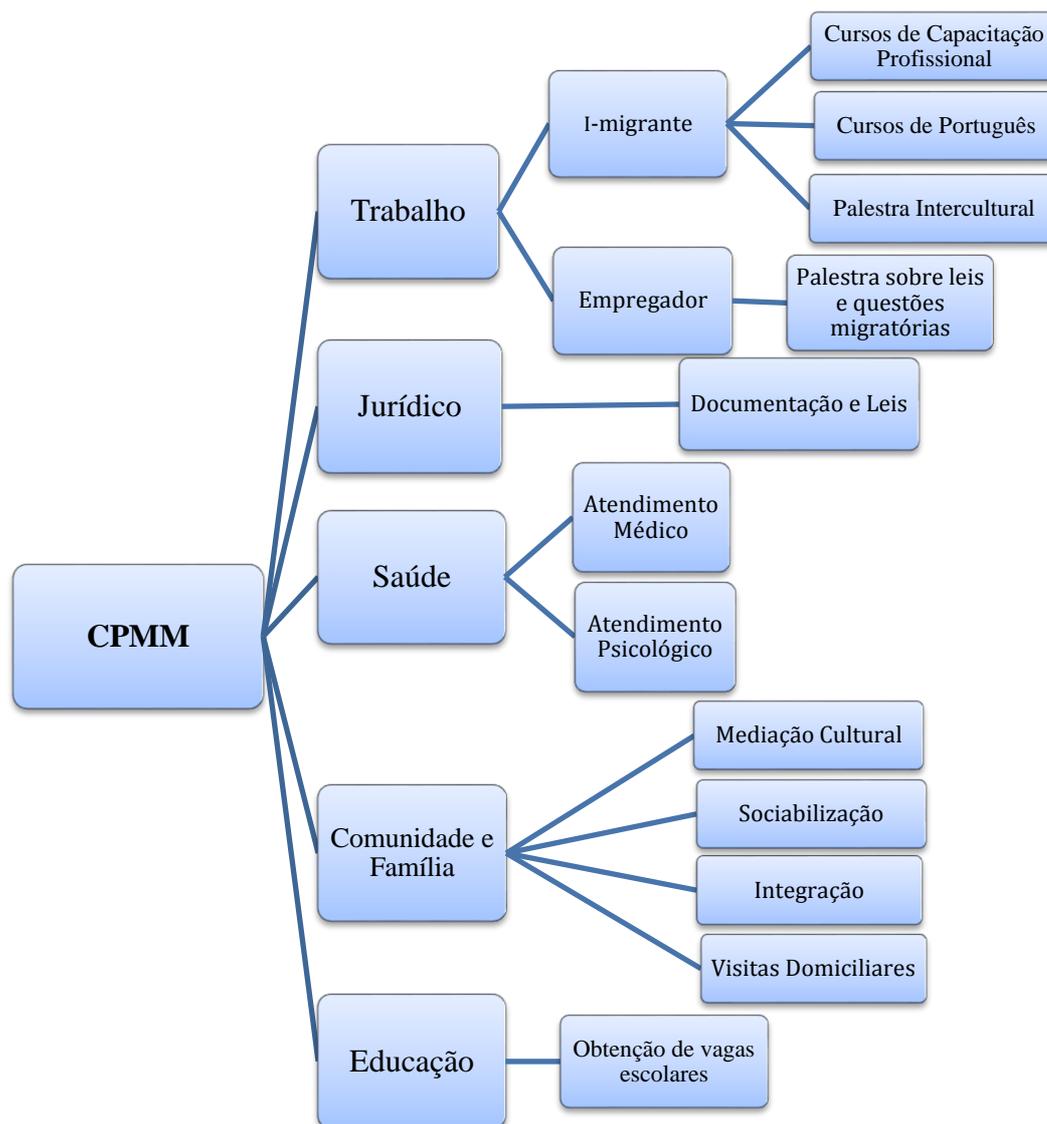


Figura 2 - Eixos que compõem o Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM).

Fonte: A autora (2015).

Os cursos profissionalizantes oferecidos contam com parcerias e atuam nas áreas de construção civil, beleza, moda, saúde e atenção ao próximo, qualificação em serviços domésticos e em serviços de varejo alimentar. Pretende-se ampliar esse eixo e minimizar as dificuldades enfrentadas pelos i-migrantes no mercado de trabalho brasileiro, segundo Parise (2015).

O eixo jurídico é composto por um advogado e três voluntários, que atuam interna e externamente nas causas migratórias. A equipe busca compreender as políticas internacionais dos países de emigração e os acordos que esses países mantêm com o Brasil, visando a regularização da situação do i-migrante. É responsável por toda tramitação de documentos junto a órgãos especializados, inclusive analisando a vulnerabilidade e a situação socioeconômica do

indivíduo e, em muitos casos, responsabilizando-se pelos custos financeiros perante esses órgãos. Com atendimentos semanais e algumas exceções, os motivos de atendimento de maior incidência consistem de tramitação de documentos, locação, falta de pagamento de empregadores, separação conjugal, guarda de menores e violência doméstica (MISSÃO, 2014). Para Parise (2015), existe a necessidade de contratação de mais um advogado, devido ao aumento de atendimentos, e essa estratégia encontra-se em estudo pela diretoria da MP.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade. O deslocamento, na maioria das vezes, colabora com a vulnerabilidade da saúde do indivíduo, pois coloca-o em situações adversas durante seu percurso e no país onde escolheu recomeçar. O eixo saúde atua na promoção ativa do bem-estar daqueles que ali chegam. Composto por uma técnica de saúde, uma psicóloga e alguns voluntários, busca um atendimento digno e adequado a todos aqueles que dele necessitam. Esse eixo se apoia no Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a todos os cidadãos, independentemente de sua nacionalidade, porém de acordo com as possibilidades, assim como enfrentadas pelos brasileiros que dele dependem.

O eixo comunidade e família visa a integração do deslocado na sociedade de acolhimento e sua sociabilização em sua rede de iguais. Conhecendo as dificuldades de adaptação no que diz respeito à cultura e à tradição trazidas em sua bagagem emocional, o eixo promove um diálogo com esses i-migrantes para compreender suas características e viabilizar suas necessidades individuais e grupais, relacionadas à família e à comunidade, incentivando as diferentes etnias a preservar sua identidade cultural. Colabora para que essas atividades aconteçam e atua através de uma célula chamada “mediação cultural”. Os atendimentos desse eixo acontecem na MP, mas podem estender-se a visitas domiciliares ou a comunidades que necessitem do trabalho de integração. Além disso, promove a sensibilização junto à sociedade das causas relacionadas aos movimentos migratórios.

A principal atividade do eixo educação é garantir o ingresso dos filhos dos i-migrantes nas escolas da rede pública de ensino. Sabendo da dificuldade de inserção econômica, social e cultural vivenciada por eles, o eixo promove palestras e encontros de sensibilização humanitária entre membros do CPMM, da sociedade civil e de alunos de escolas públicas e particulares, no sentido de minimizar a discriminação, o preconceito, a intolerância e a xenofobia. Existe um trabalho desse eixo que conta com a colaboração do Centro de Estudos Migratórios (CEM), articulando parcerias com universidades públicas e particulares e propiciando aos i-migrantes a possibilidade de dar continuidade aos estudos.

2.2.2 Centro de Estudos Migratórios (CEM)

O CEM é um centro de estudos migratórios scalabrinianos integrado com diversos países; foi fundado em 1969. Realiza pesquisas que visam compreender os fenômenos migratórios, analisar os fluxos, suas populações, culturas e as características das imigrações. Presta serviços aos agentes que atuam junto aos migrantes, bem como a estudantes, pesquisadores e agentes sociais. Integram-no as divisões da *Revista Travessia*, uma biblioteca virtual, um acervo documental e iconográfico, um acervo bibliográfico, assessorias, atendimento a estudantes e pesquisadores, parcerias e eventos no âmbito das migrações e ensino a distância (figura 3). Cada uma dessas divisões, com suas especificidades, busca um mesmo propósito: analisar, pesquisar, compreender e registrar as causas da imigração. Seus acervos documental, iconográfico, virtual e bibliográfico reúnem, em vários idiomas, revistas, documentos, fotografias, livros, artigos, dissertações e teses relacionadas à causa migratória. A *Revista Travessia*, publicada desde 1988, reúne artigos, entrevistas e dados relacionados à mobilidade humana. O CEM também colabora com estudantes, pesquisadores e professores, disponibilizando seu acervo e colaborando para o enriquecimento do tema. As parcerias e assessorias visam estimular o debate sobre a causa da mobilidade humana, envolvendo entidades e viabilizando a prática de acolhimento e integração dos migrantes.



Figura 3 - Composição do Centro de Estudos Migratórios (CEM).

Fonte: A autora (2014).

O ensino a distância (EAD) é uma modalidade de educação que acontece exclusivamente *on-line*, não há aulas presenciais. O curso oferecido pelo CEM refere-se à especialização pastoral da mobilidade humana. As disciplinas são anuais, e seu público-alvo são os agentes de pastoral, leigos scalabrinianos, colaboradores das missões scalabrinianas e pessoas de diferentes áreas relacionadas ao tema.

2.2.3 Casa do Migrante

A Casa do Migrante é uma casa de acolhimento ao deslocado, localizada no bairro do Glicério, no centro de São Paulo, e, assim como o CPMM e o CEM, também tem suas especificidades e conta com serviços diferenciados (figura 4). A casa abriga em média 100 i-migrantes por período, independentemente de gênero, idade e religiosidade, e tem capacidade máxima para até 110 pessoas. Para isso, conta com 11 funcionários registrados de acordo com

a legislação trabalhista brasileira, sendo 1 gerente administrativo e financeiro, 1 assistente social, 3 cozinheiras e 6 porteiros.

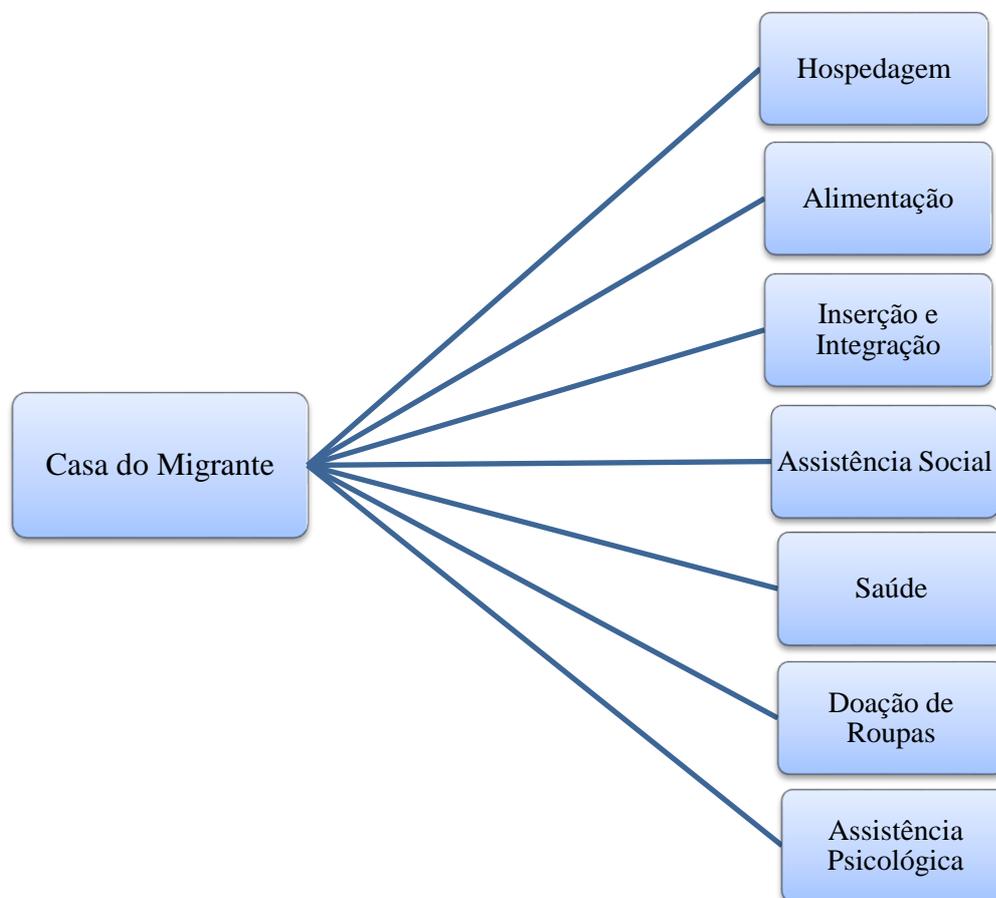


Figura 4 – Serviços oferecidos na Casa do Migrante.

Fonte: A autora (2015).

O período de permanência na casa é de aproximadamente 90 dias. Nesse período, considerado período de adaptação, há um acompanhamento da assistente social para que as necessidades básicas desse i-migrante sejam atendidas, englobando atendimento jurídico, psicológico, médico e até mesmo espiritual. Embora curto, esse período permeia a reorganização das ideias, o contato com o idioma, a alimentação, a cultura, os costumes e ainda conta com a assistência e proteção da casa e com o apoio dos eixos da Missão Paz, explorados adiante.

A edificação foi construída juntamente com a Igreja Nossa Senhora da Paz, e passou por diferentes funções: inicialmente, de creche para os filhos dos imigrantes italianos, casa de acolhimento para imigrantes internacionais, especialmente latino-americanos fugindo das ditaduras militares, migrantes internos oriundos do Norte e Nordeste do Brasil. Em determinado momento passou de casa de acolhimento para um abrigo que, segundo Dalla Vecchia (2015),

ele não sabe precisar o ano, mas diz nessa época era um “*depósito de pessoas*”, pois, onde cabem 110 pessoas, eram colocadas até 300 pessoas, numa situação quase desumana. Nessa fase, o poder público administrava o espaço por meio de convênios. Em determinado momento, que nenhum dos padres conseguiu precisar, descontente com a administração pública, a Congregação dos Scalabrinianos cancelou o acordo e retomou o acolhimento dos imigrantes, oriundos principalmente da África, da América do Sul e da América Central, especificamente do Haiti. Isso ocorre até o momento atual, em que a Missão Paz e a Casa do Migrante tornaram-se referência de acolhimento aos i-migrantes que chegam à cidade de São Paulo.

A casa conta com uma assistente social, que estabelece o primeiro contato do i-migrante com a casa, onde recebe suas diretrizes e para onde se dirige quando ocorre qualquer problema ou para qualquer coisa de que necessite. Quanto à saúde, a casa recebe visitas semanais de um médico do Sistema Único de Saúde (SUS); a assistência psicológica é realizada por uma funcionária da casa e por voluntários da Universidade de São Paulo, que fazem o acompanhamento psicológico dos moradores. Dalla Vecchia (2015) ressalta que há casos que necessitam de um acompanhamento individual, por se tratar de pessoas dilaceradas pela vivência da migração. A casa conta com funcionários responsáveis pelo preparo das refeições, bem como um refeitório com mesas e cadeiras, onde são servidas três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar. O café da manhã consiste em pão com manteiga, café e leite, e as demais refeições ocorrem de acordo com a disponibilidade de ingredientes, e, na maioria das vezes, são compostas por arroz, feijão, macarrão, salada, verduras, carne, salsicha etc.

As doações de roupas geralmente são realizadas pela sociedade civil, e a casa faz uma triagem e doa as roupas aos moradores de acordo com suas necessidades. Quanto à inserção/integração dos i-migrantes, a casa conta com o apoio dos eixos da MP. Esses serviços serão abordados com maiores detalhes ao longo do capítulo.

Segundo Dalla Vecchia (2015), o principal objetivo da Casa do Migrante é que o migrante se sinta realmente acolhido e possa, nesse curto espaço de tempo, organizar suas ideias e se reestruturar; não se trata de um abrigo, mas de um local onde o migrante deve se sentir em casa e para onde deve retornar com alegria.

Observa-se na fotografia 1 a presença de um pátio interno, com plantas e bancos para o descanso dos moradores.



Fotografia 1 – Pátio da Casa do Migrante.

Fonte: A autora (2014).

A cada alteração de comportamento nacional ou mundial, seja por motivos econômicos, tragédias provocadas por fenômenos da natureza, guerras, perseguições políticas, religiosas ou quaisquer outros tipos de perseguições, novos rostos são vislumbrados na casa: ora italianos, ora nordestinos e nortistas, ora vietnamitas e coreanos, ora bolivianos e colombianos, ora haitianos, angolanos e congoleses, entre tantos outros.

Durante a pesquisa de campo, detectou-se que a solicitação de vaga para a Casa do Migrante chega das mais diversas formas: apresentação espontânea de i-migrante que conhece a casa através de conterrâneos já acolhidos no local, através da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, de consulados, da Prefeitura ou das assistentes sociais da Missão Paz.

[...] desde a chegada no aeroporto, quando eles se encontram com alguém, e tem dentro do aeroporto um serviço de atendimento humanitário, em que é realizado um trabalho de acolhida. Também por amigos, não só os que estão no Brasil, os que também já moraram na casa e conhecem esse serviço, assim como o consulado, a Cáritas, a Prefeitura e o próprio migrante batendo diretamente na porta da Casa (Márcia Araújo, 2015, assistente social da Casa do Migrante).

Como a demanda é maior que a capacidade da casa, o parâmetro utilizado para aceitar o solicitante de abrigo é a vulnerabilidade humana; analisam-se o perfil socioeconômico e também a condição geral. Márcia Araújo, assistente social da casa, destaca que, se o indivíduo acabou de chegar, está sozinho, sem recursos, não conhece o idioma, a cultura e não tem rede de apoio em São Paulo, ele é considerado vulnerável. Outros fatores também podem forçar a aprovação da vaga; para isso é feito um diagnóstico da situação pela assistente social, que

identifica a dificuldade enfrentada pelo i-migrante, cedendo-lhe a vaga (Márcia Araújo, 2015). Dalla Vecchia (2015) nota que há um outro parâmetro que pesa na admissão de um novo morador: a nacionalidade. Quando a casa tem um número expressivo de uma mesma nacionalidade, há discórdia e divergência entre os moradores, então, numa triagem realizada pela assistente social, é aconselhado que a mesma opte por outra nacionalidade, e não pela que já predomina na casa, evitando assim problemas futuros.

Para que haja uma boa convivência, são estabelecidas regras no momento do ingresso, pois há deslocados de diversas etnias, e seus hábitos e costumes são distintos. Caso as regras não sejam respeitadas, o acolhido poderá sofrer o desligamento automático da casa. Se as faltas forem pequenas, o indivíduo será advertido, porém três faltas seguidas acarretam o desligamento automático.

As principais regras encontram-se sistematizadas no Manual do Morador da Casa (2012). São elas: respeitar os horários estabelecidos, sejam das refeições, da entrada e saída da casa, da lavagem da roupa e do silêncio; entender que a casa não se responsabiliza por nenhum pertence pessoal, portanto cada um deverá zelar pelos seus; não agredir os agentes da casa nem os moradores; fumar apenas na área externa; arrumar as camas e manter silêncio nos dormitórios; não usar entorpecentes; colaborar com a limpeza; não usar celulares nos quartos durante a noite; a casa não proíbe ninguém de beber, apenas não permite a entrada de pessoas alcoolizadas; em caso de trabalho comprovado, o indivíduo poderá entrar após as 22 horas, desde que avise com antecedência.

Dalla Vecchia (2015) diz que, quando chegou à casa, em 2011, as regras gerais já haviam sido estabelecidas, mas ele percebe que há necessidade de alterações, visto que há um grande dinamismo na casa quanto à diversidade de etnias, recebendo a todo momento indivíduos com diferentes necessidades, que devem ter sua individualidade e sua cultura respeitadas, embora seja um local de coletividade.

A casa é dividida em duas alas, masculina e feminina, onde as mulheres permanecem sozinhas ou acompanhadas de suas filhas; no caso de estarem acompanhadas de filho do sexo masculino, este deverá ter menos de 8 anos de idade, caso contrário, mãe e filho não poderão permanecer na casa. Segundo Márcia Araújo (2015), “*as mulheres percorrem desnudas ou enroladas em toalhas o trajeto dos banheiros para os dormitórios, sendo que não há um lugar privativo para se vestirem*”; assim, a presença de um menino com idade superior a 8 anos causaria desconforto para as outras mulheres, pois, de acordo com ela, estudos comprovam que essa seria a idade do despertar da sexualidade masculina. Por outro lado, seria perigoso dormir

na ala masculina sem acompanhamento de um tutor, declarando haver a necessidade de um quarto familiar, mas a CM ainda não dispõe desse recurso.

A ala feminina (fotografia 2) é menor que a masculina, pelo fato de ser maior a incidência de homens migrantes que a de mulheres. Essa ala conta com quatro aposentos, 25/26 leitos e um banheiro; esse número pode variar na presença de crianças, quando se montam berços ou se disponibilizam mais camas. A maioria das camas é beliche, pois ocupa menos espaço e comporta duas pessoas. Cada quarto conta somente com as camas e uma janela lateral; as roupas ficam nos bagageiros, e o banheiro, fora do quarto, é comunitário.



Fotografia 2 - Aposento da ala feminina.

Fonte: A autora (2015).

Na ala masculina ficam somente os homens adultos; esporadicamente, algum deles chega acompanhado de um filho menor e sem esposa, sendo assim, em casos específicos, obtém permissão de ter o filho como acompanhante na ala dos homens, sob seus cuidados.

Esta ala conta com 10 aposentos, sendo 9 deles de vagas fixas e 1 deles com 7 leitos para pernoite, totalizando 86 leitos para homens. Cada integrante da casa tem sua cama e um armário para seus pertences pessoais. Esses armários, chamados de bagageiros, ficam trancados, e as chaves, sob custódia de seus usuários. Nesse pequeno bagageiro (fotografia 3) se guardam relíquias de uma vida; ali se observam fotos da infância, da casa onde moravam e de parentes e amigos deixados para trás, objetos de valor sentimental, roupas, calçados, produtos de higiene pessoal e alguns objetos de uso doméstico, como panelas, panos de prato e talheres, caracterizando a esperança de um reinício e a perspectiva de um novo lar.



Fotografia 3 - Bagageiro individual.

Fonte: A autora (2015).

Cada morador da casa é responsável por manter a organização de seus pertences e de seu leito; já a arrumação dos aposentos e a dos banheiros são tarefas comunitárias, não sendo permitido desmazelo nas suas instalações. Acordam por volta das 6 horas da manhã, e o café da manhã, composto por pão, manteiga, café, leite e achocolatado para as crianças, é servido diariamente das 6:45 às 7:40. Após o café, existe a tolerância de 20 minutos, portanto até as 8 horas, para que todos deixem a casa, exceto pessoas doentes, gestantes, idosos, mães com filhos pequenos e até quatro voluntários que ajudam na limpeza e organização e no preparo das refeições. Esse período fora da casa deve ser usado para procura de trabalho, regularização de documentos, realização de cursos profissionalizantes e de idiomas proporcionados por entidades parceiras, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ida à Polícia Federal, ao ACNUR ou à Cáritas Arquidiocesana e, para os que já estão há mais tempo, a busca de moradia nos diversos bairros da cidade de São Paulo.

Para os que ficam na casa, o almoço é servido diariamente às 12 horas e às 12:30 nos finais de semana. É composto basicamente de arroz, feijão, legumes ou salada e um acompanhamento (carne, frango, macarrão etc.), de acordo com as possibilidades do dia. O jantar é servido diariamente às 19 horas, e nos finais de semana às 18 horas.

Em entrevista, Silveira (2014) informou que são consumidos diariamente 15 quilos de arroz e 7 quilos de feijão, sendo 5 quilos de arroz e 2 quilos de feijão no almoço, e 10 quilos de arroz e 5 quilos de feijão no jantar.

As roupas usadas pelos moradores têm dia certo para serem lavadas: às segundas, quartas e sextas-feiras, a lavanderia é disponibilizada para as mulheres, que podem entrar mais cedo na casa (a partir das 13 horas até as 18 horas). Já os homens podem utilizar-se da lavanderia às quintas-feiras e aos sábados, no mesmo horário, e também têm a possibilidade de adentrar a casa a partir das 13 horas.

Silveira (2014) diz que, em sua opinião, o maior obstáculo enfrentado pelos deslocados é o idioma, e que, mesmo não estando no patamar da excelência, a casa busca soluções continuamente. No momento, a casa conta com uma sala de aula destinada a ministrar aulas de português para os moradores e de francês para os funcionários, minimizando, assim, o obstáculo da comunicação e preparando esses indivíduos para o mercado de trabalho e para a nova sociedade.

2.2.4 Igreja Nossa Senhora da Paz

O projeto inicial da Igreja Nossa Senhora da Paz nasceu da necessidade de reunir e acolher espiritualmente os italianos católicos residentes na cidade de São Paulo (COSTA, 2005).

Costa (2005) aponta que, como membro da Congregação de São Carlos Scalabrinianos, o Padre Francisco Milini sentiu de perto as necessidades enfrentadas pela colônia de italianos, que não tinha um lugar para se reunir e praticar a religião, e assim, no início de 1936, idealizou o projeto da construção de um complexo arquitetônico com essas características.

Com uma carta dirigida ao arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, em 8 de junho de 1936, após ter seu projeto aprovado pelo Cardeal Rossi (superior geral) e pela Santa Sé, Padre Milini expôs as necessidades da edificação:

Il.mo. e Rev.mo Sr. Dom Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo metropolitano de São Paulo. A pia sociedade missionária de São Carlos, cujo fim principal é a assistência espiritual aos italianos residentes no estrangeiro, desejando realizar na cidade de São Paulo suas finalidades por intermédio de seu superior regional, abaixo assinado, vem humildemente expor suas intenções, com a ereção: a) de uma casa religiosa para residência de padres; b) de uma igreja, onde organizar a assistência religiosa, não em forma paroquial, mas sim de ação social, não limitada em um território, mas que abrange todos os

elementos da colônia italiana; c) de um salão de festas; d) de uma escola; e) de um dispensário. (MILINI, 1936 apud COSTA, 2005, p. 35)

Dessa forma, pôde demonstrar seus anseios e suas necessidades diretamente ao arcebispo, pois somente ele poderia autorizar o início das obras. Percebe-se que a intenção do Padre Milini não era edificar somente uma igreja, pois, quando sugere um território de ação social, implicitamente sugere um local de acolhimento.

Costa (2005) descreve que, em 10 de julho do mesmo ano, Dom Duarte, que era conhecedor da vontade do Cardeal Rossi e da Santa Sé, apreciou a carta do Padre Milini e concedeu a licença para a construção do complexo Nossa Senhora da Paz, com a seguinte provisão:

Atendo ao que nos apresentou o superior dos Missionários de São Carlos, padre Francisco Milini, solicitando a licença para erigir sua casa religiosa, havemos por bem conceder à referida Sociedade, licença para abrir uma residência à rua do Glicério a fim de organizar a assistência religiosa em favor da colônia italiana de São Paulo. (SILVA, 1936 apud COSTA, 2005, p. 35)

Foi a partir dessa resposta que se iniciou todo o processo de edificação do complexo Nossa Senhora da Paz, hoje chamado de Missão Paz. Costa (2005) ressalta que, mesmo depois da aprovação, as obras demoraram em torno de dois anos para iniciar devido à falta de recursos financeiros. Nesse caso, a participação das senhoras italianas teve um papel fundamental na edificação do complexo. Em 1938, idealizou-se a formação de uma associação com o objetivo religioso, e seus membros se encarregariam da “Igreja dos Italianos”; essa associação denominou-se “Associação Nossa Senhora da Paz” (COSTA, 2005, p. 36).

Antes do projeto final, que deu origem à construção atual, outros projetos foram apresentados. Parise (2015) diz que inclusive a possibilidade de estilo gótico foi sugerida, mas logo descartada, por ser o estilo escolhido na construção da Catedral da Sé. Sabendo que a obra do complexo demandaria tempo, foi construída uma capela de madeira (fotografia 4) para suprir de imediato as necessidades religiosas dos imigrantes italianos.

Fundada em 24 de março de 1940, por décadas ofereceu aos domingos missas rezadas em italiano e ainda hoje, mensalmente, presta esse serviço.



Fotografia 4 – Igreja Nossa Senhora da Paz, em 1940.

Fonte: Acervo da Biblioteca da MP.

A construção da Igreja Nossa Senhora da Paz, que hoje se encontra na Baixada do Glicério, foi idealizada pelo arquiteto italiano Leopoldo Pettini, em tijolo aparente, com cinco grandes arcos na sua entrada, construída sobre um patamar elevado com vários degraus. Ramos (2008) compara esse detalhe aos antigos templos gregos e ainda diz que o projeto de Pettini estabelece um diálogo com a tradição italiana, mas de forma contemporânea, por não imitá-la. Conta com um generoso pátio de estacionamento, que funciona algumas vezes como local de festas dos imigrantes, ganhando uma cobertura de lona, e com torres laterais. Olhando de frente, à esquerda se encontra a Casa do Migrante e, à direita, a Missão Paz.

É possível observar as semelhanças entre o projeto inicial (fotografia 5) e a edificação da igreja (fotografia 6).



Fotografias 5 e 6 – Projeto e Edificação da Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: Acervo Iconográfico da Igreja Nossa Senhora da Paz (2015); A autora (2015).

A Igreja Nossa Senhora da Paz representa a parte religiosa da MP. Composta pelas paróquias Latino-americanos, Italianos e Territorial Glicério, tem por objetivo a evangelização das diferentes nacionalidades a que atende. A paróquia Latino-americanos, por meio dos padres Alejandro Cifuentes, mexicano, e Luis Afonso E. Vargas, colombiano, juntamente com seminaristas, celebra a fé, nos finais de semana, junto aos latinos que se encontram espalhados principalmente na periferia da cidade de São Paulo. A paróquia Italianos é direcionada à população dessa nacionalidade e oferece a missa mensal, organizada por grupos regionais ou associação de italianos presentes na cidade de São Paulo. Por fim, a Territorial Glicério atende às necessidades religiosas dos moradores do bairro, bem como das populações das demais nacionalidades não contempladas pelas outras duas paróquias.

Suas quatro estruturas, que se encontram representadas na figura 5, são: fé e cultura, pastorais, vida em comunidade e celebração religiosa. As pastorais se distribuem da seguinte forma: migrante (geral), latinos (coletividade), juventude, criança, dízimo, catequese (crianças, jovens e adultos), grupos de oração e grupos de ministros (Dalla Vecchia, 2015).

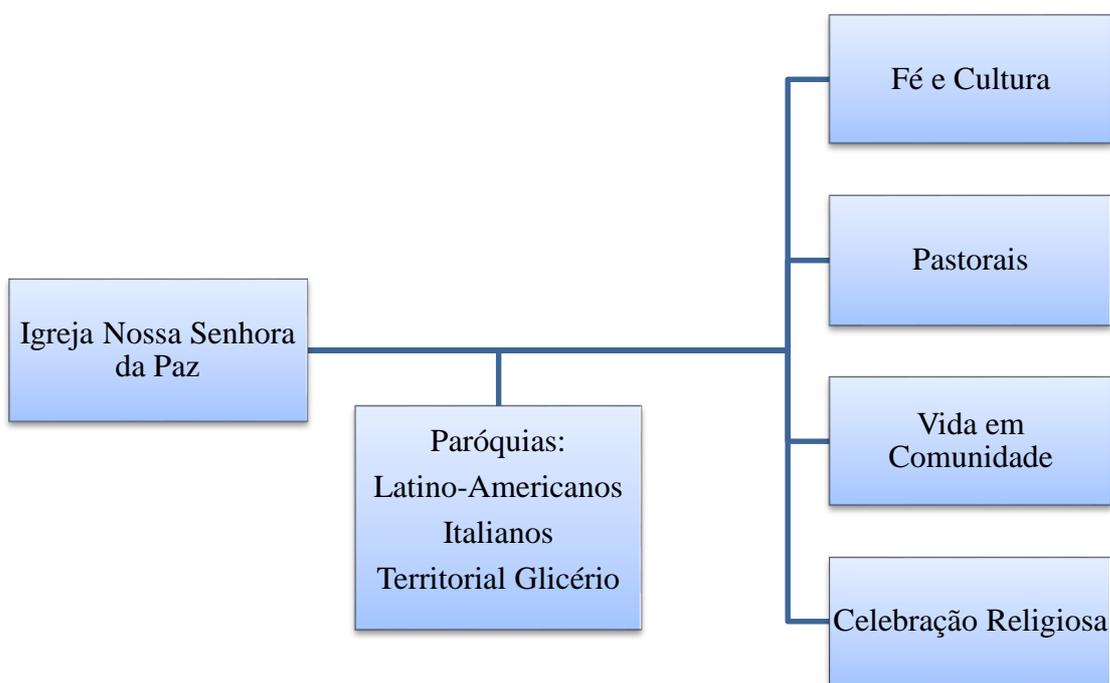


Figura 5 – Composição da Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

Percebe-se que a igreja está voltada para a prática da fé e, através de suas pastorais, busca atender às necessidades religiosas e assistenciais da comunidade. Quanto às celebrações, a igreja conta com missas rezadas diariamente em português, de segunda a sábado, às 19 horas, e, aos domingos, às 8, 9 e 19 horas. Oferece também missas em espanhol para a comunidade

latina, que ocorrem às 12 horas no último domingo de cada mês; em italiano, que ocorrem às 11 horas no primeiro domingo de cada mês; e em francês, que ocorrem às 11 horas no terceiro domingo de cada mês.

No interior da igreja, é possível admirar as esculturas e afrescos dos artistas italianos Galileo Emendabili⁵ e Fulvio Penacchi,⁶ representando a arte sacra numa abordagem pré-renascentista, na qual revelam a organicidade do projeto arquitetônico e artístico.

Engana-se quem pensa que arte é pura reprodução, cópia ou fotografia. Arte é criação. É preciso ver a Igreja da Paz para se ter uma ideia do esforço inteligente dos artistas que conduziram sua construção e seu acabamento. (MENSAGEIRO DA PAZ, 1943, s.i.)

Esse texto de 1943 aborda a organicidade do conjunto, ressaltando o entrosamento entre os artistas. Ainda hoje, ao adentrar a igreja, tem-se a impressão de que a obra, incluindo a edificação, as esculturas e os afrescos, é fruto de uma única pessoa, tamanha a integração conferida por Pettini, Penacchi e Emendabili.

Bortolato (2005) diz que muitas pessoas que transitam naquela região pobre da cidade de São Paulo não imaginam o tesouro artístico que existe ali.

Emendabili esculpiu em terracota⁷ as catorze estações da Via Sacra (fotografia 7), o caminho percorrido por Jesus Cristo até sua crucificação e morte; essas estações distribuem-se pelas pilastras da igreja.

⁵ Carvalhosa (2013) aponta que Galileo Emendabili partiu da Itália em 1923, no vapor Duca degli Abruzzi, rumo a Buenos Aires, porém, após tomar conhecimento através do comandante que, por motivos políticos, seu assassinato aconteceria a bordo, desembarcou no porto de Santos, no Brasil, em 3 de julho do mesmo ano, acompanhado de sua esposa. Dirigiu-se à capital paulista por ter tomado conhecimento de haver ali numerosa colônia de italianos, demonstrando nessa atitude que as redes de imigrantes entre conterrâneos já era apreciada naquela época. O Brasil tornou-se sua pátria até sua morte, no ano de 1974. Carvalhosa (2013) nota que Emendabili deixou inúmeros trabalhos consagrados, como: *O cientista e cafeicultor Luiz Pereira Barreto*, erguido na Praça Marechal Deodoro; *O monumento dos heróis constitucionistas de 1932*, localizado no Ibirapuera; entre tantas outras obras distribuídas pela cidade, como na Igreja Nossa Senhora da Paz e no cemitério do Araçá. Em 1929, conheceu Fulvio Penacchi, de quem se tornou amigo.

⁶ Penacchi deixou a Itália por motivos políticos e teve o Brasil como sua nova pátria. Pertencente ao Grupo Santa Helena, que consistia na união de artistas no Palacete Santa Helena, localizado na antiga Praça da Sé. Esse grupo surgiu em meio às transformações sociopolíticas da Revolução de 1930, e esses artistas distribuíam-se pelos ateliês, onde executavam suas pinturas e sua arte.

⁷ Trata-se de argila cozida no forno sem ser vitrificada, embora muitas vezes seja pintada.



Fotografia 7 – *Via Sacra*, de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

A imagem de Jesus crucificado (fotografia 8) representa a décima segunda estação da Via Sacra, porém será demonstrada em maior tamanho para apreciação dos detalhes da minuciosa obra de Emendabili.



Fotografia 8 – *Jesus crucificado*, de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

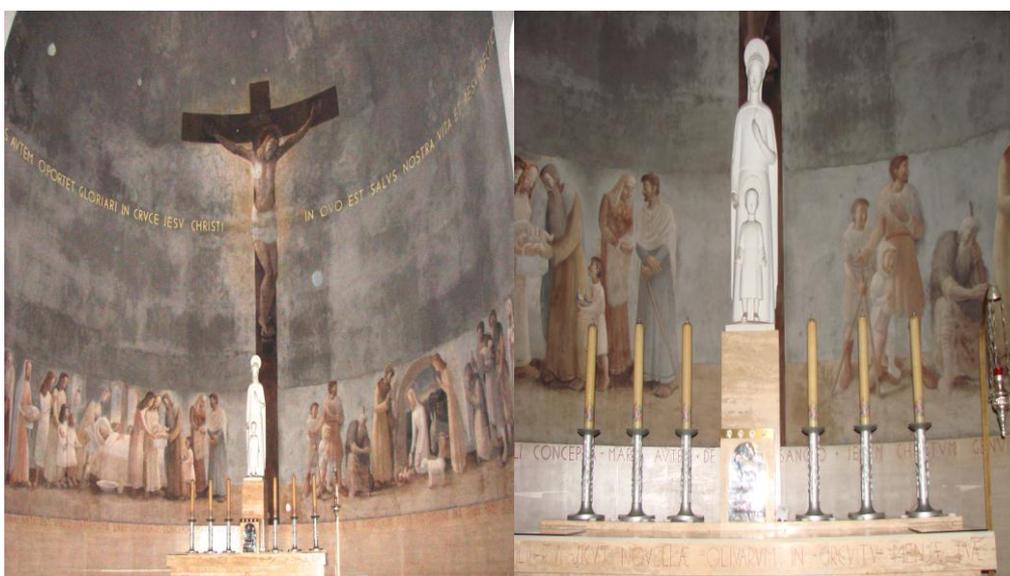
Segundo Dalla Vecchia (2015), todos os bancos da igreja (fotografia 9) foram elaborados por Emendabili. Ramos (2008) aponta que a capacidade da Igreja Nossa Senhora da Paz é de 368 pessoas sentadas e 200 pessoas em pé.



Fotografia 9 – Banco em madeira, de Galileo Emendabili, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

Embora todas as obras de Emendabili e Penacchi espalhadas pela igreja sejam admiráveis por suas tonalidades harmoniosas, pelos detalhes ou pela composição dos dois artistas, algumas merecem destaque, como o altar principal (fotografia 10), onde se encontra a escultura de Nossa Senhora da Paz, esculpida por Emendabili em mármore carrara, que “*Não foi feita em série, como dezenas ou milhares de outras estátuas iguais, mas foi feita a propósito para esta igreja e para aquele fundo de ábside*”,⁸ e o afresco de Penacchi, que mede 6 metros de altura, com Jesus crucificado ao centro, a Natividade da Virgem do lado esquerdo e o nascimento do Menino Jesus do lado direito.

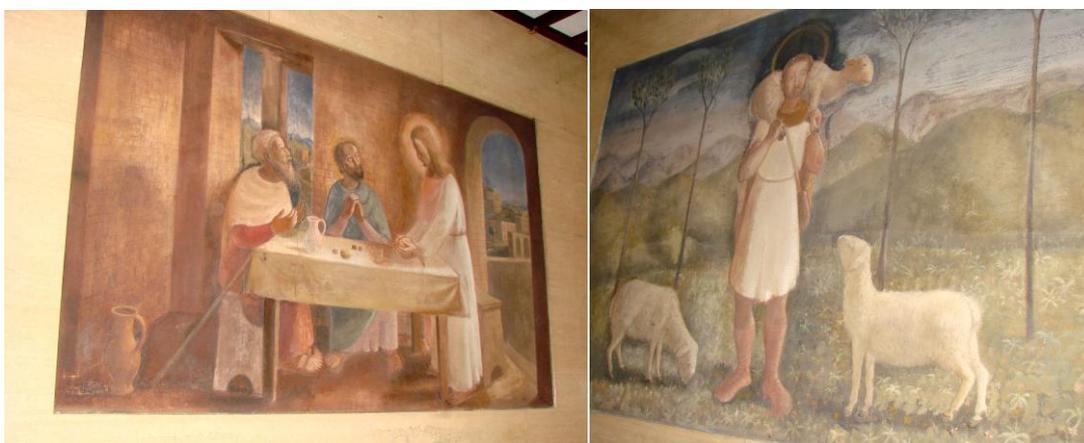


Fotografia 10 – Altar principal da Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

⁸ Texto extraído da revista *Mensageiro da Paz*, julho de 1943, s.i.

O altar do Santíssimo ou Capela Eucarística encontra-se do lado esquerdo do altar principal, para quem olha de frente. Ali há dois afrescos de Penacchi: *A Ceia de Emaús* e *O Bom Pastor* (fotografia 11). No primeiro, é possível perceber a surpresa dos dois apóstolos ao notar a presença de Jesus Ressuscitado de túnica branca, ao centro, uma mesa com uma toalha e sobre a mesa uma jarra, um copo e algumas frutas; ao fundo percebe-se, através das janelas, que é dia. No segundo, o bom pastor carrega uma pequena ovelha nos ombros sobre um campo verdejante; ao fundo notam-se montanhas e, ao seu lado, mais duas ovelhas, uma pastando e outra com o olhar fixo no bom pastor.



Fotografia 11 – *A Ceia de Emaús* e *O Bom Pastor*, de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz. Fonte: A autora (2015).

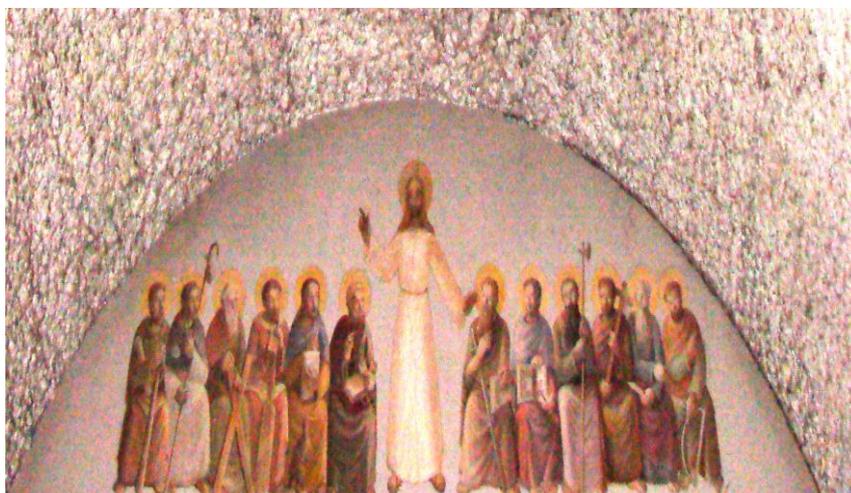
Nas laterais, encontram-se outros altares dedicados aos santos, como Santo Antônio, Santa Rita de Cássia, São Francisco de Assis e São Carlos Borromeu, que foi o santo inspirador de Scalabrini. Todas as esculturas foram feitas em terracota por Emendabili e, no fundo desses altares, encontram-se os afrescos de Penacchi, dando a profundidade necessária às esculturas. Os afrescos são sempre compostos por duas cenas relacionadas ao santo esculpido; por exemplo, no caso de Santo Antônio (fotografia 12), olhando de frente para a imagem, encontra-se do lado direito o afresco do santo alimentando os pobres e, do lado esquerdo, rezando com os peixes. Assim são compostas todas as obras dos altares laterais da Igreja Nossa Senhora da Paz.



Fotografia 12 – *Santo Antônio*, escultura de Galileo Emendabili e afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

No fundo da igreja, na parte superior, é possível apreciar o afresco em que Jesus prega aos doze apóstolos (fotografia 13). Jesus está vestido de branco, em pé, ao centro, e seus doze apóstolos estão atentos à sua pregação. Todos os apóstolos vestem túnicas e mantos, e cada um deles traz algo nas mãos: alguns, o cajado; outros, um livro.



Fotografia 13 – *Jesus pregando*, afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

Outra obra de Penacchi é o afresco *Juízo Final* (fotografia 14), pintado no fundo da igreja. As duas pinturas são divididas por uma janela: de um lado estão aqueles que serão perdoados, olhando serenamente para a anunciação do anjo, e do outro, aqueles que não receberão o perdão, segundo as leis da Igreja, e parecem aflitos.



Fotografia 14 – *Juízo Final*, afresco de Fulvio Penacchi, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

Através de contato telefônico, em 25 de maio de 2015, o Padre Giuseppe Bortolato, que foi pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz, declarou que, como pároco, se sentia incomodado pelo fato de os latino-americanos não terem vez nem voz. Vendo os antigos confessionários abandonados e sendo usados como depósitos de vasos, teve a ideia de transformá-los em altares. Segundo ele, isso aconteceu aos poucos, por volta de 1997 até 1999, “*antes disso as santinhas deles ficavam atrás do altar-mor*”. Assim, numa oferta acolhedora à prática da fé dos latino-americanos, surgiram esses altares das santas padroeiras do Peru, Paraguai, Chile e Bolívia, representando os principais grupos de imigrantes latinos acolhidos na MP. Dessa forma, demonstra sua contínua preocupação em acolher aquele que chega e, diante de sua santa padroeira, pode exercer sua fé e sentir-se de alguma forma mais próximo de suas origens religiosas.

No dia 24 de setembro, comemora-se o dia de Nossa Senhora das Mercês, padroeira do Peru (fotografia 15). Ela é considerada a santa padroeira de Lima desde meados do século XVI.⁹

⁹ Nossa Senhora das Mercês “Carrega em uma das mãos uma espécie de insígnia com o brasão dos mercedários” (Porciúncula de Sant’ana, 2015).



Fotografia 15 – Altar de Nossa Senhora das Mercês, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

No dia 8 de dezembro, comemora-se o dia de Nossa Senhora do Caacupê (fotografia 16), Virgem do Paraguai, conhecida também como Virgem Azul do Paraguai.¹⁰



Fotografia 16 – Altar de Nossa Senhora de Caacupê, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

¹⁰ “A primeira imagem de Nossa Senhora de Caacupê foi esculpida em madeira por um índio guarani convertido ao cristianismo. No ano de 1603, após inundação que devastou a cidade, acreditava-se ter perdido a imagem, mas quando as águas baixaram, milagrosamente a virgem reapareceu”. (Porciúncula de Sant’ana, 2015).

Fonte: A autora (2015).

A Virgem de Carmém, ou Nossa Senhora de Carmém (fotografia 17), é a padroeira do Chile, e sua data comemorativa se dá em 16 de julho.¹¹



Fotografia 17 – Altar de Nossa Senhora de Carmém, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

A Bolívia conta com duas santas de muita importância para a fé do seu povo: Nossa Senhora de Copacabana¹² e Nossa Senhora de *Urkupiña*.¹³ O dia de Nossa Senhora de

¹¹ “Alguns eremitas se instalaram no Monte Carmelo na Galileia e eram conhecidos como carmelitas por sua adoração a Virgem Santíssima e a prática da oração naquele local. Com a invasão dos Sarracenos, os carmelitas deixaram o Monte, mas uma antiga tradição aponta que antes da invasão a santa apareceu e eles cantaram um ‘Salve Rainha’. A ordem dos carmelitas se espalhou rapidamente pelo mundo e a santa tornou-se padroeira do Chile” (Nuestra Señora de Carmén, 2015).

¹² “Nossa Senhora de Copacabana recebeu esse nome em homenagem a cidade homônima localizada na Bolívia que foi o local da manifestação da Virgem” (Bolívia Cultural, 2015).

¹³ “A virgem de Urkupiña é padroeira de *Quillacollo*, uma província que se encontra a 16 km de *Cochabamba* na Bolívia. Diz-se que a virgem apareceu nas montanhas para uma criança pertencente a uma humilde família e que naquele momento cuidava de seu rebanho. Ao descrever ao seu povo a aparição da virgem, a criança que falava na língua quéchua disse que a virgem apareceu em *orgopiña* que significa “nas montanhas” por isso o nome de virgem de Urkupiña. O governo da Bolívia nomeou a virgem como Patrona de *la Integración Nacional*” (Bolívia Cultural, 2015).

Copacabana é 2 de fevereiro, e o da Virgem de *Urkupiña* é 15 de agosto. Na Igreja Nossa Senhora da Paz, as duas virgens dividem o mesmo altar (fotografia 18).



Fotografia 18 – Altar de Nossa Senhora de Copacabana e Nossa Senhora de *Urkupiña*, autor desconhecido, na Igreja Nossa Senhora da Paz.

Fonte: A autora (2015).

A Igreja Nossa Senhora da Paz, além de guardar em seu interior esculturas e afrescos de dois grandes artistas italianos, conta ainda com esses altares que oferecem acolhimento e propiciam a prática da fé de regiões específicas da América Latina, democratizando o espaço como um convite a esses imigrantes.

Este capítulo pautou-se pela apresentação da Congregação dos Scalabrinianos, abordando sua filosofia junto aos i-migrantes. Na sequência, apresentou-se a MP, como parte da congregação, e suas vertentes: o Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM), a Casa do Migrante (CM) e a Igreja Nossa Senhora da Paz. Cada uma das vertentes foi explorada, demonstrando suas especificidades, características e atribuições.

No capítulo seguinte, serão apresentados os padres responsáveis pela MP, suas trajetórias como scalabrinianos até a chegada à instituição e as funções exercidas atualmente por cada um deles. Demonstrem-se os atendimentos realizados pela MP dos anos de 2004 a 2014, sistematizados e analisados quanto ao total de atendimentos por nacionalidade, gênero e faixa etária. Após essa abordagem, apresentam-se os acolhidos pela CM e, através das entrevistas semiestruturadas concedidas por eles, demonstram-se seu perfil, sua trajetória de

deslocamento e sua visão quanto ao papel da MP na sua inserção econômica, cultural e social na cidade de São Paulo.

CAPÍTULO 3 OS I-MIGRANTES E A MISSÃO PAZ

O presente capítulo apresenta o perfil dos i-migrantes assistidos pela MP nos anos de 2004 a 2014, na cidade de São Paulo. As informações coletadas junto ao banco de dados da MP permitiu sistematizar dados relativos ao ano de ingresso no Brasil, nacionalidade, idade e gênero.

Para estabelecer uma conexão entre o trabalho realizado pela MP e a hospitalidade, realizaram-se entrevistas livres com os quatro padres responsáveis pela instituição, como forma de compreender suas origens e o seu envolvimento com a causa da migração e do acolhimento. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da CM, em diferentes épocas, com perguntas que permitiram analisar as características do acolhimento e dos serviços prestados pela instituição para a inserção econômica, cultural e social dessas pessoas na sociedade de acolhimento. Optou-se pela escolha dos moradores da casa pelo fato de que as pessoas atendidas pela MP que não ficam hospedadas na CM são mais difíceis de ser encontradas, pois ainda não têm endereço fixo.

3.1 O perfil dos i-migrantes

Para traçar o perfil das pessoas atendidas pela instituição durante o período de 2004 a 2014, recorreu-se ao banco de dados da MP, disponibilizado pelo Padre Paolo Parise, responsável pelo CEM e pela MP. O banco de dados consolida as informações presentes nas fichas preenchidas pelos próprios i-migrantes, disponibilizadas no contato inicial nos seguintes idiomas: português, inglês, espanhol e francês. Para esta pesquisa, os principais dados utilizados foram o ano de ingresso no Brasil, a nacionalidade, a idade e o gênero. Apresentam-se a seguir, os resultados obtidos na pesquisa.

Observam-se, no gráfico 8, as diferentes nacionalidades que adentraram o Brasil e foram atendidas pela MP no período descrito. Salienta-se que o ano de 2014 foi o que obteve a maior diversidade de nacionalidades (68), seguido de 2010, com 63 diferentes nacionalidades, e 2013, com 57, ao passo que, em 2006, somente 8 nacionalidades foram atendidas na MP, representando o menor número do período. As nacionalidades encontram-se analisadas nos gráficos 10 e 11 e na tabela 2.

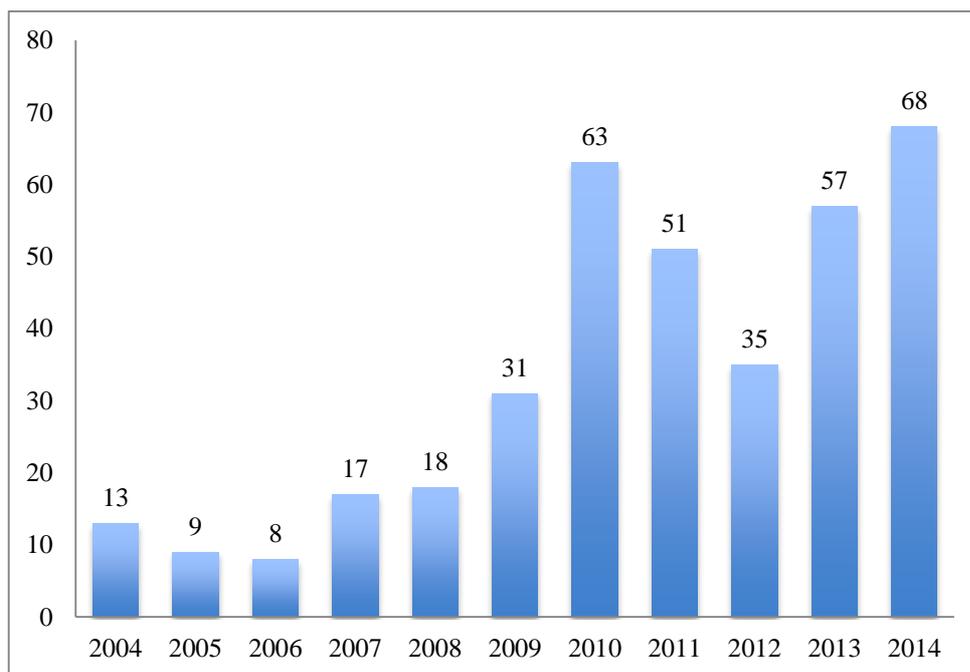


Gráfico 8 – Nacionalidades dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.

Durante o período 2004 a 2014, a MP realizou 65.387 atendimentos (Gráfico 9), número significativo, visto que a instituição não tem vínculo com o poder público e sobrevive dos recursos da Congregação dos Scalabrinianos, de convênios com empresas e de doações da sociedade civil. Com maior número de atendimentos, apontam-se os anos de 2010, com 18.879 pessoas, e 2009, com 14.332 pessoas. Esses grandes números são atribuídos aos bolivianos, que somaram 15.989 em 2010 e 6.940 em 2009, a maioria imigrantes ilegais fugindo da crise política de seu país.

Parise (2015) aponta que, embora tenham chegado mais de 21 mil haitianos ao Brasil em 2013, a MP atendeu aproximadamente 10% desse total. Já em 2014, os atendimentos somaram 4.580 haitianos, que equivalem a mais da metade do total de pessoas assistidas naquele ano.

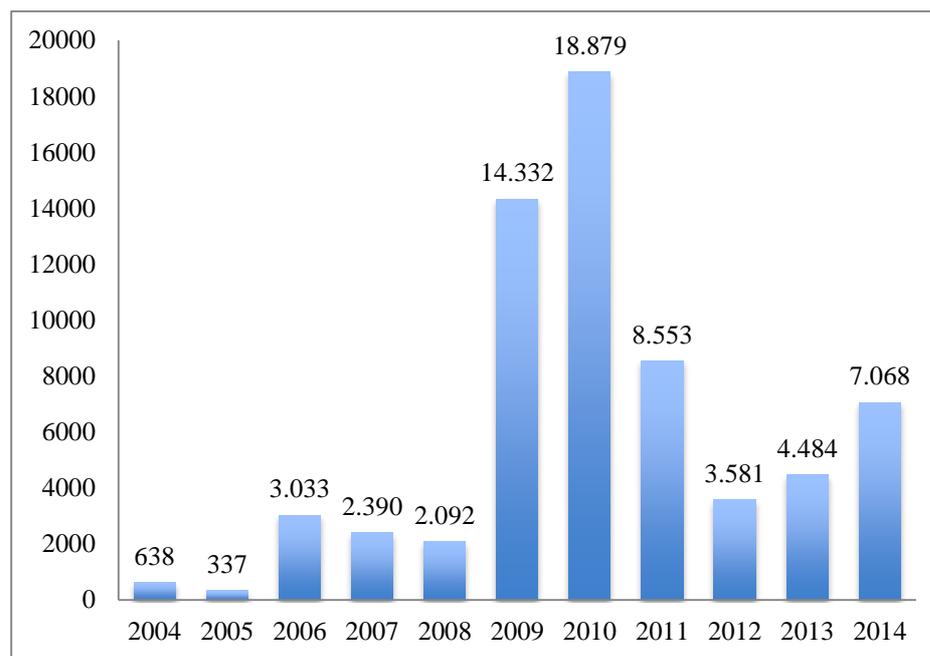


Gráfico 9 – Atendimento realizados pela MP – 2004 a 2014.

O gráfico 10 sistematiza os continentes relativos às nacionalidades das pessoas atendidas pela MP. A América do Sul representa 84% das pessoas atendidas durante o período analisado, fato atribuído às fronteiras permeáveis com o Brasil, além do momento político e econômico difícil que alguns países da América do Sul vêm atravessando. Muitos latino-americanos entram no Brasil ilegalmente e permanecem aqui de forma irregular. A América Central representa 13% dos atendimentos, salientando que esse número é composto principalmente de haitianos, que chegaram em maior número a partir de 2011. O continente africano representa 3% das pessoas atendidas, em todos os anos, mas os números mais representativos aparecem a partir de 2010, atingindo seu ápice em 2014, com 676 pessoas atendidas. Cada um dos demais continentes atingiu menos de 1% dos atendimentos. O continente asiático aparece timidamente a partir de 2007, e sua maior incidência também se deu em 2014, com ênfase nos atendimentos a sírios e paquistaneses. Quanto aos sírios, destaca-se que a guerra civil, iniciada em 2011, gerou uma onda massiva de migrações forçadas, que atinge de forma discreta o território brasileiro, mas vem ganhando destaque. A Europa aparece a partir de 2007, e se destaca em 2010, com 79 pessoas atendidas. A Eurásia, que representa os países que estão localizados tanto no continente europeu quanto no asiático, aparece com 12 atendimentos ao longo do período, abrangendo especialmente russos, ucranianos e turcos. A Oceania, especificamente Fiji, aparece com um único atendimento, em 2013.

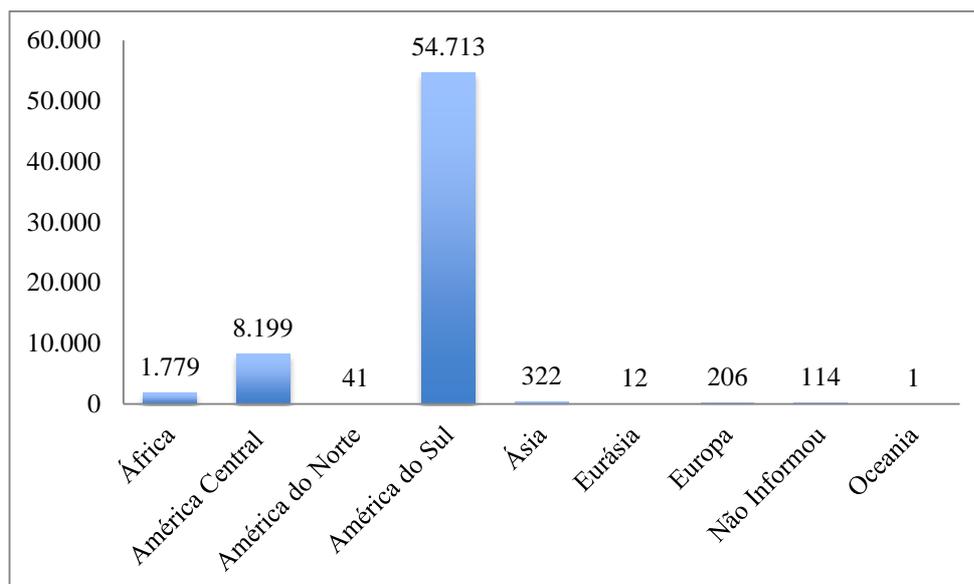


Gráfico 10 – Contínente de origem dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014.

A tabela 2 sistematiza os cinco principais países de cada continente, complementando a informação anterior.

Tabela 2 – Os cinco principais países por continente dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014

Contínente	Principais países
África	Congo (548), África do Sul (201), Guiné (205), Nigéria (114) e Angola (89)
América Central	Haiti (8.033), Cuba (92) e República Dominicana (56)
América do Norte	México (33) e EUA (8)
América do Sul	Bolívia (40.534), Paraguai (9.348), Peru (2.939), Chile (705) e Colômbia (567)
Ásia	Síria (72), Paquistão (52), China (36), Irã (29) e Líbano (19)
Eurásia	Rússia (6) e Ucrânia (6)
Europa	Espanha (73), Portugal (34), França (19), Hungria (14) e Romênia (11)
Oceania	Fiji (1)

Como a América do Sul se destaca com um número de atendimentos representativos na MP, como mostra o gráfico 10, esses atendimentos encontram-se desmembrados no Gráfico 11.

I-migrantes da Bolívia, Paraguai e Peru foram atendidos na MP durante todo o período. A Bolívia representa 74% do total de atendimentos oriundos da América do Sul; o maior

número (15.990) foi registrado em 2010, porém a incidência caiu drasticamente em 2013 e 2014, com 824 e 570 atendimentos, respectivamente. O Paraguai é o segundo país com maior número de atendimentos e representa 17%, seguido do Peru, com 5%. Embora corresponda a 0,3 % dos atendimentos, o Brasil aparece com 110 atendimentos em 2014; esse número corresponde a 57% no período de 2004 a 2014, indicando uma alteração nas migrações internas.

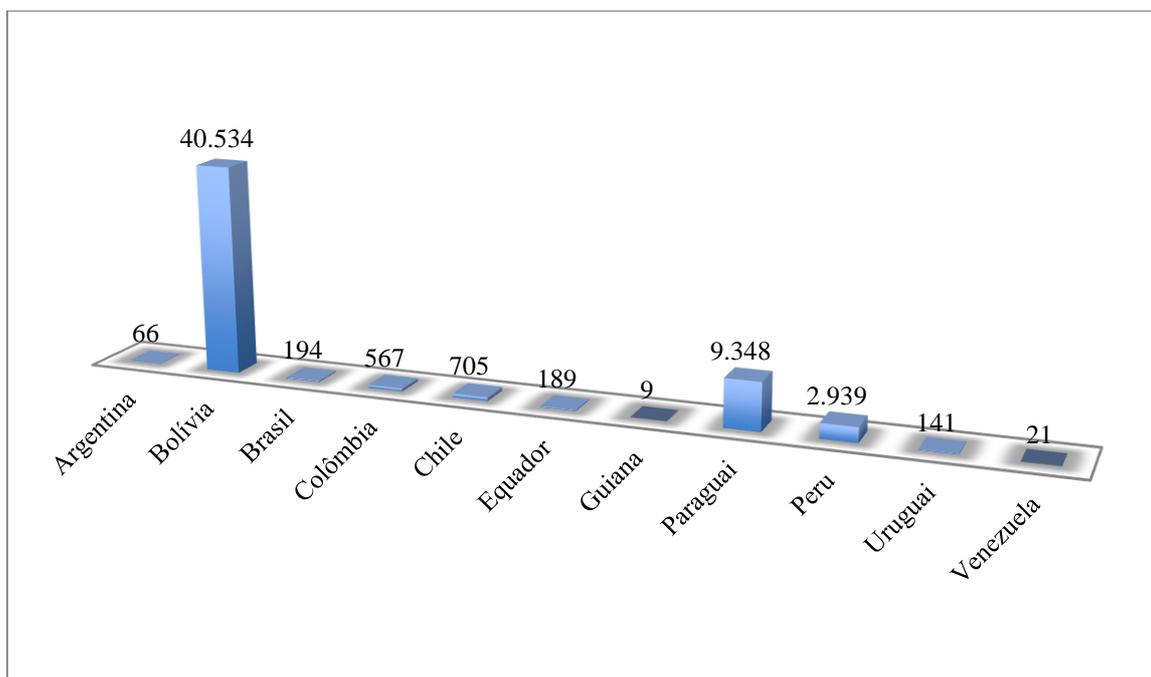


Gráfico 11 – Nacionalidades da América do Sul atendidas pela MP (2004 a 2014).

A idade das pessoas atendidas pela MP encontra-se sistematizada por faixas etárias, pois é dessa forma que estão armazenadas no banco de dados analisado.

A tabela 3 sistematiza as faixas etárias por ano, da seguinte forma: não identificados, de 0 a 10 anos, de 11 a 18 anos, de 19 a 40 anos, de 41 a 60 anos e mais de 60 anos.

Nota-se que a maior incidência está na faixa entre 19 e 40 anos de idade (gráfico 12), que totaliza 48.379 pessoas e representa 77% dos atendimentos, seguida da faixa entre 41 e 60 anos, com 7.054 pessoas, que representa 11%; a faixa entre 0 e 10 anos obteve 2.968 atendimentos e representa 5%; a faixa entre 11 e 18 anos, com 2.504 atendimentos, representa 4%; e, por último, representando 2% do total, com 1.238 atendimentos, encontra-se a faixa com mais de 60 anos. Os não identificados somam 559 atendimentos e representam menos de 1% do total.

Tabela 3 – Faixa etária dos i-migrantes atendidos pela MP – 2004 a 2014¹⁴

Faixa etária/ Ano	Não informou	0 a 10	11 a 18	19 a 40	41 a 60	Acima de 60	Total
2004	6	4	2	323	136	171	642
2005	12	6	6	233	52	28	337
2006	90	92	73	2.498	233	45	3.031
2007	59	233	91	1.732	236	38	2.389
2008	6	124	64	1.446	250	205	2.095
2009	16	917	768	10.981	1.431	214	14.327
2010	312	842	726	14.756	2.065	169	18.870
2011	7	486	534	6.167	1.168	178	8.540
2012	0	42	73	3.019	374	38	3.546
2013	37	81	112	3.475	553	79	4.337
2014	14	141	55	3.749	556	73	4.488

¹⁴ Detectou-se inconsistência nos números apresentados. Portanto, solicitou-se a MP um novo levantamento, porém, devido ao momento de intenso fluxo de imigrantes e refugiados, não foi possível a realização desse estudo.

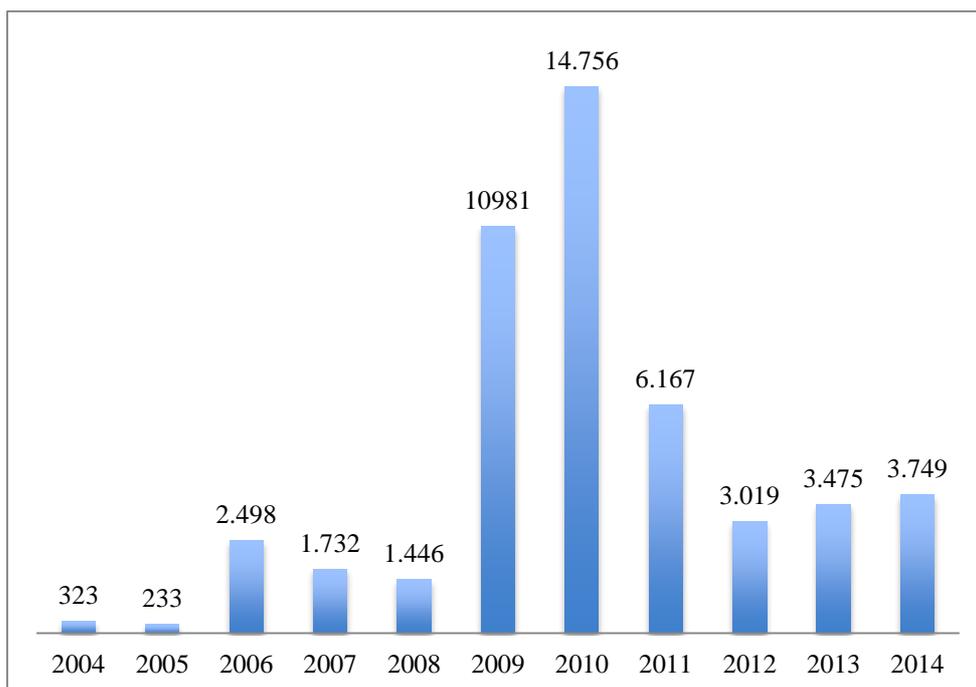


Gráfico 12 – A principal faixa etária (19 a 40 anos) por ano de ingresso (2004 a 2014).

O gráfico 13 sistematiza o gênero dos i-migrantes atendidos na MP de 2004 a 2014. Nota-se uma incidência maior de homens (41.753), representando 77% do total; as mulheres somam 20.930, correspondendo a 33% do total; menos de 1% (224 pessoas) não identificou essa informação na ficha.

Os depoimentos dos i-migrantes do sexo masculino acolhidos pela MP destacam que os homens migram primeiro, na tentativa de estabelecer-se economicamente para depois trazer sua família. As mulheres, em sua maioria, migram em situação de emergência ou quando não têm um companheiro.

As mulheres que são mães normalmente chegam acompanhadas dos filhos, independentemente da situação em que se encontram no país de origem ou das dificuldades enfrentadas na sociedade de acolhimento.

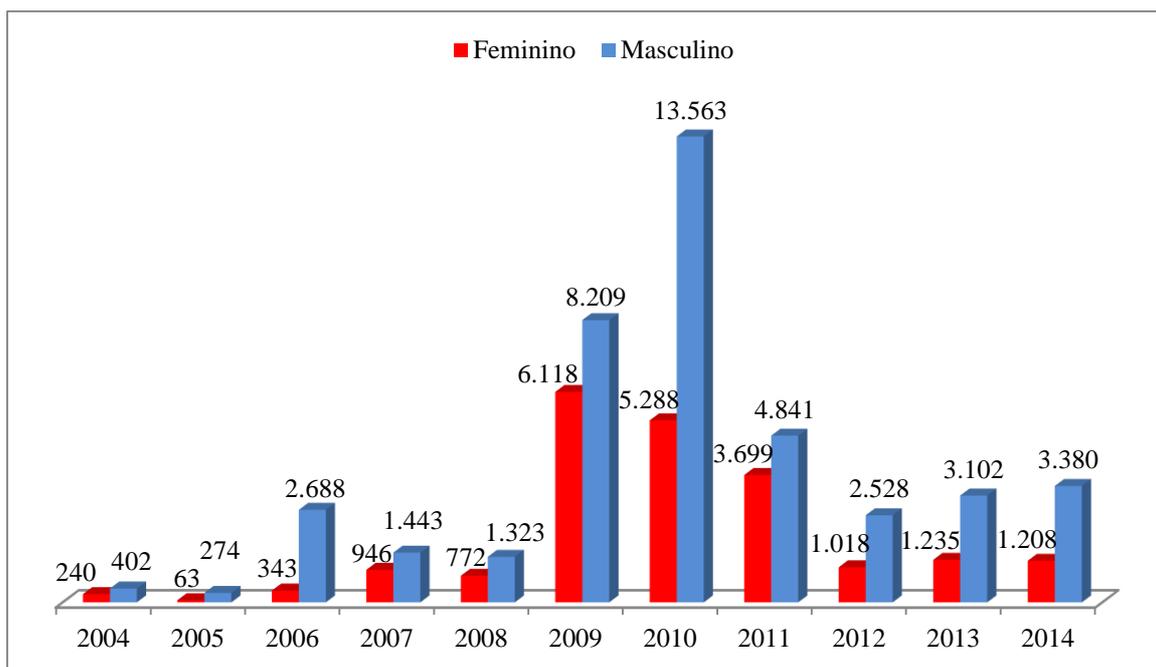


Gráfico 13 – Gênero dos i-migrantes atendidos pela casa (2004 a 2014).¹⁵

3.2 A hospitalidade e o acolhimento na Missão Paz

Para analisar a dinâmica de acolhimento entre a MP e o i-migrante, é de suma importância compreender a atuação dos responsáveis pela instituição no papel de anfitriões e a interpretação das pessoas ali acolhidas no papel de hóspedes, sendo esse um dos princípios da hospitalidade. “As leis da hospitalidade não abrangem, pois, apenas o anfitrião, mas também quem é recebido, ambos estão imbricados inseparavelmente na cena” (CAMARGO, 2005, p. 17).

Nas entrevistas realizadas com os quatro padres da MP, foi possível conhecer a origem, a trajetória religiosa e o ingresso na Congregação dos Scalabrinianos, bem como explorar a visão de cada um deles sobre a migração. Thompson (1992) nota que o ato de entrevistar propicia a liberdade de escolha daquele que se quer entrevistar e a respeito do que perguntar, sendo um recurso importante para a metodologia de história oral. O autor salienta que a entrevista permite dois estágios documentais: o oral e o escrito, possibilitando a contextualização e a interpretação dos dados coletados.

¹⁵ Detectou-se inconsistência nos números apresentados. Portanto, solicitou-se a MP um novo levantamento, porém, devido ao momento de intenso fluxo de imigrantes e refugiados, não foi possível a realização desse estudo.

Todas as entrevistas com os padres foram realizadas na sede da MP, no bairro do Glicério, no ano de 2015, e sua transcrição no texto está grafada em itálico, para diferenciá-la das citações. As abordagens foram organizadas de acordo com a cronologia das entrevistas.

Quanto aos acolhidos pela MP, as entrevistas foram semiestruturadas e aconteceram em lugares distintos, no ano de 2015. Salienta-se que o ideal seria entrevistar moradores da casa em cada ano, desde o ano de 2004 até o ano de 2014, mais isso não foi possível. Há dificuldade em localizar esses moradores, e aqueles que são localizados nem sempre se disponibilizam a contar sua experiência. Nota-se que há uma resistência na identificação dos refugiados por medo de represálias, o que não acontece com os imigrantes que permitiram sua identificação. Aponta-se que, apesar de a temporalidade do estudo referir-se ao período de 2004 a 2014, uma das entrevistadas foi moradora da CM em 2002. Abriu-se essa exceção primeiramente pela disponibilidade da pessoa em ser entrevistada e também para que se possa analisar a visão dos moradores da casa em diferentes épocas.

3.2.1 Dos que acolhem

Paolo Parise

O Padre Paolo Parise é o responsável pela MP e diretor do CEM. De origem italiana, atua na MP desde o ano de 2010 e pertence à Congregação Scalabriniana, que está voltada aos imigrantes:

Eu pertenço a um grupo de missionários chamados scalabrinianos, que tem como carisma,¹⁶ como objetivo, a migração. Então, nós somos preparados para viver em várias partes do mundo e como missionários somos enviados a um dos 34 países onde atuamos. (Paolo Parise, 2015)

Como membro da congregação, atuou anteriormente na Alemanha e, quando chegou ao Brasil, especificamente em São Paulo, atuou na cidade do Guarujá e posteriormente no bairro do Grajaú, ambos com migrações internas. Após essa experiência, ingressou na MP e trabalha

¹⁶ Segundo Parise (2015), *carisma* é um termo eclesial, não sociológico ou filosófico, e dentro da Igreja Católica Apostólica Romana caracteriza uma ação específica em favor de determinados grupos: scalabrinianos com i-migrantes, camilianos nos hospitais, salesianos com jovens, franciscanos com os pobres e o meio ambiente, jesuítas no universo dos estudos e das universidades, dentre outros, que atuam em diversas áreas.

desde então com migrações internacionais. Para ele, uma das principais filosofias da MP é de não ser uma instituição assistencialista:

Não podemos cair no assistencialismo, não podemos tratar o outro como coitadinho, permitindo, assim, que ele seja protagonista de sua própria história, dialogando com o imigrante no mesmo nível. Aqui é uma acolhida integrada do imigrante para permitir que ele possa se inserir nesse novo ambiente. (Paolo Parise, 2015)

Padre Paolo foi o responsável por disponibilizar as informações do banco de dados da MP, bem como o acesso ao acervo bibliográfico, iconográfico e documental da instituição. Parise (2015) nota que “a maior dificuldade que enfrenta na MP é a falta de uma política migratória nacional, em todos os níveis, municipal, estadual e federal”, salientando que pequenos avanços foram feitos quanto a isso.

Antenor Dalla Vecchia

O Padre Antenor Dalla Vecchia, pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz e diretor da Casa do Migrante, nasceu no Sul do Brasil, na cidade de Anta Gorda, e está na MP desde 2011. Sua opção pela congregação se deu pela presença dos scalabrinianos na sua cidade, em virtude da presença dos imigrantes italianos, que chegaram à região no início do século passado:

Meu desejo era ser sacerdote e eu fui para o seminário sem entender muito bem sobre o tema da migração. Depois, ao longo do tempo de formação ele foi entrando nesse horizonte, enfim essa escolha foi se fazendo, tendo como base, como fundamento, o tema da mobilidade humana, o tema dos imigrantes. (Antenor Dalla Vecchia, 2015)

Já como padre, trabalhou com migração interna no interior de São Paulo e Mato Grosso. Depois de mais de oito anos atuando nas cidades do Mato Grosso, foi convidado a fazer uma experiência fora do Brasil, na tríplice fronteira Bolívia, Peru e Chile, no deserto do Atacama, onde vivenciou a condição de imigrante. Após voltar para o Brasil e trabalhar por três anos na Baixada Santista, com migração interna, ingressou na MP. Para ele, existe unicidade entre a MP e a Casa do Migrante, não existe divisão, ambas se referem à prestação de diferentes tipos de serviços. Salienta ainda que a principal característica da MP e da Casa do Migrante é ter um olhar aberto para receber o outro:

Tem que ter o olhar aberto para que a acolhida se faça de fato, porque é essa a intenção, a gente não quer que seja um depósito de gente, não quer que seja chamado de abrigo. Nós queremos que seja realmente uma casa, onde a

peessoa chega, se alimenta, onde possa dizer: cheguei em casa, em todos os aspectos. (Antenor Dalla Vecchia, 2015)

Montandon (2011) aponta que a primeira atitude do hospedeiro ou anfitrião deve ser a oferta de comida e bebida, porém não se reduz a isso; deve ser respaldada pela instauração de uma relação interpessoal e de valores de solidariedade, ao que Baptista (2008) acrescenta a importância da urbanidade.

Alejandro Cifuentes

Alejandro Cifuentes também compõe o corpo de padres da MP. De origem mexicana, está na instituição desde 2013. Natural da região de Guadalajara, conviveu com a imigração mexicana rumo aos Estados Unidos, inclusive metade de seus irmãos faziam parte dessa imigração. Esse foi o motivo pelo qual optou pela Congregação Scalabriniana:

Quando eu olho para trás, eu encontro um motivo. Tem muitas opções dentro da igreja para poder optar, e eu optei pelos scalabrinianos justamente pelo carisma e pelo trabalho com os imigrantes. (Alejandro Cifuentes, 2015)

Segundo ele, atuou na província da América do Norte e, posteriormente, foi destinado a vir para o Brasil, à cidade de São Paulo, para trabalhar na região sul americana. Nessa cidade, vivencia a posição do imigrante:

Vim para cá para fazer uma experiência. Nosso carisma e a nossa missão é o atendimento aos imigrantes, e parte da nossa formação é fazer parte dessa experiência de imigrante, para poder entender melhor esse povo em movimento. (Alejandro Cifuentes, 2015)

O Padre Alejandro é o responsável pelo CPMM, e, segundo ele, essa vertente faz parte do “grande chapéu” que é a MP. O CPMM atua na inserção econômica, social e cultural dos i-migrantes através dos eixos: trabalho, jurídico, saúde, comunidade e família e educação. Dos serviços prestados pelo CPMM, a maior dificuldade encontrada é a questão da documentação, que, quando regularizada, permite que a vida do i-migrante flua melhor no país de acolhimento, no caso, o Brasil, porém, não depende somente da instituição, envolve consulados e governo, e as altas taxas cobradas pelos órgãos responsáveis por esse serviço também atrapalham. “*Quanto às necessidades imediatas, como pernoite ou alimentação, são coisas mais fáceis de resolver*” (Alejandro Cifuentes, 2015).

O eixo trabalho, que tem fundamental importância, está em processo de evolução, e isso tem sido um diferencial, pois há um trabalho de conscientização dos solicitantes de emprego e dos empregadores. No começo era a assistente social, com uma pequena equipe, que fazia a intermediação; atualmente, tanto os solicitantes de emprego quanto os empregadores passam por palestras interculturais distintas, que permitem que as partes conheçam os direitos e deveres que lhes são atribuídos, salientando as questões culturais e migratórias.

Em relação à possibilidade de melhorar os serviços, o padre aponta que, em virtude do momento emergencial vivenciado pelos haitianos, o trabalho de acompanhamento dos que já foram atendidos pelo CPMM não está sendo feito de acordo com a filosofia de continuidade proposta pela MP.

Sobre o acolhimento, destaca que a maior necessidade é a sensibilização dos funcionários e voluntários, para respeitarem a diversidade cultural e social de cada indivíduo:

Nós temos que pensar que cada pessoa é uma história, e cada pessoa carrega toda uma identidade, faz um caminho e às vezes está muito sensível, e nós precisamos pelo menos o mínimo de uma acolhida, uma acolhida mínima de que se sinta em casa quando chega aqui. Muitas das pessoas, muitos dos voluntários precisam ter também essa sensibilidade, saber que está tratando com pessoas, e que não são pessoas quaisquer, sendo que trazem uma bagagem cultural, social. (Alejandro Cifuentes, 2015)

O padre finaliza sua entrevista com a reflexão sobre a falta de eficácia do governo brasileiro quanto às questões migratórias.

Luis Afonso E. Vargas

De origem colombiana, o Padre Luis Afonso E. Vargas atua na MP desde o início de 2014. Quando chegou ao Brasil, dirigiu-se primeiramente a Brasília, para estudar a língua portuguesa com migrantes católicos e não católicos. Depois disso, trabalhou no interior de São Paulo, no município de Ribeirão Pires, e então foi encaminhado à MP para trabalhar com os imigrantes hispano-americanos. Seu despertar para a Congregação Scalabriniana foi motivada por seu pai, que sempre o ensinou a servir:

Ele sempre me ensinou que a gente tem que servir, tem que fazer o melhor, especialmente pelas pessoas mais simples. Eu nasci e cresci numa família simples, mas que sempre compartilhou aquele pouco que nós tínhamos. (Luis Afonso E. Vargas, 2015)

Com essa filosofia de vida, acabou se enamorando pelo carisma da congregação “*e o que mais chamou atenção foi a possibilidade de conhecer a diversidade cultural, que é o patrimônio que cada um de nós leva, respira e transpira*” (Luis Afonso E. Vargas, 2015).

Na MP, trabalha em conjunto com o Padre Alejandro no CPMM e, nos finais de semana, atua em diversos lugares da cidade de São Paulo com os “hispano-falantes”, desenvolvendo a parte espiritual.

Esse trabalho acontece especialmente na periferia, onde temos grandes concentrações de paraguaios, bolivianos e peruanos, que por motivos econômicos vão morar lá, e então nós vamos marcar presença. (Luis Afonso E. Vargas, 2015)

Padre Luis trata a migração não como um problema, mas como uma realidade que necessita ser explorada de forma positiva.

[...] a migração não é um problema, é uma realidade, que é a riqueza e a cultura dos nossos povos. Nós fazemos memória e história a partir das migrações. Todos os nossos povos foram formados a partir das migrações, e a migração vai ser sempre dinâmica. O grande pecado da sociedade é muitas vezes o preconceito e a indiferença que marca e que afasta as pessoas. (Luis Afonso E. Vargas, 2015)

O padre salienta a importância de um trabalho integral, onde exista acolhimento, onde o migrante possa se sentir pertencente e seja protagonista de sua história. Luis Afonso E. Vargas (2015) destaca que “*muito mais que trabalhar pelo migrante se trabalha com o migrante, dessa forma busca-se manter a identidade de cada um, mesmo a religiosa, primeiro porque vivemos num país laico,¹⁷ segundo porque existem outras prioridades, e a parte religiosa é a última coisa que se trabalha na MP*”.

3.2.2 Dos acolhidos

A definição de acolhidos, nesse caso específico, refere-se àqueles indivíduos recebidos e atendidos pela MP ou acolhidos e alojados na CM no período de 2004 a 2014.

Como o objetivo desta pesquisa é compreender a atuação da MP como lugar de hospitalidade e analisar suas atividades para a inserção econômica, cultural e social do i-migrante na nova sociedade, as entrevistas semiestruturadas foram de suma importância para a abordagem desses aspectos. Para Marconi e Lakatos (2010), por serem semiestruturadas, as

¹⁷ País laico ou Estado laico representa uma posição neutra quanto à religiosidade.

entrevistas dão liberdade ao entrevistador para desenvolver a situação da forma que achar adequada para explorar amplamente uma questão.

A primeira fase deu-se pela formulação das questões, cujo escopo foi definido da seguinte forma:

- ◆ Nome.
- ◆ Idade.
- ◆ Nacionalidade.
- ◆ Motivo da migração.
- ◆ Quando chegou à CM.
- ◆ Quando ficou na CM (mês e ano).
- ◆ Por quanto tempo ficou na CM.
- ◆ Como se sentiu: acolhido ou apenas hospedado pela CM.
- ◆ Se utilizou algum serviço ou eixo da MP.
- ◆ Se a CM/MP foi importante para sua adaptação no Brasil e na cidade de São Paulo

Em poucas palavras, falar sobre a permanência na CM: aspectos bons e ruins e coisas que poderiam ser melhoradas.

A segunda fase referiu-se ao trabalho de campo, marcado por diferentes dificuldades, como, por exemplo, o contato telefônico, a disponibilidade, a confiança, a localização e o idioma. No contato telefônico, como não houve uma indicação prévia, a pessoa não estava aguardando a ligação, portanto, houve uma certa hostilidade, que, segundo Camargo (2005), é uma das faces da hospitalidade.

A maioria das pessoas não concordou em conceder entrevista, por entender que sua história de vida e sua trajetória, bem como sua permanência na CM não teriam como colaborar com nenhum tipo de estudo, e, mesmo depois de esclarecer que era de suma importância conhecer sua história, bem como sua inserção econômica, social e cultural no Brasil, a resposta continuou negativa. Os telefones de contato dos ex-moradores da instituição foram fornecidos pela assistente social da CM, exceto um deles, que, por se tratar de uma latino-americana, foi fornecido pelo Padre Luis, que, através de um esforço pessoal, obteve o telefone da antiga moradora. De um total de 27 contatos telefônicos, apenas 6 pessoas concordaram em compartilhar suas experiências na MP.

Durante as entrevistas, buscou-se obter a visão de um morador da CM acerca do papel da instituição e de suas vertentes para a adaptação do migrante no Brasil.

Aceitaram conceder entrevista a peruana Nancy, que passou pela instituição em 2003 e foi indicada pelo Padre Luis, e Adlin, um haitiano que ainda é morador da CM (2015). Embora

o recorte temporal seja de 2004 a 2014, abriram-se essas duas exceções por entender que as entrevistas enriqueceriam os resultados e também pela dificuldade encontrada em localizar pessoas dispostas a compartilhar sua experiência. Essas entrevistas permitiram uma comparação quanto à evolução dos serviços oferecidos pela MP e das condições de hospedagem da CM. Os demais entrevistados foram acolhidos pela casa dentro da temporalidade estabelecida: João (nome fictício), refugiado proveniente da República do Congo (2012); Rozina, refugiada de Angola (2014); Muxima (nome fictício), refugiada de Angola (2014); e Glaza (nome fictício), refugiada da República Democrática do Congo (2014).

Outra questão foi a localização de cada um dos entrevistados, visto que moram em diferentes bairros da cidade de São Paulo, como Glicério, Cerqueira César, Penha e Cangaíba, portanto, foi necessária uma ampla oferta de lugares, que por fim ficaram assim definidos: Nancy foi entrevistada na lanchonete Starbucks do Shopping Frei Caneca; o haitiano Adlin, que ainda é morador, foi entrevistado na CM, assim como Rozina, que mora na Penha, e Muxima, que mora no Cangaíba, ambas angolanas. A congoleza, que será identificada como Glaza, foi entrevistada em sua residência, no bairro do Glicério; e João, também congolês, concedeu a entrevista em seu estabelecimento comercial, próximo à MP, também no bairro do Glicério.

O quadro 1 sistematiza o resultado das cinco primeiras perguntas da entrevista, que permitiram a identificação de cada um deles, em que constam: nome, nacionalidade, idade, situação e ano que morou na CM. Nancy e Adlin forneceram seus verdadeiros nomes e autorizaram suas identificações; Rozina forneceu seu primeiro nome, mas não quis divulgar outros detalhes; Muxima, Glaza e João são nomes fictícios.

Nome	Nacionalidade	Idade	Situação	Ano na CM
Nancy	Peru	44	Imigrante	2003
Adlin	Haiti	37	Imigrante	2015
Rozina	Angola	41	Refugiada	2014
Muxima	Angola	38	Refugiada	2014
Glaza	Congo	37	Refugiada	2013
João	Congo	40	Refugiado	2012

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados.

Percebe-se que os refugiados são desconfiados e têm maior resistência do que os imigrantes para responder às questões. Atribui-se esse resultado ao fato de continuarem com a sensação de perseguição, como eles mesmos declararam, o que não acontece com o imigrante espontâneo. Estavam dispostos a conceder autorização com suas respectivas identificações até tomarem conhecimento de que a pesquisa, após concluída, seria disponibilizada publicamente. Também foi necessário antecipar as questões da entrevista, com o gravador desligado, para que eles concordassem ou não em respondê-las. Para os que concordaram em identificar-se, foi necessária uma autorização de cessão gratuita de direito de depoimento oral.¹⁸

A terceira e última fase deu-se com a transcrição das entrevistas e a sistematização e análise dos dados obtidos, iniciando com a história de vida resumida de cada um deles, no intuito de apresentar suas trajetórias.

3.2.2.1 História de vida resumida

Nancy

Imigrante peruana, de 44 anos de idade, está no Brasil desde 2003. Veio acompanhada de um irmão, e sua intenção era de ficar um ano no Brasil, reestabelecendo-se de uma extrema tristeza advinda de uma decepção amorosa. Nancy relata que as transformações vão ocorrendo a cada momento da viagem:

[...] cada árvore era diferente. Mudava o clima, mudava o cheiro, a parte da Amazônia peruana, Amazônia brasileira, as pessoas mudavam, o jeito de falar mudava, tudo que era familiar ia ficando para trás [...] (Nancy, 2015)

Nancy não imaginava o que era a cidade de São Paulo e a distância entre os estados do Brasil. Sua viagem do Peru a São Paulo durou 10 dias, permeada por choques culturais:

O choque cultural é muito gritante, começou desde as primeiras paradas, dentro dos terminais, café era pouquinho e eu falava: Não, isso não é uma xícara, aqui só tem metade do copo, eu quero o copo cheio como na minha terra, pedi um pastel, que para nós é bolo, um pedaço daria para os dois comer, porque não tínhamos dinheiro e tínhamos que poupar o máximo em todos os terminais [...] (Nancy, 2015)

Chegando à cidade de São Paulo depois de uma longa jornada, foi acolhida por conterrâneos desconhecidos e, após três dias, chegou à CM. Por sua gratidão e por não fazer

¹⁸ As autorizações de cessão gratuita de direito de depoimento oral constam no Anexo A.

parte de uma rede de imigrantes na cidade, Nancy frequenta e é colaboradora da MP até os dias atuais, porém, em sua opinião, a CM foi para ela uma hospedagem, um albergamento, ficando distante de um lugar de acolhimento. Na época, em 2003, não existia a MP, somente a Casa do Migrante (CM) e o Centro Pastoral do Migrante (CPM), e, segundo Nancy, não havia a organização que existe hoje em dia.

[...] hoje posso dizer que a Casa do Migrante é um paraíso, hoje é suíte presidencial. Naquela época, a MP não existia, o que tínhamos era uma pastoral só para documentação [...]

Hoje eu falo: vocês são reis e rainhas, têm comida fresquinha todos os dias, lavam os pratos, limpam, hoje tem toda uma organização de acolhimento que antigamente não tinha, nós dávamos essas ideias e hoje elas estão em prática. (Nancy, 2015)

Para Nancy, a evolução dos serviços prestados é visível, e ela considera que a MP, no momento atual, é uma referência para aqueles que estão chegando.

Adlin

Imigrante haitiano, de 37 anos de idade, está no Brasil desde fevereiro de 2015. A princípio ficou hospedado no chão do auditório da MP e, posteriormente, após um mês, foi encaminhado para a CM, onde está há um mês.

Deixou toda a sua família, pai, mãe, irmãos e um filho no Haiti; sua intenção é trabalhar e mandar dinheiro para trazer seus familiares, pois, para ele, o Haiti não tem condições de sobrevivência: *“trabalho muito difícil, estudo muito difícil e comida muito difícil”* (Adlin Daris, 2015). Adlin saiu do Haiti, foi de avião até a República Dominicana, chegou ao Equador também de avião e seu último trajeto até a cidade de São Paulo foi feito de ônibus. Adlin está participando do curso de português oferecido pela MP, mas a entrevista foi marcada pela dificuldade de comunicação, ficando restrita às principais questões, sem estender-se.

Chegou à MP através da indicação de amigos que já haviam sido acolhidos pela instituição. Adlin Daris (2015) demonstra gratidão pelo acolhimento e diz: *“aqui cama, banho, comer, dormir, tudo!”* Quando questionado sobre sentir-se hospedado ou acolhido, respondeu da seguinte forma:

Acolhido, muito acolhido! A casa recebeu muito bem, Graças a Deus, muito bem! Come bem, dorme bem, está ficando muito tranquilo, participa do curso de português cada noite da semana, faz um mês, teve ajuda com documento e carteira de trabalhar e se falar português vai trabalhar. (Adlin, 2015)

Dessa forma, Adlin demonstrou que o idioma é importante na busca por um emprego, salientando que está muito feliz na CM e que ali se sente melhor que no Haiti, e melhor que no chão da igreja (fotografia 19). A igreja citada por ele é, na verdade, o auditório da MP.



Fotografia 19 – Haitianos dormindo no auditório da MP.

Fonte: Rede Brasil Atual.

Rozina

Refugiada angolana, de 41 anos de idade, chegou ao Brasil em 7 de fevereiro de 2014 e quatro dias depois à CM, encaminhada pela Cáritas. Foi perseguida e sequestrada em Angola, depois de falar sobre igualdade social na igreja de que era membro. Recebeu ajuda para fugir do cativeiro e ficou sabendo que o seu destino era o Brasil somente na data da viagem. Rozina veio acompanhada dos quatro filhos, a menor com 11 meses e o mais velho com 8 anos. Quando foi feita a pergunta sobre hospedagem ou acolhimento na CM, respondeu da seguinte forma:

Me acolheram com meus quatro filhos e eu senti que era uma família que me recebeu, porque eu não esperava que podiam me receber assim com meus quatro filhos. Aqui é minha casa, minha mãe, eu posso falar! Porque só uma mãe acolhe assim o seu filho com quatro crianças. Aqui é uma mãe que me acolheu e cuidou de mim. (Rozina, 2015)

Rozina compara o acolhimento da CM ao acolhimento de uma mãe para com seu filho, demonstrando sua gratidão a esse acolhimento.

Quanto à dificuldade enfrentada na CM, Rozina considera a alimentação e as regras como as mais difíceis de serem superadas. Relata que, até chegar à CM, andava conforme sua

vontade, e que ali teve que se adequar às regras da casa, como horário para levantar e para deixar o quarto, acompanhada dos filhos. Sobre a alimentação, diz que é muito diferente de Angola e que a adaptação ao arroz e feijão foi complicada, porém já incorporada à alimentação atual dela e dos filhos. Rozina recebeu ajuda da congregação mesmo após sua saída da casa, e declarou ter recebido o valor do aluguel da casa onde mora por 4 meses, e que parou de buscar o valor do aluguel para dar oportunidade a outras pessoas e outras mães que estão chegando.

Muxima

Refugiada angolana, de 38 anos de idade, chegou ao Brasil em janeiro de 2014, acompanhada do marido e de três filhos. Ela relata que, mesmo com o fim da guerra, a situação em Angola está muito complicada. Quanto ao nome fictício, Muxima é o nome de uma parente distante, que ainda reside em Angola. Ficou na CM de janeiro até maio de 2014, encaminhada pela Cáritas.

Na abordagem sobre acolhimento ou hospedagem, foi dada a seguinte resposta:

Olha, eu fui acolhida, me receberam, alimentaram eu, meu marido e meus filhos, mas não gostei, porque eu ficava num quarto e meu marido do outro lado do pátio. É muito difícil, com três crianças pequenas, não poder o marido ajudar, mas a CM arrumou emprego para meu marido e um curso para mim, e tinha gente para cuidar das crianças quando a gente precisava. As crianças iam sempre passear com a Vivi, foram no cinema, na lanchonete, num parque grande e também receberam roupas e brinquedos. Pelo emprego do meu marido nós alugamos uma casa bem pequena, mas ajudou a gente a virar uma família de novo, hoje eu tenho mais filho que nasceu no Brasil. O Brasil agora é minha casa. (Muxima, 2015)

Nota-se que a CM foi um lugar que os ajudou a reconstruir suas vidas. Muxima falou sobre a dificuldade na alimentação básica com arroz e feijão, salientando que uma das filhas não queria comer e necessitou de ajuda médica, porém hoje estão todos adaptados.

Glaza

Refugiada congoleza, de 37 anos de idade, Glaza foi perseguida política por discordar do governo. Chegou ao Brasil em dezembro de 2013, acompanhada do filho. Permaneceu na CM até julho de 2014. Tomou conhecimento da CM através de uma vizinha congoleza, que

veio juntar-se ao marido que já estava no Brasil, e o mesmo foi acolhido pela CM. Essa vizinha, quando chegou, e tendo conhecimento da situação enfrentada por Glaza, enviou-lhe o nome e o endereço da CM.

Quanto aos eixos da MP, usou os eixos saúde, educação e trabalho:

Eu tirei minha carteira de trabalhar e também tive uma médica que cuidou do meu filho, que tinha muita febre, e quem comprou o remédio foi a Casa do Migrante. Arrumaram escola para meu filho e eu fiz o curso de português e depois me mandaram para um emprego. (Glaza, 2015)

Quanto à hospedagem ou acolhimento, Glaza sentiu-se acolhida, declarando que todos sempre foram acolhedores e a atenderam em suas necessidades.

Todo mundo que trabalha lá foi muito bom para mim, Francisco é muito bom, é bravo, mas é bom. Tive roupa, remédio também e meu filho ganhou roupa e brinquedo do Natal, e tive ajuda com curso de português. (Glaza, 2015).

Declarou de forma emocionada que, se não fosse a CM, teria ficado nas ruas de São Paulo com seu filho, porém que os horários estabelecidos são muito rígidos, e mesmo que não queira sair da casa, é obrigado a sair. Citou a comida como algo de difícil adaptação e disse que, fora da CM, as pessoas são desconfiadas.

João

Refugiado congolês, de 40 anos de idade, João escolheu esse nome por não permitir sua identificação na entrevista. Chegou ao Brasil sozinho, em 2012, e o principal motivo da migração foi o conflito político. Declarou que, se fosse por opção, iria para um país em que as pessoas falassem francês, mas que isso depende das embaixadas, e ele teve que vir para o Brasil para ter um pouco de paz. Foi encaminhado para a CM pela Cáritas e morou na CM por 5 meses. Sentiu-se totalmente acolhido pela CM, destacou que ouviu o primeiro “bom dia”, que atualmente sabe do que se trata, na CM, depois de 4 dias no Brasil. Atribui sua estabilidade econômica aos serviços oferecidos pela instituição, principalmente ao curso de português e à regularização de documentos, “o jeito que eu estou hoje foi a direção que a CM me deu para estar aqui no Brasil” (João, 2015).

Quando foi perguntado sobre o que era acolhimento, pela veemência da sua resposta, ele falou:

Acolhimento é um jeito de receber uma pessoa e ajudar ela a conseguir um bom futuro, e deixar a pessoa ficar feliz naquela nova situação, porque a

pessoa está muito desesperada no país que não conhece a língua, não conhece as pessoas e não tem dinheiro e nem comida e nem documento. (João, 2015)

Salientou ainda que não é católico, é evangélico, e que naquela casa católica pôde exercer sua religião livremente, destacando que, na maioria das vezes, se as pessoas não são da sua religião, não querem cuidar de você, notando que esse também é um diferencial da CM e uma forma de acolhimento.

Sua dificuldade na CM foi a questão da distribuição das tarefas, por se sentir constrangido ao exercer tarefas consideradas femininas por ele:

Eu só não gostei na casa foi de ajudar na limpeza, porque na nossa cultura, normalmente, homem não ajuda, não cozinha, não limpa o chão, não arruma cama, tinha muita coisa que parecia novo para mim e eu tinha vergonha das mulheres do Congo ver eu fazer isso [...] (João, 2015)

Hoje, João tem um pequeno comércio próximo à MP, conseguiu trazer suas filhas, 11 meses após sua chegada, e considera-se feliz no Brasil.

3.3 Análise dos resultados

3.3.1 Do perfil dos acolhidos

O conhecimento sobre o perfil dos entrevistados é importante, no sentido de conhecer e analisar quem são essas pessoas, o gênero, o *status*, o motivo da i-migração, a faixa etária e a nacionalidade.

Detectou-se que as pessoas do sexo feminino são mais receptivas e menos desconfiadas do que as do sexo masculino. Das 27 tentativas de contato, sendo 16 com mulheres e 11 com homens, nenhum dos homens concordou em conceder entrevista, sendo que, dos dois homens entrevistados, um é morador da casa e o outro, um pequeno comerciante da região; os dois deram entrevista sem agendamento prévio. Das 16 mulheres contatadas, obtiveram-se as quatro entrevistas. Quanto ao *status*, nota-se que, no caso das imigrações, há mais descontração em compartilhar sua história, diferentemente dos refugiados, que fizeram um amplo questionamento sobre os motivos da entrevista e o seu destino e, em sua maioria, recusaram-se a identificar-se. Dos motivos das i-migrações, detectou-se que quatro refugiados foram perseguidos políticos e dois imigrantes, motivados por questões sentimentais e por devastação

ocasionada por um terremoto. A faixa etária dos entrevistados variou entre 37 e 44 anos, o que corresponde ao perfil dos atendimentos da MP, cujo maior número se dá entre as pessoas de 19 a 40 anos, representando 77% das faixas etárias atendidas na MP. Quanto à nacionalidade, os países da África representaram a maioria (4), seguidos de países da América Latina (1) e América Central (1). Da África, dois angolanos e dois congoleses, os quatro são caracterizados como refugiados, embora apenas um deles tenha passado por refugiado diante das autoridades brasileiras, apesar de migrar espontaneamente. Da América Latina, uma boliviana, e da América Central, um haitiano. Dos seis entrevistados, somente os dois homens vieram sozinhos, na perspectiva de trabalhar e mandar buscar a família, enquanto as mulheres, em sua maioria, migram acompanhadas por familiares e não deixam seus filhos para trás.

3.3.2 Da Casa do Migrante

Dentre todos os entrevistados, moradores e ex-moradores da CM, o tempo de permanência na casa oscila entre 1 e 7 meses.

Dos quatro refugiados, três foram encaminhados pela Cáritas e um por meio de indicação; os dois imigrantes chegaram por indicação.

No período de 2003, o tempo de permanência era de seis meses para os homens e um ano para as mulheres (Nancy, 2015). Hoje, segundo as regras estabelecidas, a permanência não deve ultrapassar seis meses, salvo em casos específicos, em que a saída da casa coloque em risco a integridade física, moral e social do i-migrante.

Nos relatos dos moradores da CM, a acolhida teve importância na vida de todos, porém vivenciada por cada indivíduo de diferentes formas e em períodos distintos. O acolhimento é algo que não se pode dimensionar, porque cada indivíduo tem sua bagagem emocional, suas expectativas e sua história. Uns chegam sozinhos, outros chegam acompanhados do cônjuge, outros chegam com os filhos e, em alguns casos, chega a família inteira. Fica evidente que aquele que chega sozinho tem maior dificuldade de adaptação, e sua principal intenção é trabalhar para conseguir recursos e mandar buscar sua família.

Enquanto para uma das antigas moradoras da casa o acolhimento foi semelhante ao de uma mãe para com o seu filho, para outra não houve acolhimento, mas apenas hospedagem. As respostas foram diversificadas, mas a maioria dos entrevistados (5) sentiu-se acolhida.

Quanto ao idioma, os angolanos têm facilidade, por falarem português; já os peruanos, que falam espanhol, conseguem com um pequeno esforço comunicar-se; a maior dificuldade

ocorre com os haitianos e congolezes, que disseram ser esse o principal obstáculo, inclusive para arrumar emprego.

Para Nancy, o idioma foi um obstáculo, mesmo falando espanhol. Ela relata que conversava com conterrâneos e também com chilenos, bolivianos e paraguaios, mas, como os funcionários da casa não falavam espanhol, havia uma dificuldade na comunicação sobre assuntos importantes, tais como documentos, regras da casa, endereços e empregos. Hoje Nancy visita os latino-americanos da casa para ajudá-los a superar a barreira do idioma. Segundo João e Adlin, esse fator exerce uma facilidade de adaptação na sociedade de acolhimento.

Quanto à alimentação, Nancy diz que, em 2003, a CM tinha como base o arroz e o feijão e salsicha com molho; alimentavam-se também das sobras do almoço do Sindicato dos Trabalhadores, onde todo alimento que sobrava era despejado em recipientes, como, por exemplo: frutas, arroz, feijão e saladas misturados num mesmo recipiente. Nancy declarou que o impacto da alimentação foi tão complicado que o irmão que a acompanhou na viagem para o Brasil não conseguiu adaptar-se ao arroz e feijão, ficando uma semana sem comer. Acabou voltando para o Peru. Glaza diz que a comida do Brasil é muito ruim, e que, quando obtinha recursos financeiros, comprava frutas para ela e o filho, por não se adaptar facilmente ao arroz e feijão. Muxima destaca que quem mais sofreu com a adaptação da comida foi sua filha do meio, que não gostava de arroz e feijão e ficou muito magra, precisando ir a muitos médicos porque não queria comer. Adlin e João demonstraram gratidão ao alimento recebido na CM e não falaram sobre a diferença na alimentação. Rozina notou que, no momento de sua chegada, houve o choque cultural em relação ao arroz e feijão e que hoje, decorrido pouco mais de um ano da sua chegada, quando não tem arroz e feijão, as crianças pedem a ela que faça. Dessa forma, percebeu-se que arroz e feijão, culturalmente a base alimentar dos brasileiros, não agradam ao paladar das outras nacionalidades, demonstrando que esse fator também faz parte do choque cultural.

Em relação às regras da casa, o mais impactante é o horário rígido, com a imposição quanto à saída dos quartos. Para João, o maior incômodo foi colaborar com as tarefas domésticas, visto que em seu país (Congo) os homens não participam dessas tarefas. Muxima discorda da regra que impõe que as esposas fiquem separadas de seus maridos, salientando sua dificuldade em cuidar das três crianças enquanto o marido dormia do outro lado do pátio. Essas informações reforçam o depoimento da assistente social, que diz que um dormitório familiar faz falta na CM e deveria ser implementado.

3.3.3 Da Missão Paz

Parise (2015) declarou que a MP é o “*guarda-chuva*” que envolve a Casa do Migrante (CM), o Centro Pastoral de Mediação do Migrante (CPMM), o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e a Igreja Nossa Senhora da Paz, cada um deles com suas vertentes, já explorados no capítulo anterior. A MP trabalha como um centro integrado de acolhimento aos i-migrantes, portanto, é necessário compreender qual a perspectiva desse indivíduo quanto ao papel exercido pela instituição. Através dos depoimentos, foi possível analisar a importância que os eixos do CPMM exercem na adaptação dessas pessoas na nova cidade e no novo país. Abordou-se anteriormente a CM, pois trata-se de hospedagem, e todos os entrevistados foram acolhidos ali. O CEM, embora exerça um papel fundamental, pois estuda e analisa os fluxos migratórios, não é de conhecimento dos i-migrantes ali assistidos, por se tratar de uma vertente que trabalha nos bastidores da MP. A Igreja Nossa Senhora da Paz não foi citada nenhuma vez pelos entrevistados, salvo o haitiano, que chamou o anfiteatro onde dormiu, por um período de 30 dias, de igreja. Através desse depoimento, é possível apontar o esforço da MP em acolher os i-migrantes, cedendo todos os espaços disponíveis por tempo indeterminado e disponibilizando-os aos que ali chegam.

Destaca-se que somente Nancy, peruana, é católica, porém, ela mesma diz que, embora católica, tornou-se praticamente evangélica algum tempo depois de sua passagem pela CM, em que a maioria dos demais é evangélica, demonstrando assim que a declaração dos padres sobre a falta de importância da opção religiosa procede.

Em seu depoimento, João diz que essa é uma forma de acolhimento:

Eu não sou católico, sou evangélico e nunca isso foi problema na Casa do Migrante. Não quis saber se sou católico, evangélico ou outra religião, recebeu eu e pronto, não ligou, isso também é acolhimento! Porque em outros casos se você não tem a mesma religião, igreja não vai cuidar de você. (João, 2015)

O CPMM foi citado por todos os entrevistados, porém em 2003 era chamado de Centro Pastoral do Migrante (CPM).

Embora eles não saibam essa diferenciação e apontem que foram atendidos pela CM, é possível distinguir os serviços prestados. Dentre as entrevistas, foram citados quatro dos cinco eixos do CPMM, a saber: trabalho, saúde, jurídico e educação. O eixo comunidade e família não foi citado. Quanto ao eixo trabalho, o curso de português foi utilizado por três das quatro pessoas que não falavam o idioma. A outra pessoa é Nancy, que foi moradora em 2003, quando

a MP ainda não disponibilizava o curso. Para todos eles, o idioma é uma barreira na adaptação na nova sociedade:

[...] porque o problema é a língua e ter alguém que fala nossa língua e que fala português ajuda mesmo que a pessoa esteja de passagem, seja o que for isso acolhe. (Nancy, 2015)

[...] muito bom foi o curso de português, porque eu só sabia falar bom dia e obrigada e mais nada e tinha um cartãozinho com o meu nome e o endereço e o telefone da Casa do Migrante para eu poder voltar com o metrô. Porque eu saía da casa para ir na Cáritas e para ir na polícia e um dia eu não sabia voltar e fiquei com medo. (Glaza, 2015)

[...] participa do curso de português cada noite da semana, faz um mês, teve ajuda com documento e carteira de trabalhar e se falar português vai trabalhar. (Adlin, 2015)

[...] o jeito que eu estou hoje, foi a direção que a Casa do Migrante me deu para estar aqui no Brasil, porque a primeira coisa é a língua, a língua é o primeiro ponto de integração de um povo para outro povo, e eu aprendi a língua portuguesa na Casa do Migrante [...]. (João, 2015)

Através dessas declarações, é possível compreender a dificuldade de comunicação desses i-migrantes e a importância do curso de português oferecido pelo CPMM, inclusive, o curso em destaque faz parte do eixo trabalho, pelo fato de o conhecimento do idioma ser caracterizado como um diferencial no momento da admissão junto aos empregadores que buscam a MP. Maya (2010), ao realizar uma pesquisa na CM, aponta que não falar português implica dificuldade de comunicação do i-migrante, e que há uma “empolgação” por parte deles em participar das aulas de português oferecidas pela CM. O eixo educação foi utilizado no sentido da busca por vagas nas escolas e creches para os filhos dos i-migrantes. O eixo saúde foi citado em algumas ocasiões, mas todos trataram de atendimentos infantis. Quanto ao jurídico, embora não tenha sido explícito, foi utilizado para a regularização de documentos.

O capítulo pautou-se na apresentação dos números de atendimentos da MP de 2004 a 2014, identificando as pessoas atendidas pelos principais continentes, a nacionalidade, o gênero, o ano de ingresso no Brasil e a faixa etária. Após a apresentação e análise dos dados, foram apresentados os acolhedores da MP, no caso os quatro padres responsáveis pela instituição, abordando suas trajetórias até o ingresso na MP e o trabalho desenvolvido por cada um deles como facilitadores da inserção do i-migrante na sociedade de acolhimento. Também buscaram-se entrevistas com os acolhidos pela MP. Cabe ressaltar que, como acolhidos e abrigados na CM, eles desconhecem a instituição como MP.

Com abordagens sobre o perfil, a trajetória de deslocamento e o acolhimento na MP, foi possível conhecer parte da história dessas pessoas e, através das respostas, concluir se a

instituição atua como lugar de hospitalidade, analisando suas atividades na inserção econômica, cultural e social dos i-migrantes segundo suas próprias experiências. A partir da análise das respostas, de acordo com os entrevistados, é possível apontar a MP como lugar de hospitalidade e acolhimento aos i-migrantes na cidade de São Paulo, notando-se uma busca constante pela melhoria e ampliação dos serviços prestados, que objetiva a preservação da integridade cultural, social e econômica de cada indivíduo que ali chega. Salienta-se que os idealizadores não querem ser vistos como assistencialistas, e sim como uma instituição que propicia um recomeço e faz com que o i-migrante seja o protagonista de sua história com dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa pautou-se na acolhida aos i-migrantes nos lugares destinados a esse fim, na cidade de São Paulo. Baptista (2002) chama esses lugares de “lugar de hospitalidade”. Dentro desse contexto, inseriu-se a hospitalidade, fundamentada na dádiva, entre anfitrião e hóspede, o de “dentro” e o de “fora”, o i-migrante e a MP. Raffestin (1997) aponta que, há uma fronteira imaterial a ser transposta quando se é colocado frente a frente com o desconhecido. Salles, Bueno e Bastos (2010) notam que as fronteiras podem se diluir e que a hospitalidade pode ajudar a compreender as diferenças e desigualdades.

Sendo assim, as hipóteses que permearam esse trabalho foram confirmadas, pois: a) o acolhimento fundamenta-se no respeito à alteridade e é orientado para a cidadania e a urbanidade, alimentando, hospedando, regularizando documentos, encaminhando ou fornecendo cursos para que aprenda o idioma na sociedade de acolhimento (português), preservando a cultura e, por vezes, colaborando para uma nova capacitação profissional; b) o acolhimento constitui o fundamental papel estruturador da MP, cujos eixos foram organizados para inserir o i-migrante com dignidade na sociedade de acolhimento.

Partindo do objetivo principal, que foi compreender se a MP atua como lugar de hospitalidade na cidade de São Paulo, descreveu-se as vertentes Casa do Migrante, Igreja Nossa Senhora da Paz, Centro de Estudos Migratórios e Centro Pastoral de Mediação do Migrante, compreendendo suas atribuições, ao que se concluiu que desempenham os papéis de propulsores sociais, culturais e econômicos do i-migrante. Através do banco de dados da MP, dimensionaram-se os atendimentos realizados pela instituição de 2004 a 2014, demonstrando o perfil desses indivíduos quanto a nacionalidade, ano de ingresso no Brasil, idade e sexo. Quanto aos resultados obtidos, destaca-se: o ano de 2014 como o que recebeu a maior diversidade de nacionalidades, totalizando 68; o ano de 2010 como o mais representativo quanto aos atendimentos, totalizando 18.879; a América do Sul como o continente que enviou mais imigrantes para o Brasil, com 84% do total, e a Bolívia como o principal país, com 74% dessas pessoas.

A maior incidência de faixas etárias está entre 19 e 40 anos, com 48.379 pessoas, representando 77% dos atendimentos. E, por fim, nota-se que os homens migram em maior número do que as mulheres.

As entrevistas livres realizadas com os padres responsáveis pela MP buscaram compreender a trajetória de cada um deles. Destaca-se que todos eles, antes de chegar à MP,

vivenciaram o papel de imigrante em diversos destinos, no intuito de compreender as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos. Dos quatro padres, somente um é brasileiro, proveniente da região Sul; os demais são estrangeiros: um italiano, um mexicano e um colombiano. Os dois últimos têm como língua-mãe o espanhol, e são eles os responsáveis pela comunidade latina atendida na MP. Todos eles demonstraram a necessidade de que o i-migrante seja o protagonista de sua história, e não concordam em fazer da MP uma instituição assistencialista. A MP tem como carisma a integração, inserção e apoio ao i-migrante através da Congregação dos Scalabrinianos. Quanto à religião, constatou-se, por unanimidade, ser esse fator indiferente no atendimento, salientando que a MP acredita que o i-migrante tenha outras prioridades.

Quanto aos acolhidos, observou-se resistência em conceder entrevista e compartilhar suas experiências. Dos 27 contatos telefônicos, apenas seis pessoas concordaram em dividir suas histórias com a pesquisadora, sendo quatro mulheres e dois homens. Notou-se, durante esses contatos, que os homens são mais hostis que as mulheres; essas, mesmo negando as entrevistas, foram mais cordiais. Dos dois homens entrevistados, um ainda é morador da casa e o outro tem um pequeno comércio a menos de 100 metros da MP. As mulheres são antigas moradoras e residem nos seguintes bairros: Penha, Cangaíba, Glicério e Cerqueira César.

Do conjunto, quatro entrevistados estão dentro da faixa etária com maior incidência nas migrações, que vai de 19 a 40 anos.

Corroborando as respostas dos padres quanto à religião, somente um dos acolhidos dentre os entrevistados é católico; os demais são evangélicos e declararam que essa questão nunca foi considerada um tabu na MP. João (2015) notou inclusive que o fato de a MP ser uma entidade católica e atender a indivíduos de todas as religiões é uma forma de acolhimento e, quando questionado sobre sua opinião quanto ao acolhimento, respondeu que acolher é receber e ajudar uma pessoa, deixando-a numa situação melhor do que aquela em que se encontrava, pois é desesperador não ter recursos financeiros e não conhecer o lugar, o idioma e as pessoas, e a MP exerceu esse papel. Embora a MP tenha como um dos objetivos preservar a cultura do i-migrante, notou-se que o choque cultural é inevitável. Um dos entrevistados declarou sentir-se envergonhado pelo fato de imaginar suas conterrâneas observando-o executar serviços domésticos na CM, como varrer chão e limpar janelas, alegando que em seu país esse é um papel exclusivamente feminino. Ainda quanto ao choque cultural, todos os entrevistados declararam que tiveram dificuldade com a alimentação, destacando a mistura de arroz e feijão como o item mais difícil na adaptação alimentar. Uma das entrevistadas disse que seu irmão,

que migrou para o Brasil junto com ela, ficou somente um mês na CM e voltou para seu país, por não conseguir adaptar-se ao arroz e feijão.

Os horários da casa também foram observados; pelo fato de não se poder permanecer na casa entre 7 da manhã e 16 horas, os i-migrantes são impulsionados a se expor na cidade de São Paulo, e essa exposição é vista por eles como uma dificuldade enfrentada, já que alguns sentiram medo ao caminhar pelas ruas e utilizar os transportes públicos sem o domínio do idioma.

Todos os entrevistados, salvo os angolanos, que conhecem a língua, indicaram o curso de português oferecido pela MP como fator primordial na sua inserção na nova sociedade, salientando ser esse o maior obstáculo enfrentado por eles, e que só a partir do conhecimento da língua puderam iniciar uma nova vida no Brasil. Quanto aos eixos de trabalho da CPMM: jurídico, trabalho, saúde, comunidade e família e educação, todos foram utilizados pelos entrevistados, salientando que cada um deles utilizou determinados serviços, de acordo com suas necessidades. O principal motivo de migração foi a perseguição política, e o Brasil não foi o país escolhido; vir para cá foi consequência da facilidade na obtenção de visto junto à embaixada.

O tempo de permanência na CM oscilou entre um e sete meses, e todos disseram ser de fundamental importância essa permanência para a adequação à nova cultura e à nova sociedade. Dos 4 refugiados, três deles foram encaminhados pela Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, e um deles por indicação de um conterrâneo; já os dois imigrantes chegaram à CM por indicação.

Quanto ao acolhimento, todos declararam que a acolhida na CM foi de fundamental importância na sua chegada a São Paulo e na sua integração na nova sociedade, porém a permanência na casa foi vivenciada de diferentes formas, e nem sempre acolhedoras. Nancy (2015), por exemplo, diz que o fato de nenhum funcionário falar seu idioma na época em que foi moradora da CM dificultou sua estada. Enquadrando-se na dádiva de Mauss (1974) baseada no dar-receber-retribuir como um sustentáculo nas relações sociais, desde 2003, Nancy frequenta a MP e dá assistência aos moradores latino-americanos que moram na CM e não falam o idioma, numa oferta humanitária de ajuda ao próximo na superação dessa barreira, que tanto dificultou sua adaptação. Enfim, ressalta-se que, segundo os entrevistados, a MP atua como um lugar de hospitalidade na cidade de São Paulo, colaborando com a adaptação e integração desses i-migrantes na nova sociedade e propiciando um recomeço através da inserção econômica, cultural e social dessas pessoas.

Destaca-se que não foram encontrados estudos sobre a MP, embora haja estudos recorrentes sobre a Casa do Migrante e a construção e arquitetura da igreja.

Mesmo conhecendo os desafios enfrentados pela instituição, nota-se sua busca constante em acolher os i-migrantes com respeito e proporcionar um recomeço digno para essas pessoas que buscam a MP.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Entrevistas:

Adlin Daris. Entrevista realizada em 29 de abril de 2015, com duração de 2 minutos e 37 segundos.

Alejandro Cifuentes. Entrevista realizada em 22 de abril de 2015, com duração de 15 minutos e 53 segundos.

Antenor Dalla Vecchia. Entrevista realizada em 16 de abril de 2015, com duração de 43 minutos e um segundo.

Edith Nancy Olivares Segundo. Entrevista Realizada em 23 de abril de 2015, com duração de 47 minutos e 27 segundos.

Luis Alfonso E. Vargas. Entrevista realizada em 22 de abril de 2015, com duração de 8 minutos e 10 segundos.

Márcia Lourdes Araújo. Entrevista realizada em 20 de janeiro de 2015, com duração de 24 minutos e 39 segundos.

Paolo Parise. Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2015, com duração de 25 minutos e 49 segundos.

Sérgio Luiz Silveira. Entrevista realizada em 6 de junho de 2014, com duração de 2 minutos e 45 segundos.

Impresso

MENSAGEIRO da Paz, ano 1943.

Artigos, livros, dissertações e teses:

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BAPTISTA, Isabel. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade, reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.

_____. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: Sobre o espírito que guarda os lugares. In: *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano V, n. 1, p. 5-14, dez. 2008.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). *Refúgio no Brasil – A proteção brasileira aos refugiados e seus impactos nas Américas*. Rio de Janeiro: ACNUR, 2010.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: Um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995.

- CAMARGO, Luiz Octávio. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2005.
- CARNEIRO, Wellington Pereira. Prefácio. In: JUBILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional do refugiado*. São Paulo: Método, 2007.
- CASELLA, Paulo Borba. Refugiados: Conceito e Extensão. In: ARAÚJO, Nadia; ALMEIDA, Guilherme A. (Coord.). *O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- COSTA, Padre Gelmino. Do centro dos italianos ao centro dos migrantes na cidade de São Paulo. *Revista Travessia*, São Paulo, ano XVIII, n. 52, maio-agosto, 2005.
- CUNHA, J. M. P. *Projeto Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: Características recentes, padrões e impacto no processo de urbanização*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999.
- DERRIDA, Jacques. *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!* Trad. Fernando Bernardo. Coimbra: Minerva Coimbra, 2001.
- FRANCESCONI, Mario. *Giovanni Batista Scalabrini*. Roma: Città Nuova Editrice, 1985.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, outubro de 1998.
- GOTMAN, Anne. La question de l'hospitalité aujourd'hui. In: *Communications*, 65. *L'Hospitalité*. Paris: Seuil, 1997. (Tradução de Marielys Siqueira Bueno.)
- GRASSI, Marie-Claire. Transpor a soleira. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade*. São Paulo: SENAC, 2011.
- GRINOVER, Lúcio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade, reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- _____. *A cidade à procura da hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2014.
- JUBILUT, Liliana Lyra. *O direito internacional do refugiado*. São Paulo: Método, 2007.
- LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do século XXI. In: *Refúgio no Brasil – A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. 1. ed. Brasília: ACNUR/Ministério da Justiça, 2010.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, São Paulo, p. 49-90, 1974.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Introdução. In: MILESI, Rosita (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: Loyola, 2003.

_____. *As migrações internacionais contemporâneas*. Brasília: IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos, 2005.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *História e População – Estudos Sobre a América Latina*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

_____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAYA, Bruno. Migrações e os impasses da hospitalidade: em busca de um lar. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2010.

MILESI, Rosita; CONTINI, Nadir. *Migrantes e refugiados no Brasil*. Brasília: IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2001.

MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade*. São Paulo: SENAC, 2011.

_____. *Ritos da hospitalidade erótica*. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (org.). *Hospitalidade Reflexões e Perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.

MOREIRA, Julia Bertino. *A questão dos refugiados no contexto internacional (de 1943 aos dias atuais)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2006.

MÖRNER, Magnus. *Aventureros y Proletarios: los emigrantes en hispanoamerica*. Madrid: Mapfre, 1992.

NASCIMENTO, Luiz Sales do. *A cidadania dos refugiados no Brasil*. São Paulo: Verbatim, 2012.

NEVES, Luiz José. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisa ADM*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º semestre/1996.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Apátridas e refugiados. *Caderno IHU*, Rio Grande do Sul, ano 10, n. 181, 2012.

PERROT, Danielle. Dádiva – Hospitalidade e reciprocidade. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade*. São Paulo: SENAC, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 6. ed. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: RODRIGUES, Viviane Mozine (Org.). *Direitos humanos e refugiados*. Espírito Santo: Universidade Vila Velha, 2008.

PITA, Agni Castro. Direitos Humanos e asilo. In: MILESI, Rosita (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: Loyola, 2003.

RAFFESTIN, Claude. Réinventer l'hospitalité. *Communications*, Paris, Editions Du Seuil, n. 65, p. 165-174, 1997. (Tradução de Marielys Siqueira Bueno.)

RIZZARDO, Rodovino. *João Batista Scalabrini*. São Paulo: Paulinas, 1987.

ROY, Michel. Centro de alojamento e de reinserção social: A hospitalidade institucionalizada. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade*. São Paulo: SENAC, 2011.

SALES, Tereza; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil – Panorama deste século. *Revista Travessia*, São Paulo, ano XIII, n. 36, Janeiro/Abril de 2000.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BUENO, Marielys Siqueira; BASTOS, Sênia Regina. Desafios da pesquisa em Hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano V, n. 1, p.1-14, julho de 2010.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; PAIVA, Odair da Cruz; BASTOS, Sênia Regina. Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial. *Caderno Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 10, 2013.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

SIGNOR, Maria Lice. *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas*. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2005.

SILVA, Sidney Antonio. *Imigrantes bolivianos no Brasil*. A presença cultural andina. São Paulo: Lazuli, 2005.

_____. A migração dos símbolos. Diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. *Revista São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, jul./set. 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana*. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

Sites consultados:

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto do Refugiado*. Lisboa: ACNUR, 1996.

_____. *A situação dos refugiados no mundo*: Em busca de soluções. Lisboa: ACNUR, 1997.

_____. *A situação dos refugiados no mundo 1997/98*: Um programa humanitário. Lisboa: ACNUR, 1998.

_____. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 28 de julho de 1951: Estados Partes. Julho/2000. Disponível em: <<http://www.cidadevirtual.pt/acnur>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Declaração e plano de ação do México para fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina. ACNUR, 2004. Disponível em: <<http://www.acnur/t3/portugues/recursos/documentos>>. Acesso em: 17 set. 2014.

_____. Análise Estatística ACNUR-Conare (2010-2013). ACNUR, 2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org.br/estatistica>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BOLÍVIA CULTURAL. Virgem de Urkupuña. Disponível em: <<http://www.boliviacultural.com.br/loja/products/virgem-de-urkupuña-1.html>>. Acesso 16 dez. 2014.

_____. Nossa Senhora de Copacabana. Disponível em: <<http://www.boliviacultural.com.br/loja/products/nossa-senhora-de-copacabana.html>>

BORTOLATO, Giuseppe. Igreja da Paz guarda tesouros artísticos. Caderno Especial *Ipiranga News*, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.ipiranganews.inf.br/pdf/05/incda0122801/adf/pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO, 2013. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/saopaulo>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CARVALHOSA, Paolo Emendabili Sousa Barros. Biografia de Galileo Emendabili – Vida e obra. Disponível em: <http://www.galileoemendabili.net/biografia_de_galileo_emendabili_vidaeobra>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados, Instrumentos de proteção nacional – Lei 9.474, 1997. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/conare>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Comitê Nacional para Refugiados, Resolução Normativa 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/conare>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. Comitê Nacional para Refugiados, Dados sobre refúgio no Brasil 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/conare>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CÂMARA LEGISLATIVA. Decreto 9.081 de 3 de Novembro de 1911. Disponível em <<http://www2.camar.leg.br>>. Acesso em 17 maio 2015.

_____. Decreto 24.215 de 9 de Maio de 1934. Disponível em <<http://www2.camar.leg.br>>. Acesso em 17 maio 2015.

_____. Decreto 7.967 de 18 de Setembro de 1945. Disponível em <<http://www2.camar.leg.br>>. Acesso em 17 maio 2015.

FERNANDES, Sarah. Número de haitianos em São Paulo volta a crescer, sem abrigos suficientes. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/2-7485html>>. Acesso 03 maio 2015.

GUTERRES, Antonio. Erradicação de apátridas em 10 anos. Entrevista concedida à EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/11/onu-lanca-campanha-para-erradicar-apatridas-dentro-de-dez-anos>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

HAYDEN, Bridget. What's in a name? The nature of the individual in Refugee Studies. *Journal of Refugee Studies*, v. 19, n. 4, p. 471-487, 2006. Disponível em: <<http://www.jrs.oxfordjournals.org/content/19/4/471.full>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: <<http://www.brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/direitoshumanos>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Estrangeiros. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/estrangeiros>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

PARÓQUIA PORCIÚNCULA DE SANTAN'A. Nossa Senhora das Mercês. Disponível em: <<http://www.porciunculaniteroi.com.br/senhora-das-merces.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____. Nossa Senhora de Caacupê. Disponível em: <<http://www.porciunculaniteroi.com.br/senhora-de-caacupe.html>>. Acesso em 10 dez. 2014.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: País de imigração? *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais – E-metrópolis*. São Paulo, n. 9, p. 8-13, 2012. Disponível em: <<http://observatoriometropolis.net>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

RAMOS, Flávia Rudge. Fé e Modernidade: arquitetura e arte em igreja paulistana. Rio de Janeiro: out. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/igreja_sp.htm> Acesso em: 14 abr. 2015.

UNICRIO – Centro de Informações das Nações Unidas Rio de Janeiro. Reassentamentos no Brasil. Disponível em: <<http://www.unicrio.org.br/index.php?s=reassentamento>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

Entrevista 1 – Concedida pelo Sr. Sérgio Luiz Silveira, que exerce a função de gerente administrativo na Casa do Migrante, em 6 de junho de 2014, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Bom dia!

Sérgio: Bom dia!

Mércia: Eu estou aqui com o Sérgio, ele é administrador da Casa do Migrante, seu nome completo?

Sérgio: Sérgio Cruz Silveira.

Mércia: Quanto tempo na Casa do Migrante?

Sérgio: Desde 2007.

Mércia: Você que cuida de toda a parte financeira e administrativa da casa?

Sérgio: Da Casa do Migrante e da Missão num todo, do Centro de Estudos e do Centro Pastoral da Mediação do Migrante.

Mércia: E quem mantém a Casa do Migrante?

Sérgio: Quem mantém a Casa do Migrante é a Congregação dos Missionários Scalabrinianos.

Mércia: E eles arrecadam esse valor para manter a casa de que forma?

Sérgio: Então, pelo que eu tenho conhecimento, é através dos imóveis que a congregação tem, através dos aluguéis.

Mércia: Quantas pessoas moram na casa habitualmente?

Sérgio: Normalmente a média é de 100 pessoas, mas temos capacidade para 110, mas em média estão ficando 100.

Mércia: E o custo mensal dessas 100 pessoas na casa, você pode me dizer?

Sérgio: O custo mensal gira em torno de uns R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por mês, isso porque nós temos vários tipos de doação, né! Que são alimentos, arroz, feijão que nós recebemos, e também da paróquia que é coligada a nós, da Congregação de São Bernardo do Campo, que doa vários tipos de alimentos. Também a Casa do Migrante. Como 300 kg de arroz, 100 kg de feijão, 100 litros de óleo e assim por diante.

Mércia: Você tem algum controle de quanto se gasta de mantimento por mês aqui na casa?

Sérgio: Sim, só para ter uma ideia, todos os dias são consumidos 15 kg de arroz e 7 kg de feijão.

Mércia: Todos os dias, sem exceção?

Sérgio: Todos os dias. No almoço são feitos 5 kg de arroz e 2 kg de feijão, e à noite são 10 kg de arroz e 5 kg de feijão.

Mércia: Qual o maior problema que vocês acham que enfrentam aqui no dia a dia?

Sérgio: Ah, o maior problema é a comunicação com o migrante, assim que ele chega. Não são todas as pessoas, todos os funcionários que conseguem se comunicar através do idioma com o migrante.

Mércia: Então o idioma é a grande barreira da inserção do refugiado ou do migrante aqui na casa ou no Brasil?

Sérgio: Na casa e no Brasil, assim que eles chegam.

Mércia: Você tem alguma sugestão, alguma coisa que você, como administrador, com o seu olhar, acha que poderia ser feito para melhorar ou você acha que estão num patamar de excelência como acolhedores?

Sérgio: Não, não posso dizer que estamos num patamar de excelência, mas estamos fazendo o possível para chegar lá, inclusive está sendo montada uma sala de aula também para idioma, e vai ter aula ministrada em português para os migrantes e também aula de francês para os funcionários que desejam aprender o idioma.

Mércia: Sérgio, muito obrigada pela disponibilidade, e se houver necessidade voltaremos a conversar.

Sérgio: Obrigado.

Entrevista 2 – Concedida pela Sra. Márcia Lourdes de Araújo, assistente social da Casa do Migrante, em 20 de janeiro de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Eu estou aqui com a Márcia, ela é assistente social da Casa do Migrante, e é ela que cuida de todo o processo de inserção na casa; ela vai nos contar como isso funciona. Nome completo?

Mércia: Márcia Lourdes de Araújo.

Mércia: Profissão?

Mércia: Coordenadora Social.

Mércia: Formação?

Mércia: Assistente Social.

Mércia: Desde quando você está na Casa do Migrante?

Mércia: Desde 2003.

Mércia: O que você faz na sua rotina?

Mércia: Eu acolho o imigrante desde sua entrada até a demonstração de como é a casa, dos serviços, e faço a coordenação geral de todos os serviços da casa também junto aos funcionários.

Mércia: Quantos funcionários?

Mércia: São 11.

Mércia: Todos registrados pela CLT?

Mércia: Sim.

Mércia: Você poderia me falar a função de cada um deles?

Mércia: Nós temos agentes educacionais que ficam na portaria, cozinheiras e equipe da limpeza, que é uma faxineira.

Mércia: Uma faxineira só?

Mércia: Isso.

Mércia: Então, desse total, são uma faxineira, uma assistente social, um gerente administrativo e financeiro, quantas cozinheiras?

Mércia: São três, três cozinheiras, uma faxineira.

Mércia: Os agentes educacionais “porteiros” são 5 mais um folguista?

Mércia: Isso mesmo, são 6 no total.

Mércia: Você poderia me explicar quais os procedimentos para encaminhar um refugiado, imigrante ou solicitante de refúgio para morar na Casa do Migrante?

Mércia: Eles vêm dos mais diversos serviços da rede, como, por exemplo, desde uma chegada no aeroporto, quando eles se encontram com alguém do serviço de atendimento humanitário, em que é realizado um trabalho de acolhida; por amigos, não só que estão aqui no Brasil, mas os que moraram na casa e conhecem o serviço; assim como o consulado, que entra em contato por telefone para encaminhar; a Cáritas, que atende refugiados e que também entra em contato pelo telefone, solicitando vaga; a prefeitura; ou ele também pode vir até a porta e solicitar esse serviço pessoalmente. Quando isso é feito e não está no horário de atendimento desse serviço na casa, ele é orientado a procurar o serviço da Pastoral do Migrante, de onde ele também vem encaminhado por uma assistente social.

Mércia: A assistente social é da Pastoral do Migrante da Missão Paz?

Mércia: Isso.

Mércia: Vocês duas são assistentes sociais, mas cada uma exerce sua função no seu estabelecimento, mesmo que faça parte do complexo Nossa Senhora da Paz?

Mércia: É isso.

Mércia: Quais os critérios que você utiliza para permitir a entrada de um refugiado ou imigrante na casa, é somente quando há vaga ou você usa outros critérios? Por exemplo, a Cáritas entra em contato e tem um refugiado X para encaminhar, quais os procedimentos a partir daí?

Mércia: A primeira coisa que a gente faz é o estudo da vulnerabilidade humana do indivíduo, então, por exemplo: ele acabou de chegar, isso o torna ainda mais vulnerável, por conta do idioma, da cultura, e ele não conhece ninguém aqui em São Paulo ou aqui no Brasil, esse é um dos primeiros critérios que a gente avalia. O segundo, na maioria dos casos, sem dúvida é se é imigrante ou refugiado, se vem em busca de outros recursos, como trabalho, que é o motivo da maioria dos haitianos, por exemplo.

Mércia: Ascensão econômica?

Mércia: Exato. Então, a gente faz esse estudo socioeconômico e social do indivíduo, assim como é considerada sua dificuldade de locomoção dentro do estado de São Paulo.

Mércia: Você faz esse estudo?

Mércia: Sim, eu que faço esse diagnóstico, também são considerados os casos em que “ele” está aqui há 2 anos, ele tinha casa, tinha construído uma família e de repente ficou sem esse local, ou terminou esse trabalho, ou terminou esse relacionamento, ou não quer mais ficar no Brasil e de repente desconstruiu essa condição econômica que ele criou aqui. Pode acontecer de ele estar há 2 anos em algum estabelecimento ou algum outro local e o consulado entrar em contato conosco, explicando a situação, e aí então a gente vai avaliar se ele pode ficar aqui por

um curto espaço de tempo, até que possa se reestruturar e tomar o caminho que ele decidiu. Esse pode ser o retorno para o país de origem.

Mércia: O consulado do país de origem dele ou o consulado brasileiro?

Márcia: O consulado do país de origem dele instalado no Brasil.

Mércia: Quanto às regras da casa, é você que expõe essas regras para eles?

Márcia: Exato.

Mércia: Como é a aceitação das regras, considerando que estão em situação de submissão em relação ao país a que acabaram de chegar?

Márcia: Normalmente, quando eles chegam, a gente explica todas as regras da casa, porém eles trazem uma bagagem com eles que é a vivência deles, na cultura deles, no país deles. Eles estavam nas suas casas, então é difícil para eles entenderem que estão entrando num local onde tem uma diversidade de pessoas com religiões diferentes, culturas e hábitos diferentes. Ainda assim, a gente explica no primeiro dia e vai fazendo um processo de reeducação dessa pessoa, por exemplo: horário, horário de acordar, de tomar o café, horário de saída, horário de entrada, então no começo há um certo ajuste por parte do migrante, muito embora, com um curto espaço de tempo, a gente aproxima mais ou menos uma semana, eles começam a se adaptar na casa e tudo flui normalmente.

Mércia: Você pode me falar as regras da casa, como se eu estivesse chegando na casa agora?

Márcia: Posso. Então, com relação às regras da casa, são passados para eles os horários da casa: de segunda a sexta-feira, entre 6:30 e 7:00 horas, é o serviço de café; até as 8 horas, eles devem sair da casa. Ficar na casa, só mulher gestante ou se tiver alguém doente, idosos, o que é muito raro, porém, quando tem, também pode permanecer na casa. A partir desse momento, os que ficam na casa, além dessas mulheres e desses casos citados, são 4 voluntários que se dispõem a ficar no dia para ajudar a equipe na organização e higienização da casa. O almoço é servido ao meio-dia. Eles começam a voltar para casa a partir das 16:30 horas, os que ficaram fora e foram atrás de outros recursos: trabalho, cursos e documentação. Eles então entram a partir das 16:30 horas e podem entrar até as 19:00 horas. É livre, então, essa acolhida de retorno deles da rua, ela é aberta. Entrando, eles pegam a chave, na maioria das vezes já vão tomar banho, então eles vão até o bagageiro, pegam seus pertences, vão tomar banho e depois eles jantam, às 19:00 horas. Geralmente, entre 19:00 e 22:00 horas a maioria está indo dormir.

Mércia: Até que horas eles podem circular pela casa?

Márcia: Até as 21:00 da noite, 22:00 horas tem que estar tudo em silêncio.

Mércia: Quanto ao café, almoço e jantar, você poderia nos falar o que é servido nessas refeições?

Márcia: Comidas típicas brasileiras, então a gente usa muito arroz e feijão acompanhado de legumes, verduras, carne, e a única coisa que não se faz muito é peixe. No mais é servida alimentação típica brasileira. Assim como às vezes um feijão preto, como uma feijoada, lembrando aí uma feijoada, macarrão e, quando possível, uma torta ou algum bolinho com legumes, carne também frito e comidas bem típicas brasileiras, o que muitas vezes fica difícil para eles se acostumarem, porque eles vêm de culturas em que os temperos são diferentes, a comida, o modo de preparar essas comidas, de como lá essas comidas são diferentes. Então, no começo é muito comum a gente ver o migrante chegando hoje, por exemplo, e indo até a cozinha, e, quando é servido, ele não consegue comer aquela comida ou porque está muito pesada ou porque ele está angustiado ou não consegue comer, ou ele lembra que poderia estar sentado ou talvez aí com sua família, ou perto dos seus entes queridos. Ele chega a jogar essa comida fora, porque ele não conseguiu comer por algum motivo. Nesses casos, a gente vai até essa pessoa, conversa com ela para tentar entender e passa para ela que o ideal seria não jogar comida fora, e que a gente entende o que está acontecendo. Normalmente eles se sentam juntos no refeitório, eles não ficam separados e isso acaba gerando amizades aqui dentro da casa, por conta desse momento da refeição. A cozinha geralmente faz bem esse papel. Então, é sentando à mesa que às vezes eles acabam conversando com um, com outro, eles perguntam de que país o outro é, já se nota que o outro fala francês, inglês, espanhol, e ali surge uma amizade. Às vezes eles solicitam da casa uma alimentação diferenciada, é claro que em situações diferentes, e quando é possível a casa faz uma refeição diferente, mas, se fosse para atender a todos os países, não teria como fazer vários tipos de comida no mesmo dia, e a gente sabe que tem muitos nutrientes na nossa cozinha e eles vão ficar bem nutricionalmente.

Mércia: Márcia, e a questão do idioma, quando você atende e não domina o idioma, como é feito?

Márcia: Normalmente, a gente tem um voluntário que faz a tradução, e aí essa entrevista ela vai ser uma entrevista com muito mais tranquilidade, respaldada no histórico básico dessa pessoa, levando em consideração que essa pessoa vai precisar de alguns dias para se adaptar, principalmente à sonoridade desse português, que não lhe é familiar, para que possa contar para nós, nas palavras dela, o seu histórico.

Mércia: Aqui vocês têm atendimento médico e psicológico, como funciona esse atendimento?

Márcia: Nós temos 2 tipos de atendimentos na casa, um deles é um grupo de estudos da PUC/USP que estuda a vulnerabilidade humana ao sair do seu país de origem. Eles vêm semanalmente, em grupos separados, normalmente em dois, eles fazem a escuta e também

acompanham o caso junto ao serviço social. Também tem o atendimento da Dra. Berenice, que é psicóloga da Missão Paz e faz um trabalho na casa, de grupo.

Mércia: E o médico, é o SUS que encaminha médico para cá?

Mércia: Isso, temos a equipe 8 da UBS que vem fazer o atendimento na casa. Alguns casos específicos, como psiquiatria, eles entram em contato na rede e tentam trazer o atendimento da psiquiatria quando tem caso aqui na casa; nos demais casos, são feitos os encaminhamentos possíveis.

Mércia: Você me falou que alguns, quando saem, vão aos cursos; eu gostaria de entender melhor esses cursos, são entidades parceiras ligadas à MP ou a prefeitura que proporciona esses cursos para os migrantes?

Mércia: Temos muitos parceiros, no sentido de parcerias de encaminhamento e acompanhamento, como o CIEE, o PRONATEC, que vem fazendo um excelente trabalho de cursos de português, entre outros cursos. Essa parceria, ela é feita a partir de uma assistente social no setor de trabalho do eixo de cursos. Aí, então, é feita essa negociação, e eles são convidados a vir aqui conhecer o público-alvo. A assistente social, ela faz a visita nos locais, e essa parceria tem dado muito certo com o departamento de cursos.

Mércia: A ala feminina é composta por quantos quartos e quantos banheiros?

Mércia: 4 dormitórios, 3 banheiros e 1 chuveiro.

Mércia: E quantas camas, você tem noção?

Mércia: São uma média de 25, 26 camas.

Mércia: Por dormitório ou total?

Mércia: Não, divididas nesses dormitórios, eles não têm a mesma metragem, então em alguns cabem mais, em outros menos.

Mércia: A casa tem capacidade para 100, 110 pessoas; na ala feminina são só 26 lugares?

Mércia: Sim, considerando que na ala feminina são atendidas todas as crianças com as mães, quando necessário é montado um berço para a criança e, se for necessário, a gente também monta mais uma cama. É uma exceção, muito embora a gente tenha um número fixo de atendimentos.

Mércia: E na ala masculina, são quantos dormitórios?

Mércia: Nós temos 10 quartos, desses 10 quartos, 9 são de vagas fixas, e temos o quarto 10, com 7 leitos para pernoites, casos imediatos.

Mércia: São quantas vagas no total?

Mércia: 110 vagas.

Mércia: Só masculino?

Márcia: Só para os homens são 86.

Mércia: Por favor, você pode me explicar a questão das idade das crianças?

Márcia: Então, pela lei, não é permitido acolher uma mãe com uma criança acima de 7 anos de idade, ou seja, a partir do 8º ano, porque essa criança vai circular com as mulheres, e elas andam desnudas, enroladas em suas toalhas, só de sutiã ou às vezes só de calcinha, ao irem para o banho, então essa criança, para não ter esse trauma, não é permitido. Está no ECA, não é permitido, e também aqui a gente não faz essa exceção, para não prejudicar essa criança.

Mércia: Ela também não pode ficar no quarto com os homens?

Márcia: No quarto com os homens não é permitido ficar, porque ela vai correr riscos e também vai conviver com homens desnudos o tempo todo. Sem contar o risco que essa criança corre entre esses homens adultos.

Mércia: Você quer voltar a falar das parcerias nos cursos?

Márcia: Então, tem uma eficácia muito grande, muito boa, e de acordo com o desenvolvimento, o trabalho, o acompanhamento, normalmente esses cursos promovem o desenvolvimento do indivíduo para sua autonomia e conseguem muitas vezes um trabalho. Ele já é encaminhado para o trabalho, e isso favorece bastante, principalmente por conta do idioma, porque talvez ele não fale muito bem o português, mas aprendeu a manusear, por exemplo, vou citar o curso de encanador, ele sabe fazer todo o processo, ele consegue acompanhar um projeto que já está pronto, desenvolver, isso facilita muito para ele.

Mércia: No período em que ele fica aqui, que é de aproximadamente 90 dias, podendo exceder ou podendo ser menor, vocês colaboram para essa inserção econômica, social, para o trabalho, para procurar uma casa para alugar, como funciona esse processo para colaborar com a saída da pessoa da casa?

Márcia: Normalmente, se essa pessoa está na casa, ela já tem a carteira de trabalho; a gente orienta para que ela procure a pastoral no eixo trabalho, onde é feito um desenvolvimento com parcerias com empresas. As empresas vêm até a Missão Paz, é feito um diálogo com esses imigrantes. No eixo trabalho também são ministradas palestras em diversos idiomas, concedendo a eles possibilidades de conhecer as leis trabalhistas e como funciona a cultura de trabalho das empresas brasileiras: por que eles contratam, quando eles contratam, o que eles consideram para contratar, o que eles avaliam na conduta de um bom funcionário. Então, eles são orientados a entrar em contato com esses empregadores para estarem aptos a trabalhar nessas empresas, assim como são conscientizados principalmente dos seus direitos.

Mércia: Márcia, me fale sobre a questão espiritual e religiosa.

Márcia: Quando eles entram na casa, nós explicamos para eles que é uma casa católica, e perguntamos no momento da entrevista qual a religião deles. Muitas vezes, a gente percebe no olhar deles uma indagação, porque eles ficam com um pouco de receio de dizer que são muçulmanos, se forem do islã, enfim, eles têm essa dificuldade. O que eu faço no momento da entrevista é perguntar se ele tem religião, mas antes disso eu explico que aqui é uma instituição católica, que todo recurso que tem aqui é da igreja católica, eu tomo esse cuidado para não ferir a integridade dele, e então, muitas vezes, ele me pergunta: “Tem algum problema eu ser dessa religião?” Como ele vem muitas vezes de países em que existem conflitos religiosos, a gente toma esse cuidado. Aqui dentro da casa, quando acontece alguma faísca de conflito ou algum erro de comunicação, a gente media a situação para que isso não gere uma guerra ou um conflito aqui dentro.

Mércia: Você recebe gente de qualquer religião e de qualquer etnia?

Márcia: Exatamente, não tem nenhuma restrição. Por exemplo, temos a Síria, de onde vêm pessoas também por conflito religioso, tem muitos países da África com diversas religiões, e isso não interfere em nada na vivência deles aqui na casa.

Mércia: E enquanto igreja, não existe resistência por parte dos padres, resistência por sua parte, você não percebe nenhum preconceito por conta da religião deles? Você percebe a casa democrática quanto à religião deles?

Márcia: 100% sem preconceito quanto à religião deles.

Mércia: Você enfrenta algum problema de relacionamento entre homens e mulheres, existe alguma restrição quanto a eles se relacionarem, desconhecidos que se conhecem na casa, existe algum histórico?

Márcia: Tem, tem muitos casos de pessoas que se conheceram aqui, essas que vêm juntas para cá e de repente se desentendem aqui dentro, o que a gente faz é manter a harmonia na casa, então, por exemplo, entrou na casa, é um casal e está tendo um desentendimento, a gente chama aqui para conversar, tenta mediar a situação, tenta mostrar para eles que na casa não é permitido, se eles querem ter uma discussão, eles podem ter fora da casa, porque isso interfere no andamento da casa, interfere no bem-estar das outras pessoas que estão aqui, normalmente a gente tem muito sucesso em relação a isso. Também acontecem grandes encontros na casa. A gente tem aí, isso de diversos países com línguas diferentes, acabam acontecendo alguns encontros, assim como grandes amizades são construídas aqui e criam laços muito fortes, se ajudam e depois lembram dessas pessoas, mantêm esse contato fora da casa. Isso também é muito rico.

Mércia: E quando eles saem da casa, já não existe mais acompanhamento por parte de vocês, a vida deles segue sozinha ou existe ainda um respaldo por parte da casa?

Márcia: Por parte da casa, se ele precisar de alguma declaração, alguma orientação, sem dúvida existe, aqui no serviço social, sim! Com relação ao atendimento dele fora da casa, a pastoral da Missão Paz continua com esse atendimento, isso é passado para eles antes de saírem. Eles não estão sozinhos e, ainda que estejam fora ou distantes da Casa do Migrante, saindo da Casa do Migrante, eles não deixam de ser atendidos pela Missão Paz.

Mércia: Muito obrigada.

Entrevista 3 – Concedida pelo Padre Paolo Parise, responsável pela Missão Paz, em 21 de janeiro de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Eu estou aqui na Missão Paz, que faz parte do complexo Nossa Senhora da Paz, com o Padre Paolo Parise. Ele é responsável pela Missão Paz, e primeiramente eu quero entender o histórico dele junto à missão, e como ele veio parar aqui.

Padre Paolo: Eu pertencço a um grupo de missionários chamados scalabrinianos, que tem como carisma, como objetivo, a migração. Então, nós somos preparados para viver em várias partes do mundo, já como estudantes e, depois, como missionários, somos enviados, atualmente, a um dos 34 países onde nós estamos no mundo. No caso, eu vim como estudante aqui para São Paulo (primeira destinação), depois fui para a Alemanha, depois mudou de repente, porque precisava aqui no Brasil, então fui redirecionado para o Brasil. Claro que isso acontece em diálogo com a pessoa, mas, como havia necessidade, então eu vim para cá, e no começo atuei em Vicente de Carvalho, perto do Guarujá, com migração interna, depois migração interna no Grajaú, e aqui, agora, migração internacional, na Missão Paz.

Mércia: Há quanto tempo o senhor está aqui na Missão Paz?

Padre Paolo: Na Missão Paz, desde 2010, então são 4 anos, e este aqui seria o 5º, no final do ano.

Mércia: Padre, eu gostaria que o senhor me explicasse um pouco o que é a Missão Paz.

Padre Paolo: Então, apesar de o nome ser recente, no fundo são três anos utilizando esse nome, o que compõe a Missão Paz iniciou-se nos anos 30, devo dizer, a construção começou em 39, mas já estão nesse bairro do Glicério, na Baixada do Glicério, começou nos anos 30. Tinha uma igreja de madeira, e os primeiros missionários acompanhavam a imigração italiana. Projetavam filmes em italiano num galpão, e depois decidiram, a certa altura, construir algo em alvenaria, e foi construída essa estrutura. Houve vários projetos, esse atual é aquele que foi decidido e que passou, mas houve outros, que eram mais góticos, daí teve a conversa “não, gótico já tem a Catedral da Sé, então não vamos repetir gótico”. Tem alguns projetos muito interessantes, que estão ainda nos arquivos. Praticamente foi pensado na estrutura atual, que não foi alterada, todo um complexo para migração italiana que terminou em 42, 43 aproximadamente, com a parte religiosa, a igreja, um auditório, que em alguns momentos funcionou até como conservatório de música, e creche, escola e campo de futebol, todo esse complexo. Com o tempo, eu diria, mudou de rosto a partir dos desafios da migração. Começou com vietnamitas e com coreanos, depois, na época das ditaduras, aqui acolhemos chilenos, argentinos fugindo da ditadura, até essa estrutura atual, que é composta pela Casa do Migrante,

que antigamente se chamava AVI. Para se ter uma ideia, ela nasceu para migração interna. Toda a década dos anos 70, anos 60 e 70, muitos nordestinos vinham para São Paulo, e aqui embaixo do viaduto do Glicério tinha uma rodoviária, então ficava como casa de apoio para os imigrantes internos que chegavam em São Paulo. Isso funcionou por muito tempo, mas aos poucos a migração interna diminuiu, e a migração internacional aumentou. Nos registros dá para ver que os imigrantes internacionais, que eram de mais ou menos 2% ou 3%, foram aumentando, até os 100% de hoje em dia, então, ano a ano está crescendo. Isso é a Casa do Migrante, que compõe a Missão Paz, depois tem o atual CPMM – Centro Pastoral de Mediação do Migrante, que é toda uma parte de serviços e vai desde a documentação, atendimento jurídico, atendimento em nível de saúde e educação, mediação das famílias, das comunidades, mediação do trabalho, cursos profissionalizantes, ensino de português, e tivemos ano passado também o serviço de apoio da emissão de carteiras de trabalho para os haitianos. Então, uma série de serviços que, em um ano, podemos dizer, atinge ao redor de 6.400 imigrantes, mas, com as coletividades, no ano passado chegou a 20 mil. Dos 20 mil dos grupos mais 6 mil imigrantes, chegamos a aproximadamente 26 mil pessoas. É interessante ver como as coisas se invertem, enquanto no atendimento individual quem está em primeiro lugar são os haitianos, no atendimento como grupo em primeiro lugar estão os bolivianos. Os bolivianos chegaram no ano passado a 9 mil e alguma coisa, beirando os 10 mil, porque eles precisam de espaço para reuniões, para ensaios, atividades culturais, associações, e chegam a esse volume de quase 10 mil. Os haitianos ainda não têm, a migração é recente, então não têm estrutura para organizar associações. Tem aí uma que está nascendo e dois grupos de música. Tem a festa nacional, a festa da bandeira e a festa de 1º de janeiro. Então, ainda tem pouca coisa, mas em nível individual é o grupo que chegou a 4 mil e alguma coisa, ano passado, em atendimentos individuais. E depois, o que compõe a Missão Paz é o setor de estudos migratórios, que antigamente surgiu no Ipiranga e nos anos 90 foi transferido para a Missão Paz, que, ao meu ver, é o melhor lugar, porque está integrado com toda essa estrutura. Na origem, no Ipiranga era um pouco separado, então não tinha esse contato direto com a migração viva. Então, tem a publicação de uma revista, a revista *Travessia*, biblioteca especializada, depois, um outro âmbito da Missão Paz é o *web* rádio e ainda tem todo o serviço religioso. Então, tem em italiano, espanhol, português e francês, agora o fato de ser uma entidade que tem um rosto católico não impede e nem cria formas de proselitismo ou empecilhos para acolher pessoas de outras religiões, não tem essa discriminação.

Mércia: Padre, eu vou fazer um questionamento quanto à Casa do Migrante, ela foi construída junto com o complexo?

Padre Paolo: Sim.

Mércia: Para receber italianos?

Padre Paolo: Aquele espaço era creche na sua origem.

Mércia: Então todos aqueles cômodos foram destinados a acolher as crianças?

Padre Paolo: Depois toda a parte, podemos dizer o lado, olhando a igreja à direita, era uma escola com mais de 25 salas de aula, embaixo era auditório da escola, projeção de filmes e tudo. Era uma estrutura pensada para isso.

Mércia: O objetivo da missão, então, é como se fosse ajudar na nova inserção?

Padre Paolo: Sim, eu diria que é uma acolhida integrada do imigrante para permitir que ele possa se inserir no novo ambiente, neste caso, São Paulo. Vê que nós, atualmente, no último Fórum Mundial, em Johannesburgo, fomos apresentados como Centro Integrado, então teve esse tipo de definição no fórum, quando me deram 4 minutos, todo esse tempo para falar.

Mércia: Então é um acolhimento incondicional ao outro, ao diferente; independentemente da religião, da etnia ou de quaisquer circunstâncias, os imigrantes são recebidos aqui?

Padre Paolo: Perfeito, e acho que tem a filosofia de não cair no assistencialismo, ou seja, permitir que o outro seja protagonista, e não tratar de coitadinho. Às vezes precisa também puxar a orelha, precisa não sempre dizer sim, ou seja, fazer com que o outro seja alguém, dialogar com o imigrante no mesmo nível, ou seja, pode estar fragilizado, mas não é um coitado.

Mércia: Com quantos funcionários e voluntários o senhor tem trabalhando aqui na missão, não na igreja e nem na Casa do Migrante, somente na Missão Paz?

Padre Paolo: Então, a Missão Paz é o guarda-chuva, e tem a Casa do Migrante, o CPMM, o centro de estudos e, para quem é católico, a igreja. Agora tudo, tudo, tudo, tirando a parte da igreja, são 34 funcionários, não, 35 funcionários.

Mércia: Todos eles pela CLT.

Padre Paolo: Sim, todos registrados, mais quatro para a parte da igreja, que depois se revezam, porque a secretaria ajuda também na secretaria da missão, o Willian, que é da igreja, ajuda também. Praticamente tudo seriam 38 mais 15 estagiários, a maioria de duas áreas: Psicologia e Assistência Social, e depois um time de voluntários, que depende muito. Chegamos no ano passado a ter momentos com 50, 60; agora, por exemplo, tem muitos voluntários que estão estudando no exterior, são jovens que terminaram e se encontram na França, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Espanha, e agora estão chegando os novos esse ano, outros continuam os mesmos. Tem grande mobilidade.

Mércia: O senhor falou dos eixos que tem aqui, e quanto à eficiência desses eixos, está a seu contento, existem mais coisas que possam ser feitas sem envolver órgãos públicos?

Padre Paolo: Para melhorar?

Mércia: Sim, para melhorar, ou o senhor acha que já atingiu o máximo, a excelência quanto ao atendimento?

Padre Paolo: Excelência só depois de morto (risos). Eu acho que, por exemplo, vou começar pelo eixo trabalho, que é a parte mais nova, costume dizer que é aquela que tem menos experiência. A parte do eixo trabalho, eu acho que atualmente está bem estruturada, de um lado tem os cursos profissionalizantes, curso de português, cursos multiculturais, antes que o imigrante seja colocado em contato com o empresário. O empresário passa por um curso também. Acho que ainda temos que inserir no empresário alguma coisa ainda mais clara em nível de legislação, mais clara e mais técnica para estimular, e ter leis ainda mais claras que isso. E depois conseguir trabalhar com um novo sistema que está sendo preparado, daqui, mais ou menos, dentro de um mês um sistema global onde todas as congregações da América Central e da América do Sul vão usar a mesma plataforma scalabriniana, desde Santiago, México, Guatemala, etc. Então, esse novo sistema que está sendo testado em espanhol, com interface em português, que está sendo testado agora, fazer com que o eixo trabalho se acostume a inserir os dados, que aqui na Missão Paz é aquele que estava mais, entre aspas, externo. Então, por causa do sistema que não estava pronto para este novo serviço, e aí, como estamos inovando todo o sistema, agora são incluídos, e tudo agora será ter a prática de inserir os dados, que agora dá para trabalhar na rede interna e externa, isso no eixo trabalho. No eixo documentação, quando muda um funcionário, cria, claro, todo um momento de adaptação. Tivemos a Sônia, que saiu, até ela foi para o Haiti, atualmente ela vai ser voluntária numa das nossas missões, então isso, claro, tem que preparar a pessoa, exige tempo. Então temos agora uma menina nova, que está aprendendo, então eu diria que está num momento de passagem. Parte jurídica, neste momento eu acho que teve atuação interna e externa, provavelmente esse ano teremos força para realizar meu sonho, que é mais um advogado.

Mércia: Quantos advogados tem?

Padre Paolo: Tem um, e três voluntários advogados. A ideia é contratar mais um para reforçar esta área, que às vezes precisa fazer serviço externo, e precisamos ter um serviço interno. Acho que é isso. Na parte de visitas às famílias, acho que no ano passado, com a emergência haitiana, restringiu a ficar muito aqui, porque não dávamos conta de sair, agora que estamos tentando alcançar um novo equilíbrio, o pessoal da externa vai ter que retornar, e já começamos no último mês do ano passado. Começamos com uma pessoa latino-americana visitando oficinas de costura permanentemente durante a semana, acho que isso é uma das grandes novidades. Então, eu diria que é um organismo vivo, a Missão Paz é viva como a migração. Teremos esse ano a digitalização com todas as outras bibliotecas dos centros de estudos migratórios espalhados

pelo mundo, para criar uma biblioteca digital, então tem essa outra etapa, trabalho não falta.

Mércia: As parcerias que vocês têm, vocês têm muitas parcerias com empresas, o senhor pode me falar algo sobre isso, sobre essas empresas e como elas atuam?

Padre Paolo: Em nível econômico?

Mércia: Em nível econômico, inclusive sobre os subsídios próprios.

Padre Paolo: Eu posso te dizer, olha, em um ano a missão gasta em torno de 2 milhões de reais, R\$ 2.100.000,00, sem contar doações de material, que isso minimiza, quer dizer, pessoas que doam carne, que doam arroz, feijão, papel e tudo isso, mas o gasto em dinheiro é de R\$ 2.100.000,00. Desses R\$ 2.100.000,00, R\$ 800.000,00 vêm da própria congregação, então é injetado esse dinheiro como entidade filantrópica. Para manter o projeto e ampliar, esses outros R\$ 1.300.000,00, aí, se falta, a congregação entra com mais dinheiro, por exemplo: ano passado vieram praticamente ao redor de R\$ 1.000.000,00 de doações dos projetos e institutos que têm esse lado social, então a gente faz o projeto e é aprovado, e aí precisa de toda a questão de prestação de contas, de acompanhar e vistoriar, que é o que acontece com os dois grandes projetos que nos acompanham.

Mércia: São projetos com empresas comuns, ou empresas ligadas a prefeitura e governo?

Padre Paolo: Não, são empresas particulares que estão fazendo isso. Até em certa altura perguntamos se elas gostariam que divulgássemos os nomes, e elas disseram que não. Ah, tivemos o benefício esse ano, acho que a visibilidade que alcançamos, tivemos um TAC – Termo de Ajuste de Conduta que uma empresa vai ter que pagar, e a juíza escolheu a nossa instituição. Então, acho que isso foi bom, porque acho que é o reconhecimento de tanto trabalho. A OAS, que construiu o aeroporto de Guarulhos, depositou para nós ao redor de R\$ 1.200.000,00, porém, o destino de R\$ 1.000.000,00 é para estrutura, e é ótimo, porque a estrutura é de 1939.

Mércia: Estrutura física?

Padre Paolo: Física. Então dá para fazer melhorias desde o externo, pode pintar, porque está pichada, a parte elétrica, hidráulica e tudo, ver o auditório, melhorá-lo. A juíza destinou com essa finalidade, então claro que tem que respeitar a finalidade.

Mércia: Não existe uma lei que possa fazer com que empreiteiras, empresas envolvidas em escândalos, destinem o valor confiscado como verbas para entidades filantrópicas?

Padre Paolo: Não, quem destina é somente a juíza.

Mércia: Por conta da vontade dela? Não existe uma lei para isso?

Padre Paolo: No final do ano passado estavam mudando, então eu não sei te dizer. Até o ano passado era a juíza que decidia, e se ela conhece uma ou outra entidade, eu sei que entra. Eles

têm uma plataforma que eles se comunicam, até para não beneficiar só uma instituição, mas distribuir entre as instituições que eles acham sérias. Agora eu sei que vai mudar o esquema, mas não sei te dizer como vai ser.

Mércia: Porque poderia ter algum incentivo, inclusive para os empresários contratarem os imigrantes, porque se eles têm um incentivo, por exemplo, como as cotas para deficientes, que se tornou lei, poderia colaborar com a inserção. Padre, qual a maior dificuldade que o senhor encontra na missão como um todo?

Padre Paolo: Se você parar para pensar naquilo que é mais difícil aqui dentro, eu te digo que a primeira coisa é a falta de uma política migratória nacional em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Eu acho que pequenos avanços foram feitos, mas está faltando muito ainda. Isso faz com que entidades como a nossa, nesse caso a Missão Paz, façam coisas que deveriam ser feitas pelo Estado. Acho isso aqui uma falha terrível. Só para dar um exemplo: o caso dos haitianos, sem citar as muitas outras migrações, como os congoleses, africanos. O fato é que um estado decidiu transferir migrantes haitianos, mas também tinham senegaleses e da República Dominicana, para a Barra Funda, eu acho ótimo, porque é uma porta de entrada num lugar de permanência, eles não querem ficar no Acre, então acho, podemos dizer, de um lado um gesto extremamente humanitário, decidir ajudá-los a prosseguir viagem, aí vêm outras grandes perguntas: por que o governo federal repassa verbas para transferir e para o abrigo de Rio Branco de R\$ 1.200.000,00 e não pensa na chegada na Barra Funda? Na Barra Funda eles são largados, e como aqui é conhecido, eles acabam vindo todos para cá. O que custaria colocar um centro de apoio que encaminhasse para várias instituições, que distribuísse? Então, é isso que está faltando. É protagonismo do Estado, sem dizer que, se pensasse nos haitianos, atualmente são somente 20% deles que conseguem vistos humanitários na embaixada brasileira, 80% vão ter que entrar pelo Acre, Quito, Peru, Equador, e chegam a gastar 5 ou 6 mil dólares cada um, então chegam na fronteira e estão sem dinheiro. Se tivesse uma maior emissão de vistos, eles chegariam direto e teriam 5 ou 6 mil dólares, poderiam alugar casas, seria uma fonte de entrada até para a própria cidade, não passariam necessidade como estão passando. Falta uma visão global, estamos diante, eu diria, de ações fragmentárias, não pensadas no seu conjunto. Vamos dar o visto, mas depois do visto tem o processo, então não tem uma política migratória nacional. Eu falo isso por todo canto.

Mércia: Eu quero saber o que a Missão Paz representa para o Padre Paolo.

Padre Paolo: Eu me identifiquei muito também no Grajaú, que era trabalhar nas favelas, eu trabalhei nove anos lá. Interessante é que, quando eu saí de lá e fui fazer doutorado, quando voltei, eu achava, nos primeiros dias que cheguei aqui, que não ia ficar acostumado aqui, porque

aqui era completamente diferente. Agora eu posso dizer: primeiro me sinto em casa, a Missão Paz, sinto isso como a minha casa, parte de mim, porque vibro de manhã até de noite com ela. Tem só que cuidar porque suga demais, às vezes deixa no limite das forças, mas faz parte de mim. Acho que me desafia a não me acomodar como ser humano, acho que, como ser humano, a gente tem a tendência de sentar, a migração não, provoca o dia inteiro. Acho que isso sempre me deixa em movimento em nível até existencial, e é parte de mim. Sinto como se fosse um laboratório, eu diria como um laboratório de convivência e de choques entre pessoas de diferentes etnias, religiões, condições políticas, e é a convivência da diversidade, do diferente.

Mércia: Vocês são quatro padres, tem também os seminaristas, certo? Então, vocês quatro, cada um tem sua função específica? Existe um organograma no complexo?

Padre Paolo: Sim, então, por exemplo, nós temos uma reunião semanal, colocamos tudo em comum, olhamos tudo, as grandes decisões são tomadas juntos, os quatro, e depois vamos dizer, a rotina da Casa do Migrante por Padre Antenor, o centro de estudos e a parte de comunicação e projetos acompanho eu, e o Padre Luiz e o Padre Alejandro, o Centro da Pastoral e Mediação do Migrante. Está dividida a parte religiosa, Padre Antenor, português, Padre Alejandro e Padre Luiz, os latinos, parte italiana tem outro padre que não mora aqui, Padre Georgio, e a parte em francês outro padre, que se chama Jack, e eu a parte religiosa só brincando de coringa, fico seja na italiana, seja na territorial, tudo que precisa, não tem uma divisão rígida. Precisa de parte religiosa, Padre Antenor ajuda em espanhol, precisa na Casa do Migrante, eu vou lá, então a gente joga muito juntos, acho que é o segredo.

Mércia: Quanto à igreja mesmo, a parte religiosa, vocês recebem muitos imigrantes na Igreja Nossa Senhora da Paz ou são os locais?

Padre Paolo: Acho que a igreja em si é mais a parte religiosa, a comunidade, aparecem alguns casos raros de abrigo. É importante saber que a parte religiosa não é só essa estrutura da igreja. Para se ter uma ideia, num final de semana têm as celebrações religiosas entre três e quinze partes diferentes da cidade, então, de carro, vem correndo desde Guarulhos, para todo lado, atendendo a parte norte, sul, da cidade, Santo Amaro, Cachoeirinha, zona leste, então o trabalho religioso é feito em toda cidade.

Mércia: Padre, muito obrigada!

Entrevista 4 – Concedida por Antenor Dalla Vecchia, pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz e diretor da Casa do Migrante, em 16 de abril de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Bom dia!

Padre Antenor: Bom dia!

Mércia: Eu estou aqui com o Padre Antenor Dalla Vecchia, que é um dos padres da Missão Paz. Ele é responsável pela Casa do Migrante. Então, padre, eu gostaria primeiramente de saber da sua trajetória. Quando o senhor se ordenou padre e o motivo da escolha pelo scalabrinianos como referência na sua formação, e como veio parar aqui em São Paulo, na Casa do Migrante?

Padre Antenor: É uma longa história. Bom, eu sou do sul do Brasil, nasci numa cidade em que os padres scalabrinianos atuavam. Eles chegaram aí por causa dos imigrantes italianos, que chegaram no início do século passado nessa região. Por conta disso, na verdade era meu desejo ser sacerdote, mas eu fui para o seminário sem entender muito sobre o tema da migração. Foi depois, ao longo do tempo de formação, que ele foi um pouco entrando dentro do horizonte, enfim, a escolha, ela foi se fazendo, tendo como base, como fundamento, o tema da mobilidade humana, o tema dos imigrantes, até porque meus antepassados também eram italianos imigrantes, então a gente sempre teve na família esse vínculo com a história, com as tradições, com os costumes dos antepassados. Esteve sempre muito presente e muito vivenciado, aquelas músicas, pelos momentos celebrativos, muito como se trazendo aquelas características dos aspectos dos nossos bisavós, dos nosso avós, enfim. Bom, depois de tomada a decisão de ir para o seminário, então ao longo do tempo eu fui como que abrindo essa perspectiva no tema da migração, e a coisa aconteceu mais objetivamente a partir do momento que eu vim estudar filosofia e teologia aqui em São Paulo. Naquele tempo, havia de nossa parte, dos seminaristas, dos estudantes, havia uma inserção muito forte na periferia de São Paulo, então eu passei 7 anos com um engajamento muito forte na periferia de São Paulo.

Mércia: Com migração interna?

Padre Antenor: Com migração interna particularmente e mesmo aqui na Missão Paz já funcionava o albergue, naquela época se chamava albergue. Havia também migrantes provenientes da América Latina, por conta das ditaduras militares, que solicitavam refúgio e que estavam por aqui na casa, porém, o maior número mesmo era de migrantes internos. Eu, inclusive, fiz por algum tempo, mais ou menos 2 anos, eu fazia ronda, ou seja, eu ia todas as noites, de combi, pela estação ferroviária, estação rodoviária, buscar, recolher famílias de migrantes. Então, tudo isso já vem de longa data. Depois da filosofia, eu saí um ano do

seminário e fui para o interior de São Paulo, fazer uma experiência mais concreta com os boias-frias, fui ser cortador de cana, fiquei um ano cortando cana e também fiz uma safra de laranja, colher laranja, essas coisas que os trabalhadores da agricultura fazem. Fiquei um ano por aí e depois acabei retornando e fiz teologia. Enquanto isso, aquele vínculo com o interior de São Paulo, com os imigrantes provenientes do norte e nordeste de Minas, do Vale do Jequitinhonha e mesmo da Bahia, do sertão baiano, continuou, né, seja nas férias, na entressafra, quando os imigrantes retornavam para suas comunidades de origem, a gente fazia pequenas missões, visitas, até para conhecer mais de perto a realidade das famílias, por que todo esse grande deslocamento de pessoas para buscar trabalho, bem, enfim, o sustento de suas famílias aqui no interior de São Paulo.

Mércia: Padre, a que o senhor atribui essa grande mobilidade humana interna dos anos 70, 80, já que o senhor esteve efetivamente presente com essas pessoas?

Padre Antenor: Bem, naquele tempo, a grande necessidade que estava posta aí era porque realmente, em suas comunidades de origem, passavam fome, então a única alternativa era justamente sair para buscar o sustento fora, ou seja, eu diria que o sair era uma forma de ficar; sair significava resistir o quanto possível numa terra com uma dificuldade muito grande para ganhar o sustento para um ano inteiro, então sair significava garantir uma vida mais digna para toda a família, e, claro, isso tem suas consequências. O fato de sair 6 meses, 8 meses, deixando as famílias para trás, tinha suas consequências, do ponto de vista da relação familiar, os filhos, enfim, há muitos problemas que surgiam por causa dessa prática, mas essa era a saída que os imigrantes encontravam. No ano de 1985, eu me ordenei padre e fui para o interior de São Paulo, ou seja, eu construí junto com um colega, construímos um pouco daquilo que era um desejo da Congregação dos Scalabrinianos, que tem esse cuidado especial com os imigrantes, como forma de responder a uma necessidade que está aí clara, que era migração interna, porém, uma necessidade com a qual os scalabrinianos não tinham nenhuma experiência. Tiveram no passado, quando os primeiros padres chegaram da Itália, eles tinham como ponto de referência o Orfanato Cristóvão Colombo, aqui no Ipiranga. Eles saíam em incursão pelo interior de São Paulo, para atender especialmente às colônias de imigrantes italianos. Então, já no século passado, os padres scalabrinianos faziam esse trabalho no interior de São Paulo, mas agora, nesse momento, não tínhamos nenhuma experiência nesse sentido. Foi a partir de 1985 que houve algumas iniciativas, como falei anteriormente. Enquanto eu fiz essa experiência de um ano, e depois da temporada de teologia, esse contato se manteve, e, como padre, iniciamos junto com as irmãs scalabrinianas um trabalho mais intenso de acompanhamento dos imigrantes internos, especialmente baianos e mineiros. Depois, a coisa foi se ampliando para os

pernambucanos, cearenses, piauienses e por aí.

Mércia: Em que cidade do interior de São Paulo?

Padre Antenor: Bem, nós estávamos estabelecidos, num primeiro momento, em duas cidadezinhas: Dobrada e Santa Ernestina, dois municípios próximos a Matão, e depois nos transferimos para Guariba. Guariba é uma cidade um pouco maior, próxima a Jaboticabal, e aí começamos esse trabalho de contato com a origem, ou seja, esse intercâmbio. Eu acredito que todo o trabalho feito com imigrantes tem que ter o “cá” e o “lá”, até surgiu um jornalzinho que chamava *Cá e lá*, por conta disso. A prática pastoral, vamos dizer, uma intervenção mais efetiva junto a essa realidade da migração, ela tem que se dar, necessariamente, no destino, no local de trabalho, mas da mesma forma, e tão importante é a presença na origem, ou seja, conhecer exatamente a dimensão, a totalidade, digamos, os vários aspectos de quando tratamos de migração, então fizemos um trabalho muito intenso no intercâmbio, inclusive promovendo, provocando também todo ano a presença da igreja de origem, sindicatos também de origem para visitas, ou seja, organizávamos essas visitas, que se davam em vários momentos ao longo do ano, no período da safra, com lideranças da comunidade, de grupos e de ONGs que atuavam na origem, justamente na busca de respostas para essa situação, embora, claro, os imigrantes, ao seu jeito, estavam dando respostas para sua realidade, porém, na medida em que você sai da sua terra de origem, você acaba perdendo de vista algumas dimensões, alguns aspectos muito importantes que é toda essa força, eu diria força no sentido de mão de obra que vai transformar a realidade da origem, e essa força também que é organização, são as próprias pessoas que fazem acontecer as mudanças. Isso resulta de comunidades totalmente esvaziadas durante um período bastante prolongado. Inicialmente, nos primeiros tempos, eram cinco meses, no próximo seis meses, depois a coisa foi se estendendo para oito meses, porque as safras se tornaram mais prolongadas, e realmente o lugar de origem não oferecia mesmo respostas. Eles acabavam prolongando mais e mais esse tempo de trabalho aqui, e deixando o lugar de origem um pouco por conta própria para as crianças, os idosos e as mulheres também. Enfim, esse trabalho, nós fizemos em todo o interior de São Paulo, na região da cana, fizemos no Mato Grosso. Em muitas usinas do Mato Grosso, onde trabalhavam indígenas, a gente via as mães com os indiozinhos nas costas recolhendo cana, enfim, foi um tempo de muita ação, muita atividade e de muita interlocução com o poder público, com as assistentes sociais e a secretaria social de cada município, no sentido de discutir ou conscientizar a população para essa realidade, quer dizer, como não podemos acolher bem as pessoas que chegam aqui, podemos fomentar no lugar de origem algumas coisas que possam contribuir para que os imigrantes também contribuam com o próprio local de origem, com possibilidades para poder viver

decentemente. Houve também esse trabalho com o poder público, tanto de origem quanto aqui. Foram feitas romarias, assembleias, tanto na origem quanto aqui, enfim, foram muitas atividades durante doze anos que eu fiquei aí no interior de São Paulo. Depois disso eu fui transferido para o Mato Grosso, e no Mato Grosso eu fiquei mais ou menos oito anos, oito anos e meio, também era um centro de acolhida dos imigrantes, uma casa de acolhida para imigrantes, mas eu também tinha atuação no interior do Mato Grosso, nas usinas. Muitos imigrantes que eu encontrei aqui no interior de São Paulo, que encontrei na Bahia, fui reencontrar em muitas usinas no Mato Grosso, porque o imigrante vai circulando, onde oferecer um centavo a mais eles estão lá. Tivemos também um trabalho muito intenso de fiscalização de denúncias por causa da exploração. Algumas usinas tiravam o couro mesmo dos imigrantes, então tivemos uma parceria muito forte com o Ministério do Trabalho, com o pessoal da fiscalização, ou seja, além das rezas, a gente fazia também fiscalização trabalhista junto aos alojamentos naquele fundão do Mato Grosso, onde ninguém chega nunca. O papel dos gatos também foi muito forte, trouxe muito prejuízo para muitos imigrantes, porque na realidade eles acabavam roubando, sugando e enganando essas pessoas. Depois de oito anos e meio, eu fui transferido, era minha vontade fazer uma experiência fora do país e eu aceitei essa nova missão. A proposta era de fazer um trabalho na fronteira, na verdade seria na tríplice fronteira: Bolívia, Peru e Chile, lá no deserto do Atacama. Surgiu essa proposta e eu me dispus a aceitar esse desafio, claro, lugar muito difícil, deserto, na minha cabeça não cabia possibilidade de vida, mas daí a gente vai descobrindo que o deserto também tem suas belezas e oferece suas possibilidades para se viver. Então, foi aí que tínhamos a incumbência por parte da conferência dos três países de organizar nas cidades (2 no Peru, 3 na Bolívia e 4 no Chile) um trabalho de acolhida, um centro de imigrantes, ou seja, um lugar onde o imigrante, ao chegar, pudesse ter apoio, pudesse ter orientação, então fizemos, durante esse tempo, essa atividade. A gente viajava muito na região, e as distâncias eram muito grandes, desde o altiplano, era a questão da altitude, a cabeça ficava estranha, enfim, aí nessas cidades, nas 4 do Chile, conseguimos organizar um trabalho importante, inclusive no sentido de sensibilizar a igreja, os políticos, enfim, aquele pessoal das *migraciones*, que tinha a responsabilidade de acompanhar o tema dos imigrantes. Na Bolívia conseguimos algumas coisas também, contato e parceria com a igreja de lá, e até um colega nosso fazia o papel de articulação em nível nacional na Bolívia e no Peru. Depois de um tempo eu retornei para o Brasil e aqui trabalhei um tempo de provisoriedade, mas que se prolongou por quase três anos na Baixada Santista, numa comunidade muito populosa, ou seja, havia 17 comunidades e, na verdade, uma paróquia em 17 comunidades, com uma população de aproximadamente 200 mil pessoas, então, era muita gente, era tudo muito grande.

Você fazia um encontro de catequistas, eram 250, 300 catequistas, ministros eram 180, era tudo muito amplo, por causa no número de pessoas. Tinha várias favelas, trabalhávamos em quatro favelas, na verdade havia comunidades lá, viviam em palafitas, próximo ao Guarujá. Depois disso me foi oferecida a possibilidade de vir aqui para a Igreja Nossa Senhora da Paz, quer dizer, já estava no horizonte desde que voltei do Chile, de vir trabalhar aqui, então, aceitei o convite de vir para cá e aqui fomos trabalhando.

Mércia: Desde que ano, padre?

Padre Antenor: São quatro anos que eu estou aqui, então 2011. Enfim, estou aqui, aqui assumi a responsabilidade da paróquia, como pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz e diretor da Casa do Migrante, então sempre tem trabalho.

Mércia: Padre, em relação à Casa do Migrante, as regras, essas regras já estavam estabelecidas quando o senhor veio para cá?

Padre Antenor: Sim, a gente fez algumas mudanças, pouca coisa, mas é basicamente aquilo que já estava. Nós já até pensamos que algumas coisas precisam ser mudadas, melhoradas, até porque a população, os imigrantes que chegam aqui, vai mudando muito, muda muito o perfil. Alguns imigrantes de alguns países e algumas regiões, eles têm algumas necessidades, outros já têm outras necessidades, então a gente não pode ser engessado, a gente tem sempre que ter esse olhar bastante aberto, para que a acolhida se faça de fato. Porque é essa a intenção, a gente não quer que seja um depósito de pessoas, a gente não quer que seja, como é chamado por aí, um abrigo, abrigo dá a sensação de que é um lugar onde você se abriga, porém não tem esse espírito mais aberto. Nós queremos que seja realmente uma casa, aonde a pessoa chega, se alimenta, onde as pessoas possam dizer: “cheguei em casa”, aqui eu posso organizar minhas ideias, enfim, me refazer.

Mércia: Padre, qual a maior dificuldade que o senhor encontra na casa, no seu dia a dia, em todos os aspectos? Gostaria que o senhor me dissesse o que pesa mais.

Padre Antenor: Bem, uma casa assim, onde há uma mudança constante de pessoas, acho que um pouco da dificuldade que se tem, eu diria, funcionários, o pessoal que tem a responsabilidade de ser esse apoio, de ser um pouco essa referência de acolhimento, como mudam muito as mentalidades, talvez seja justamente a atitude, eu diria essa dificuldade de acolher, ou seja, olhar para o outro a partir de mim mesmo, e não olhar o outro a partir das suas necessidades, das suas emergências, nesse momento, se colocar na pele do outro. Eu vejo que uma dificuldade é essa, por parte de todo o quadro de funcionários. Mas, enfim, a gente sabe que isso é algo que precisa ser trabalhado constantemente, para que o espaço que está aí seja um espaço de acolhimento.

Mércia: Quanto à religião deles, padre, o senhor pode me falar como funciona se eles não forem católicos, isso pesa ou não para a entrada na casa?

Padre Antenor: Não, absolutamente! Até tivemos pessoas, no passado, que de certa forma brigavam para dar preferência aos católicos, mas hoje nem passa pela nossa cabeça. Eu acho que a gente até faz essa pergunta na entrevista, me parece que a assistente social faz essa pergunta, mas não tem interesse nenhum de direcionar nada, absolutamente. Mesmo porque não tem sentido, nós estamos aqui não para trabalhar com pessoas que tenham religião A, B ou C, mas estamos aqui para acolher pessoas que estão chegando de situações às vezes muito difíceis, então, temos que acolher essas pessoas e não acolher religiões, absolutamente. Acolher para que elas possam se reconstruir como pessoas e que elas possam, no curto período que passam aqui, que elas possam se reorganizar e abrir perspectivas, horizontes novos, porque se elas têm a coragem de sair do próprio país de formas muitas vezes rápidas, por situação de violência ou perseguição ou por falta de perspectivas do ponto de vista da vida e até por não ter um alimento, acreditando que aqui elas podem encontrar, então, nós temos que dar possibilidades para que elas possam responder a esse anseio.

Mércia: A casa oferece algumas possibilidades para melhorar essa inserção, como o curso de português. Eu gostaria de compreender a conexão com a Missão Paz em relação a esse trabalho, e gostaria que o senhor me falasse um pouco desse procedimento da casa com esse refugiado ou imigrante para uma nova inserção econômica, social e cultural.

Padre Antenor: Então, a casa e a missão como um todo, ela é única, ela trabalha conectada, não é uma coisa que não tem nada a ver com a outra, ou seja, todos os serviços que são prestados aqui no setor de mediação, eles são oferecidos para os imigrantes que estão na casa, ou seja, na casa nós temos uma psicóloga mais o pessoal da universidade que vem, que visita, enfim, que marca presença aí, ou seja, um serviço que se presta a pessoas que de fato a gente percebe que há necessidade. Algumas pessoas vêm realmente destruídas, então elas têm necessidade de uma ajuda nessa área também. Outro serviço, como a área da saúde, que digamos faz parte de todo esse serviço de mediação, então nós temos uma pessoa também contratada na missão que atende às necessidades da saúde, ou seja, a gente foi percebendo que alguns atendimentos têm que ser personalizados, a gente não pode colocar tudo no mesmo balaio e tratar da mesma forma. Então, há situações bem particulares, que precisam ser acompanhadas pessoalmente, ou seja, na área da saúde, especialmente. Na questão dos vários cursos, temos o curso de língua portuguesa, o curso intercultural, de que também os imigrantes da casa devem participar, como forma de ir conhecendo mais a realidade de onde pisam. Temos a questão do trabalho, os cursos, enfim, os imigrantes da Casa do Migrante, como eu dizia, eles usam todos os serviços que são prestados

aqui, encaminhamentos para cursos mais diversos, para o trabalho, enfim há uma rotatividade muito grande, até porque, na medida em que há ofertas de emprego, o pessoal vai, porque é isso que eles querem, na verdade é ter um emprego, uma vida normal como todos. Assim, há também problemas de pessoas que se acomodam, então esse é um problema também que eu poderia citar que às vezes dificulta o andamento normal, a dinâmica normal da casa. Algumas pessoas se acomodam, quer dizer, elas precisam ser empurradas, você tem que ir para a frente, então essa é uma dificuldade, de como tratar com essas pessoas, digamos dar um xeque-mate e dizer: “você tem mais um tempo para ficar aqui”, e às vezes temos que fazer isso, ainda hoje temos que fazer isso, porque às vezes parece que a pessoa precisa de um xeque-mate, de um empurrão, para ir para frente, senão elas se acomodam.

Mércia: Então, é uma casa que oferece três refeições por dia, eles não têm despesa alguma. Na conversa com o Padre Paolo, ele disse que a casa é mantida pelos scalabrinianos e por algumas empresas, que preferimos não citar; financeiramente, como funciona?

Padre Antenor: A casa é 100% mantida pelos scalabrinianos, 100% em termos, porque nós temos algumas doações de pessoas ou de uma igreja que faz doação de mantimentos não perecíveis, em geral, arroz, feijão, óleo, então temos várias comunidades que fazem isso, mês sim, mês não, então essa é uma ajuda importante. Fundamentalmente, todo o gasto de manutenção, de funcionários, gastos com compra de carne, coisas assim, é tudo da pia sociedade, da congregação.

Mércia: Padre, o poder público nunca esteve aqui na Casa do Migrante?

Padre Antenor: No passado, sim. No período em que aqui se atendiam mais os migrantes internos, havia convênios, mas nem eram os padres scalabrinianos na época. Nós tínhamos cedido esse espaço para uma associação, e a casa virou um depósito de pessoas. Hoje a capacidade é para 110 pessoas, e naquele tempo colocavam até 300, ou seja, dependia de convênio, de recurso, então tem toda essa história. De repente, ao invés de ser uma casa, se tornava um local de loucos, pessoas sem controle, sem nada. Então, de fato, houve no passado recursos, convênios com a prefeitura, com o Estado, hoje não, até porque ter convênio, a experiência nos tem mostrado que fazer convênio com o poder público às vezes significa comprometer a filosofia de trabalho, então a gente prefere se arrastar um pouquinho, mas manter a característica e aquilo que a gente entende como atendimento aos imigrantes e as pessoas que chegam.

Mércia: Padre, tendo 110 lugares de capacidade, como é feita essa triagem? O senhor interfere nessa triagem? Quem são essas 110 pessoas e por que elas, e não outras?

Padre Antenor: Sim, nós temos pessoas encaminhadas pela Cáritas, que são refugiados,

normalmente eles vêm dia sim, dia não, vêm 2, 3, 4, 5 refugiados. Depois eles procuram aqui, no serviço de mediação, as assistentes sociais que nós temos, são elas que fazem uma primeira triagem. Se há vagas, a gente simplesmente recolhe; se não há vaga, eles são encaminhados para outros locais, por isso não existe “esse sim ou esse não”, não existe nenhum requisito para que a pessoa seja acolhida ou não, é bem verdade que existe alguma coisa, mas é justamente para que o trabalho possa fluir melhor, isso relacionado a escolhas. A experiência nos tem mostrado que, quando nós colocamos uma única nacionalidade, a grande maioria de uma única nacionalidade, a casa passa por alguns problemas, temos esses problemas.

Mércia: Eu imaginei que a diversidade de nacionalidades pudesse causar mais problemas.

Padre Antenor: Então, se já houver um número grande de uma determinada nacionalidade, entre duas pessoas de nacionalidades diferentes, sendo uma da mesma que já tem em número grande na casa, a gente opta pelo outra. Os dois estão precisando, mas é justamente para que haja essa multiplicidade e essa diversidade maior de nacionalidades, porque a casa flui melhor e a gente consegue desenvolver o trabalho de uma forma mais adequada.

Mércia: Padre, agora são perguntas mais amplas. Eu não compreendo bem a questão dos carlistas e dos scalabrinianos, pois, pelo que eu li, Scalabrini tinha como santo devoto São Carlos Borromeu. Por que esse santo, ele tinha algo a ver com a migração? Eu gostaria de entender essa ligação de carlistas e scalabrinianos.

Padre Antenor: De fato, São Carlos foi escolhido como patrono da congregação porque foi um homem muito dedicado aos pobres. Houve um período de peste, de doenças e epidemias na região dele, e ele se desfez de todas as riquezas que tinha na casa episcopal justamente para ajudar esses pobres e oferecer ajuda, então a escolha que Scalabrini fez, eu acredito, foi um pouco porque ele era santo da região dele, e o grande motivo é porque foi um bispo totalmente despojado e dedicado aos pobres.

Mércia: Padre, o senhor comentou que os bancos da igreja foram confeccionados por Emendabili.

Padre Antenor: Eu preciso me certificar se foi Penacchi ou Emendabili.

Mércia: Penacchi fez os afrescos; a Via Sacra e as esculturas foram feitas por Emendabili.

Padre Antenor: Os bancos também são obra de Emendabili, mas posso pesquisar melhor.

Mércia: Padre, muito obrigada.

Entrevista 5 – Concedida por Alejandro Cifuentes, padre pertencente à Missão Paz, responsável pelo Centro Pastoral de Mediação do Migrante, em 22 de abril de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Boa tarde!

Padre Alejandro: Boa tarde!

Mércia: Eu estou aqui com o Padre Alejandro, que pertence à Missão Paz e é o responsável pelo CPM. Padre, eu gostaria de conhecer sua história e saber como o senhor chegou na MP?

Padre Alejandro: Eu faço parte da Congregação Scalabriniana e fui destinado para a província de São Paulo, para trabalhar aqui, especificamente, na região sul-americana. Eu pertencia à província norte-americana, sendo mexicano, e vim para cá para fazer uma experiência. Nosso carisma e nossa missão é o atendimento aos imigrantes, e parte da nossa formação é fazer essa experiência de imigrante para poder entender melhor esse povo em movimento. Então, como parte da formação, eu vim para o Brasil e, depois de concluir os estudos, fui destinado para continuar aqui no Brasil para trabalhar. Fiz um tempo de formação fora, fiquei quatro anos na Itália e voltei para o Brasil, sendo destinado a vir para cá.

Mércia: E por que o senhor optou pela missão dos scalabrinianos, visto que a igreja católica tem tantas vertentes?

Padre Alejandro: Quando eu olho para trás, eu encontro um motivo. Tem muitas opções dentro da igreja para poder optar, e eu optei pelos scalabrinianos justamente pelo carisma e pelo trabalho com os imigrantes. A minha região no México é uma região de muitas imigrações, muito povo que vai para os Estados Unidos. Eu sou da região de Guadalajara, e parte da minha família, quase metade dos irmãos, migrou para os Estados Unidos, então foi uma causa que vi muito de perto, experiência migratória dentro de casa, entre a família, então meu trabalho e minha opção de vida vieram justamente porque tocavam uma das feridas, talvez não uma das feridas, mas uma realidade mais concreta da minha vida pessoal.

Mércia: Há quanto tempo o senhor está na MP?

Padre Alejandro: Aqui estou no meu terceiro ano, eu vim em janeiro de 2013.

Mércia: O senhor é o responsável por uma das áreas da MP, qual seria?

Padre Alejandro: Aqui existe a MP, que é o grande chapéu, que cobre todos os outros setores. Um dos setores da MP é o Centro Pastoral de Mediação do Migrante, que seria essa parte onde nós estamos agora. Aqui se faz o atendimento imediato, com atendimento na parte documental, para aquele pessoal que precisa primeiro arrumar os documentos, temos uma advogada dentro dessa área também que atende àqueles casos que têm problemas de documentação ou alguma

outra realidade, e temos também esse acompanhamento prolongado, para diversas necessidades com as famílias, com as crianças, questões de saúde, pessoas que já foram atendidas aqui e que depois têm um seguimento com a assistente social. Aqui tem uma assistente social só para fazer visitas e outra que atende aqueles que vão chegando ou aquele que tem algum retorno. De tal maneira que o nosso atendimento não se limita a uma vez só. Tem uma continuidade com as pessoas.

Mércia: Então as pessoas que já foram atendidas ou já passaram pela CM, elas continuam com um atendimento constante? Quando necessita, ela vem?

Padre Alejandro: Tem toda essa realidade. Tem pessoas que passaram pela CM e foram encaminhadas para cá, para fazer a documentação ou para qualquer outra necessidade específica.

Mércia: Como funciona em relação ao poder público, existe alguma ajuda?

Padre Alejandro: Aqui funciona de forma diferente, é uma obra da Congregação Scalabriniana, temos apoio de voluntários e temos outros projetos que nos ajudam a manter aqui.

Mércia: Qual a maior dificuldade que o senhor encontra nesse trabalho que desenvolve?

Padre Alejandro: Talvez a realidade mesmo que nós vivemos, que é uma realidade muito complexa. São pessoas de diferentes países, e cada país tem uma legislação própria em relação ao Brasil, então tem necessidades imediatas que são muito simples de solucionar; podemos dizer que, se alguém precisa passar uma noite, um pernoite, comer alguma coisa, são coisas muito fáceis. O problema com a realidade que nós temos aqui é com a questão da documentação, o problema de alguns consulados, que demoram muito para fazer um documento de que precisam. Tem a questão econômica também, pagar as taxas, embora os países aqui do Mercosul tenham maior facilidade para fazer a documentação de uma vez só. Então tem que ir muito devagar para poder fazer essas coisas. Depende muito do país da pessoa, tem as exigências, os desafios que se apresentam, por isso, precisa ter uma paciência muito grande e uma flexibilidade também para atender, porque cada pessoa vem de lugar diferente, e isso implica uma resistência e uma instabilidade da nossa parte em poder atender.

Mércia: E a questão dos haitianos, essa grande massa de pessoas, como vocês lidam com isso?

Padre Alejandro: Certamente, a realidade dos haitianos veio para nós e permitiu ver a nossa estrutura e a nossa forma de trabalhar também. A CM é um pequeno espaço que temos, com vagas limitadas, para poder oferecer um atendimento bem feito para as pessoas, e não dá conta da demanda dessas pessoas. Aquilo que se faz, aquilo que nós fazemos aqui mesmo com as assistentes sociais e com a equipe toda, é tentar arrumar a documentação deles, como a carteira de trabalho, protocolo, toda a parte documental para poderem ser contratados e poder fluir o

processo. E foi isso que aliviou a nossa realidade aqui, embora essa realidade continue, porque, se você passar pelo salão, verá as malas e todas as coisas que estão aí do pessoal, porque não para de chegar, eu não vejo fim.

Mércia: Eles recebem visto humanitário?

Padre Alejandro: Sim, para tentar responder a uma necessidade emergencial, foi a saída mais rápida.

Mércia: Padre, o senhor pode me falar um pouco sobre o eixo trabalho?

Padre Alejandro: O processo está evoluindo, no começo era uma coisa muito direta; uma assistente social, com uma equipe pequena, fazia esse atendimento, essa mediação entre aqueles empregadores e o pessoal de mão de obra, mas depois se viu a necessidade de criar uma palestra intercultural, que foi feita em parceria com outra instituição, para poder sensibilizar os imigrantes sobre os direitos e deveres aqui no Brasil. A mesma equipe também tem uma palestra específica para os empregadores, com as mesmas características, onde se assina um contrato de ética, porque isso pesa para nós, no caso de acontecer de a pessoa ser levada para trabalho escravo, vão dizer que saíram da igreja, e nós tentamos evitar isso, tentamos ajudar a não expor uma pessoa que está em vulnerabilidade. É feita então uma triagem com as empresas, com o salário que oferecem, para que não se aproveitem da situação. A maioria das pessoas tem que mandar dinheiro para a terra deles, então tem que ver um salário que compense alguma coisa, para que não se aproveitem da situação. Então existe essa preparação para os imigrantes e para os empregadores. Muitas vezes, depois da palestra, o empregador diz não, talvez eu não consiga, existe isso. Existe um grande número de empresas que tem contratado, e muitas delas não. Quando veem a realidade, elas dizem “não, não quero me comprometer”.

Mércia: Padre, tem alguma coisa que o senhor queira mudar ao longo do tempo, que o senhor acha que seja necessária alguma transformação ou vocês acham que assim já está bom?

Padre Alejandro: Acredito que nós precisamos investir mais na formação da nossa própria equipe primeiro, o pessoal que atende, isso é uma realidade muito dinâmica, a questão das migrações, e isso exige de nós uma preparação bem melhor e uma reestruturação também em algumas áreas, sobretudo no acompanhamento do pessoal depois que passam por aqui. No caso das famílias, no caso daqueles que são encaminhados para o trabalho, às vezes nós ficamos numa resposta imediata de necessidades e às vezes nos descuidamos um pouco dessa parte a longo prazo. Precisamos investir mais, temos uma boa equipe de voluntários, mas precisamos de mais pessoas que conheçam as línguas, mas sobretudo que tenham uma sensibilidade bem humana para poder acolher. Às vezes temos pessoas com um excelente *curriculum*, mas sem os mínimos elementos de tratar uma pessoa diferente. Então precisamos dar mais atenção para

isso e nos dedicar um pouco mais, mas esse é um trabalho que vamos fazendo aos poucos.

Mércia: O principal nesse trabalho o senhor atribui a quê?

Padre Alejandro: À acolhida. Nós temos que pensar que cada pessoa é uma história, e cada pessoa carrega toda uma identidade, faz um caminho e às vezes está muito sensível, e nós precisamos pelo menos o mínimo de uma acolhida, uma acolhida mínima de que se sinta em casa quando chega aqui. Muitas das pessoas, muitos dos voluntários precisam ter também essa sensibilidade, saber que está tratando com pessoas, e que não são pessoas quaisquer, sendo que trazem uma bagagem cultural, social. É nisso que precisamos investir. Temos que melhorar ainda mais e fazer crescer uma equipe com essa característica, isso é parte da nossa missão também. Talvez não tenhamos todas as respostas, mas, se você trabalhar com parcerias com outras instituições, podemos encaminhar, para que pelo menos a pessoa saia daqui com um pouco de luz e de esperança.

Mércia: Padre, vocês trabalham, os quatro padres, conectados?

Padre Alejandro: Somos quatro padres e um religioso que está aqui, então somos cinco na verdade. Existe esse trabalho de equipe e precisa, porque é uma coisa muito grande, e às vezes um interfere no outro, uma equipe de funcionários e voluntários grande, e então precisa muito desse diálogo para poder caminhar bem. Essa é a parte de experiência bonita, que eu falo que é diferente de outras missões onde estive. Aqui existe uma equipe bem compacta, para poder fazer esse trabalho.

Mércia: Padre, muito obrigada por sua generosidade em me conceder essa entrevista.

Entrevista 6 – Concedida por Luis Afonso E. Vargas, padre pertencente à Missão Paz, que atua em conjunto com o Padre Alejandro Cifuentes no Centro Pastoral de Mediação do Migrante, em 22 de abril de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Eu estou aqui com o Padre Luis, que é um dos integrantes da Missão Paz. Boa tarde, padre!

Padre Luis: Boa tarde.

Mércia: Minha primeira pergunta é como o senhor chegou aqui?

Padre Luis: Eu faço parte da Congregação dos Padres Carlistas, e nós, como missionários, temos que obedecer ao nosso superior. Ele me mandou para trabalhar aqui nessa missão, especialmente para acompanhar os imigrantes hispano-americanos.

Mércia: O senhor veio de onde, de que país?

Padre Luis: Eu estava finalizando meus estudos na Itália, depois voltei para a Colômbia, de férias e então vim para o Brasil.

Mércia: Então sua origem é colombiana?

Padre Luis: Sim, sou colombiano.

Mércia: O que o fez despertar para que o senhor fosse um missionário scalabriniano? Por que a migração foi sua opção na sua formação sacerdotal?

Padre Luis: Vocação, digamos, que nasceu a partir das motivações do meu pai. Ele sempre me ensinou que a gente tem que servir, tem que fazer o melhor especialmente pelas pessoas mais simples. Eu nasci e cresci numa família muito simples, mas uma família que sempre compartilhou aquele pouco que nós tínhamos, e aí comecei a conhecer a congregação, participei das missões e fui aos poucos me enamorando do carisma da congregação, ou seja, especialmente me chamou atenção conhecer a diversidade cultural que é o patrimônio que cada um de nós leva, respira e transpira.

Mércia: Aqui na MP o senhor chegou quando?

Padre Luis: Eu cheguei no ano passado, um pouco antes da Semana Santa, um ano e pouco.

Mércia: O senhor veio da Colômbia direto para cá ou esteve em algum outro lugar do Brasil?

Padre Luis: Eu cheguei ao Brasil e primeiro fui estudar português um pouquinho, em Brasília, com tantos outros migrantes católicos e não católicos, e depois fui trabalhar no interior de São Paulo, no município de Ribeirão Pires, trabalhando com as comunidades do interior, e depois eu vim para cá.

Mércia: Então o senhor é o mais novo da MP?

Padre Luis: Sim, eu sou o caçula.

Mércia: Padre Luis, em entrevista com os outros padres da MP, me foi dito que, embora as atividades sejam divididas, vocês trabalham em homogeneidade. Em qual área o senhor atua e como funciona essa distribuição?

Padre Luis: Eu trabalho junto com o Padre Alejandro, especialmente nessa parte de documentação, trabalho, saúde e junto com o pessoal que encaminha documentação, encaminha para o atendimento, principalmente os latino-americanos e hispano-falantes. E depois, toda parte espiritual, que normalmente vem desenvolvida todo fim de semana, em diversos lugares da grande São Paulo. Não somente aqui, mas também em outros lugares.

Mércia: Vocês fazem esse trabalho em outros bairros? Então não está concentrado somente aqui?

Padre Luis: Isso, especialmente na periferia, onde temos grandes concentrações de paraguaios, bolivianos, peruanos, que por motivos principalmente econômicos vão morar lá, e então nós vamos marcar presença.

Mércia: Padre, há alguma coisa por fazer que possa melhorar o atendimento em prol do migrante sem contar com o poder público?

Padre Luis: Trabalhar com o poder público é sempre um perigo, porque normalmente entra a política, e a igreja tem que se cuidar de muitas coisas que às vezes pode se envolver, e o problema da migração, entre aspas, que não é um problema, é uma realidade, é a cultura, é a riqueza dos nossos povos, nós fazemos memória, fazemos história a partir da migração. Todos os nossos povos foram formados a partir das migrações, e a migração vai ser sempre dinâmica. O grande pecado da sociedade é muitas vezes o preconceito, a indiferença que marca e que às vezes afasta as pessoas. É uma coisa muito importante que nós temos, especialmente o governo e a sociedade têm que saber que faz parte, e que a grande concentração está em São Paulo. Precisamos de informação, precisamos tomar consciência de que todos somos irmãos, que fazemos parte da mesma humanidade, para crescer e para nos ajudar.

Mércia: Padre, em relação aos trabalhos realizados pela MP, o senhor acha que estão no caminho correto?

Padre Luis: Tentamos fazer aquilo que é possível, não podemos fazer tudo, porque é uma responsabilidade de todos. Nós tentamos fazer um trabalho integral, onde o migrante possa se sentir acolhido, possa sentir também que faz parte, que é importante, e onde possa se tornar também protagonista. Muito mais que trabalhar para o migrante, trabalha-se com o migrante.

Mércia: Padre, o senhor pode me falar da questão cultural?

Padre Luis: Nós tentamos sempre manter aquele patrimônio cultural que, muitas vezes, em todos os povos se espana, e muitas vezes está concentrado e muito ligado o cultural com o

religioso. Faz parte de nosso patrimônio, da nossa cultura, e tudo aquilo que nós tentamos viver e celebrar a nossa fé, celebrar a nossa vida, é aquilo que muitas vezes nos mantém vivos, e que as gerações novas não percam aquilo que faz parte da identidade.

Mércia: Padre, muitas pessoas que chegam aqui não são da religião católica. Como isso é tratado?

Padre Luis: Todos os migrantes e todas as pessoas sempre são bem-vindas na nossa missão. Antes da religião, nós sabemos que o migrante tem outras necessidades, digamos que a parte religiosa é a última que nós trabalhamos. Temos que respeitar a diversidade e fazemos parte e moramos num país laico, e todos temos que nos respeitar. Todas as religiões e culturas fazem parte do nosso patrimônio e são nossa riqueza.

Mércia: Padre, muito obrigada.

Entrevista 7 – Concedida pela Sra. Edith Nancy Olivares, em 23 de abril de 2015, na Rua Frei Caneca, 569 – Consolação – São Paulo-SP.

Mércia: Boa Noite!

Nancy: Boa Noite!

Mércia: Seu nome, por favor.

Nancy: Edith Nancy Olivares.

Mércia: Sua nacionalidade?

Nancy: Eu sou peruana.

Mércia: Sua idade?

Nancy: Tenho 44 anos.

Mércia: Você é imigrante?

Nancy: Sim, sou imigrante.

Mércia: Qual o motivo da migração?

Nancy: Na realidade, eu vim passar férias de um ano e acabei ficando, Deus tinha outros planos.

Mércia: Nancy, você poderia me contar como chegou ao Brasil e na CM?

Nancy: Bom, é uma longa história! Começa porque eu queria sair do país para passar um tempo fora, e meu irmão tinha um propósito de trabalhar dois anos no Brasil, e eu falei: bom, eu sou professora, isso lá no Peru, eu vou com ele, vou fazer qualquer outra atividade, outro ofício, enquanto durarem minhas férias. Peguei uma licença de um ano e falei: vamos aproveitar, conhecer outro povo, outra cultura, porque eu estava muito desapontada no lado sentimental. Eu não falava português e não entendia nada, mas naquele meu desespero, na minha profunda tristeza, eu não questionei nada, que parte do Brasil, onde vamos ficar, nada, não perguntei nada. Como meu irmão já tinha os planos de vir e eu estava com meu irmão, achava que era óbvio que já tínhamos um lugar para moradia. Então, a gente veio por terra, mas a gente não veio pelo caminho que todo mundo faz, que é pela Bolívia, são cinco dias de Lima até São Paulo, é o caminho que todo mundo faz, mas eu peguei outro caminho, peguei o caminho que vem pela Amazônia do Peru, eu atravessei meu país e entrei pelo Acre. Ninguém me disse nada sobre isso, mas meu medo era a troca de moedas, na minha cabeça não sabia quanto ia me custar a passagem na Bolívia, tinha que trocar os dólares por bolívares e depois novamente por reais, então eu falei: se o Peru tem fronteira com o Brasil, vamos pela fronteira, não conheço nada, não sei como é, então dá a mesma coisa. Só que, para minha surpresa, minha viagem durou dez dias, atravessei o Brasil do Acre a São Paulo, e, na fronteira, meu irmão me disse assim: “vamos ser os últimos passageiros do ônibus”? E eu, vamos! Para mim era tudo novidade, tudo era

fantasia, uma emoção de esquecer a minha história e cada passo, cada árvore era diferente. Mudava o clima, mudava o cheiro, a parte da Amazônia peruana, Amazônia brasileira, as pessoas mudavam, o jeito de falar mudava, tudo que era familiar ia ficando para trás, mas, quando a gente chegou, eu não tinha medo, eu estava feliz, eu estava conseguindo fugir de uma situação que eu queria esquecer, era a aventura da minha vida e eu estava com 32 anos. Não conheço bem meu próprio país, não conheço, só conheço a cidade de onde meus pais vieram, o resto eu não conheço nada, nem Lima eu conheço. Então eu fiz uma aventura que eu não sabia onde estava indo e o que queria, então eu pensei, vamos lá! Minha coragem era porque eu estava com meu irmão, e com meu irmão nada me poderia acontecer, ele ia segurar a minha mão. No começo, ele não queria, porque eu era mulher, e eu disse para não se preocupar comigo, só que tive uma surpresa com meu irmão, foi na fronteira; ele disse que não tinha dinheiro e só me avisou quando chegamos na fronteira com o Brasil. Eu tinha dinheiro, mas era para mim, para uma pessoa, para minha subsistência. No final, sobraram 50 dólares. Eu achava que em São Paulo, quando chegássemos (eu não sabia o que era São Paulo), eu encontraria um hotel barato para ficar até encontrar a igreja que meu irmão falava. Ele falava que tínhamos que encontrar uma igreja em São Paulo. Eu pensei: essas igrejas normalmente acolhem, e achei que ele tinha pegado referências com alguém em meu país. Bom, a viagem até São Paulo durou mais quatro dias, porém não sabíamos que a distância até aqui era essa, cinco dias e quatro noites. Você pode imaginar que minha mala estava no bagageiro e que eu não tinha acesso a nada que estava nela, comigo eu só tinha uma mochila pequena. Eu não tinha nada de roupa, não tinha nada, achando que estava indo para Lima, você pode imaginar como chegamos? No trajeto, descia e subia gente o tempo todo, nunca vi mudar tanto de passageiro, cada terminal descia gente e subia gente, e nós tentando entender o que eles falavam em português. Então chegamos em São Paulo, fomos os últimos, e depois de seis meses que estava aqui, descobri que descemos na Barra Funda, eu não sabia, deu um branco na minha cabeça, tentava fazer o trajeto na minha mente e não conseguia. Quando descemos do ônibus, perguntei em espanhol onde tinha uma comunidade de peruanos, achando que, como nos Estados Unidos, as pessoas se organizavam, lá no Peru a gente tem referência de que o Brasil é mais organizado, entre aspas, e que pelo menos os estrangeiros, pela informação que se tem, são mais organizados. O presidente era Lula, representava a mudança, e tinha muita expectativa positiva fora do Brasil. Meu pai veio chorando e disse: filha o presidente é Lula, até ali eu nem sabia quem era o presidente do Brasil, e ele, meu pai, estava muito informado e me animou ainda mais. Eu achava que tudo era perto, não tinha noção de nada, e quando cheguei aqui, desci em São Paulo, não sabia a importância de São Paulo, eu não sabia nada do Brasil, achava que Brasília era tudo, e não São Paulo, e

sabia também que o Rio de Janeiro era um ponto turístico, e quando descemos aqui, falamos: e agora? Temos que procurar uma igreja, e ele não falava português, e eu também não, como iríamos fazer? Bem, fomos ao balcão de informações dentro da Barra Funda, e o rapaz me deu umas cinco numerações de ônibus, com 4 dígitos cada uma, para chegar numa igreja mais próxima. No meu país, os ônibus são por nome de bairro, de cidade, de avenida, e não por número, e ali só tinha número. Estávamos fedorentos e famintos, e o choque cultural é muito gritante, começou desde as primeiras paradas, dentro dos terminais, café era pouquinho e eu falava: “Não, isso não é uma xícara, aqui só tem metade do copo, eu quero o copo cheio como na minha terra”; pedi um pastel, que para nós é bolo, um pedaço daria para os dois comer, porque não tínhamos dinheiro, e tínhamos que poupar o máximo em todos os terminais, porque eu não sabia quanto ia custar a habitação do hotel, porque, por mais simples que fosse, eu não tinha os valores. Quando eu desci e vi aqueles prédios, eu pensei: onde nós estamos? Eu me senti menos que uma formiga, e aí eu tive medo! Eu pensava: onde eu estou?, o que eu vim fazer aqui?, o que eu fiz da minha vida?, por que eu me aventurei? Eu me apavorei, todo mundo nos olhando naquele terminal, e eu com cara de assustada, uma mala, fedorenta, cinco dias sem tomar banho. Ninguém nos disse nada, então sabonete, tudo estava lá embaixo, no bagageiro. Pouco dinheiro, famintos, emagreci 6 quilos em dez dias, não entendia o negócio de *self service*, de sistema de rodízio, e aí não sabíamos o que fazer. Acabamos comprando um prato de comida, e meu irmão insistia que queria outro, e eu dizia que a gente só tinha 50 dólares. Pegamos um PF que não tinha jeito de dar para duas pessoas, e então eu falei para meu irmão comer sozinho, e eu bebo água, estava tão apavorada e amedrontada que não sentia fome. Bom, achamos uma igreja, até hoje não sei onde é essa igreja, lembro de ter passado por uma passarela de dentro do Barra Funda, perto do Memorial, mas não me lembro do Memorial naquele dia. Meu irmão achava que o lugar que nós tínhamos que chegar era uma igreja, mas depois descobrimos que não era uma igreja, descobrimos na vinda do Papa que era uma corrente religiosa, mas para ele foi dito que era uma igreja, mas não era. Bom, chegamos em outra igreja e conseguimos falar com a secretária, que disse que o padre não estava, e que só chegaria às 18 horas. Eu falei: “Não, não pode, vai escurecer e a gente não conhece nada aqui, se escurecer, onde que a gente vai dormir? Por favor, liga para o padre, nos informa onde é essa igreja que temos que ir”, e ela dizia que não sabia. Por fim, ela ligou para a cúria, só hoje eu sei o que é cúria, naquela época eu não sabia, e ela disse que a cúria não sabia de nada sobre essa igreja aonde tínhamos que chegar. Saímos dessa igreja e sentamos num banquinho, e meu irmão queria de toda forma pegar um táxi, e eu falava, não, táxi é caro, e vamos para onde de táxi? Meu irmão dirigia uma perua lá na nossa cidade, mas lá não tem taxímetro, lá podemos negociar com o motorista, aqui

é taxímetro. Bem, no final, entramos no táxi, o taxista muito gentil disse conhecer onde tinha gente como nós, lembro como se fosse hoje, porque consegui entender mesmo em português. Eu não lembrava de nada, só depois de um ano é que consegui me situar sobre esse caminho percorrido por esse taxista. Ele nos levou a outro bairro, e na rua tinha um boliviano, aí eu me desesperei e falei: “amigo por favor, pelo amor de Deus, nos ajuda”, e ele falou em português para o taxista de uma senhora peruana que cozinhava ali perto, e que muitos peruanos se encontravam lá. Deu as coordenadas para o taxista e nós fomos. Quando chegamos, eu disse para meu irmão descer e que eu ficaria no carro para assegurar as malas, estava muito apavorada. Quando ele entrou na casa, eu ouvi um grito: “Vocês estão loucos?” E eu no táxi pensava em quem estaria brigando com meu irmão. Ele apareceu e disse: “Nancy, desce!” Quando descí, descobri que quem gritou com meu irmão foi um conterrâneo, que não nos conhecia; olhou para mim e disse que viu minha aura, e eu nem sabia o que era isso. Ele nos acolheu por três dias e nós pagamos uma taxa. Ele nos deu toda uma acolhida. Quando entramos no hotelzinho, Ave Maria! Eu queria me suicidar! Era na cracolândia, que hoje já não existe mais. Era um antro, e na véspera tinham assassinado um brasileiro, por isso passava carro de polícia a todo momento. Aquelas pessoas que eu estava vendo obviamente não poderiam me ajudar, mas o conterrâneo, que já falava português, falou ao telefone e achamos o pastor que tínhamos que fazer a entrevista, acho que era Vila Mariana. Ele pegou o endereço e nós fomos de carro com ele até lá. Quando chegamos, fomos atendidos pela esposa dele, que disse que o pastor estava no Rio e que não estava em São Paulo, e que chegaria no final do mês, isso era 20 de janeiro de 2003. Falei: “Não pode, a gente não tem dinheiro, a gente não consegue esperar até o fim do mês”. Além do nosso conterrâneo, a outra pessoa que foi junto dizia para ele nos deixar lá, que ele já tinha ajudado bastante e que dali para frente tínhamos que andar sozinhos. O conterrâneo se sensibilizou muito comigo, com a minha pessoa e com a minha história, porque ele estava muito ferido, como eu, com coisas sentimentais, então ele não deixou a gente lá, ele ficou esperando, porque a gente tinha se entendido muito bem. A esposa do pastor disse que conseguiria emprego para a gente, mas que não iríamos trabalhar juntos, tínhamos que nos separar, e eu falei que não, que não ia me separar do meu irmão, não naquele momento, disse que não sairia de perto do meu irmão, que tinha que ser para os dois juntos. O pastor, que a gente conheceu pelo telefone, sabia da Casa do Migrante e falou ao nosso colega que nos acolheu onde era a Casa do Migrante. Esse colega nós nunca mais vimos, mas foi ele que mais nos ajudou naquele momento. No dia seguinte chegávamos na Casa do Migrante, eu e meu irmão.

Mércia: Quando você chegou na Casa do Migrante e por quanto tempo ficou lá?

Nancy: Foi em janeiro de 2003, o tempo permitido era no mínimo seis meses e no máximo um ano para as mulheres, e para os homens, mínimo de três e máximo de seis meses na época, e eu fiquei sete meses.

Mércia: Nancy, você se sentiu hospedada ou acolhida pela Casa do Migrante?

Nancy: Na minha época eu usaria o termo hospedada.

Mércia: Pode me dizer por quê?

Nancy: Naquela época, eu fui recebida por uma senhora peruana, conterrânea nossa; lá tinha pouquíssimos peruanos, eram mais africanos de Angola, bolivianos, tinha gente do Nordeste brasileiro, Paraíba, Piauí, alguns estavam porque estavam seguindo um tratamento médico com uma filha deles, tinha chilenos, paraguaios e até nessa época tinha um casal de russos. Os rapazes que haviam nos acolhido anteriormente e que nos deixaram na porta, ficamos sabendo depois que gentilmente voltaram no dia seguinte para saber se ficaríamos mesmo por ali, isso foi muito legal, e aí falaram que estávamos acolhidos e eles nunca mais voltaram. Então, eu digo hospedada, porque na época era tudo muito burocrático, tinha um padre italiano, que ele passava, olhava e mais tarde eu soube que ele era diretor coordenador da CM. Tinha também um chileno e muitas funcionárias brasileiras, mas era tudo desorganizado, segundo o que me informaram, tinham mudado toda a infraestrutura da casa. Eu vi umas fotos, antes parecia um presídio, com camas de ferro; na minha época, em 2003, tinham acabado de ampliar a estrutura, mas tinha muros antigos. Hoje posso dizer que a Casa do Migrante é um paraíso, hoje é suíte presidencial. Naquela época, a MP não existia, o que tínhamos era uma pastoral só para documentação; por exemplo, eu precisei ter uma renovação do visto por mais 90 dias e foi lá que me ajudaram. Lá tinha um judeu que levava a gente para renovar o visto, e o CPM se responsabilizava junto à Polícia Federal, dizendo que me dava comida e moradia. Nesse aspecto de inserção, a CM foi muito importante para mim. O CPM, que hoje é CPMM, era Centro Pastoral do Migrante, hoje eu não sei o que é o outro M.

Mércia: A casa teve alguma importância para sua adaptação no Brasil e na cidade de São Paulo?

Nancy: Teve bem pouco, não muito. Era bem diferente do que é hoje. Antigamente a assistente social só era a parte burocrática; quando estava para vencer o prazo, ela procurava os empregos para a gente nos jornais, mas só fazia isso dependendo da pessoa. As poucas reuniões que tínhamos sobre organização interna das pessoas, não dava efeito, ninguém lavava prato ou ajudava, ninguém fazia nada, por isso eu falo que não foi acolhida. Durante esse tempo, eu ia no Sindicato dos Trabalhadores, perto da Tabatinguera, que era da secretaria da prefeitura, e dali saíam os restos de comida que eram enviados para a CM. Eu ia para ajudar as pessoas da cozinha, e aí você virava tudo, salada com frutas e feijão com outros tipos de saladas e arroz

com outras verduras, então a gente comia isso. Hoje eu falo: vocês são reis e rainhas, têm comida fresquinha todos os dias, lavam os pratos, limpam, hoje tem toda uma organização de acolhimento que antigamente não tinha, nós dávamos essas ideias, e hoje elas estão em prática.

Mércia: Você tem contato com alguém da casa?

Nancy: Agora não, as pessoas que conheci já saíram. Naquela época eu tinha que assinar uns papéis como custo da minha hospedagem, e as duas pessoas que faziam a parte burocrática, acho que tiveram problemas, porque teve nota que eu assinei duas vezes, não sei se perdiam ou o que acontecia, e elas foram embora.

Mércia: Você poderia me dizer em poucas palavras coisas boas e ruins da sua permanência na Casa do Migrante?

Nancy: Todas as coisas que poderiam ser melhoradas naquela época hoje são realidade, faltava essa comunicação, que hoje existe. Um exemplo era a nossa reivindicação de separar as mães com crianças das pessoas sozinhas, porque as crianças mexiam nas coisas, e, se colocassem em um quarto as mães com crianças, elas poderiam brincar e interagir, e isso ia ser melhor para elas e para as outras moradoras da casa, acho que agora é assim. As pessoas têm que acordar cedo para trabalhar, e tem criança que chora e que não quer dormir. Também fiz um rascunho sobre os revezamentos rotativos na limpeza dos banheiros e, quando não queriam fazer, eu fazia e dizia: “aqui me dão casa e me dão comida e bebida de graça, e mesmo sendo essa comida reciclada, juntada, continua sendo comida”. Muitas vezes a gente não tinha carne, tinha arroz, feijão e salsicha, não tinha mais nada, mas era comida. Eu quero pôr uma coisa, acho pessoalmente que a Casa do Migrante que eu hoje dou minha contribuição, minha retribuição e gratidão, porque não só eu comecei a me manter nesse país, como começou meu trabalho no Brasil, minha história, tudo nessa casa.

Mércia: Você já estava empregada quando saiu da CM? Tinha um lugar para morar?

Nancy: Não tinha onde morar, mas uma indicação me fez conseguir, porque eu falo que a casa é uma referência. Um dos imigrantes com quem eu fiz amizade me fez uma indicação numa escola, onde eu estou até hoje, e por causa desse trabalho eu tirei minha documentação.

Mércia: Que tipo de escola?

Nancy: Uma escola de línguas onde estou até hoje, desde 2003 até hoje. Eu ia ficar 1 ano e ia voltar, e meu irmão ia ficar para trabalhar, daí mudou tudo, meu irmão desistiu, ele não achou emprego, não deu certo aquela igreja que ele queria, e ele se desapontou, e para ele teve outro problema. A gente, na nossa cultura, não come arroz e feijão todos os dias, só mais ou menos de 15 em 15 dias, e na casa o que tinha era isso.

Mércia: E no seu país, você comia o quê?

Nancy: No meu país é variado, frango, peixe, verduras, outros grãos, outros feijões, grão de bico, tem outras favas, e não é comum comer todo dia, manhã, tarde e noite, e aqui é cultural para todo mundo. É a base da alimentação, desde a criança até os adultos, a grande maioria só come isso, e na nossa cultura não é assim. Comemos verduras, brócolis misturado com frango, peixe, então esse choque cultural foi fatal, ele parou de comer, e a gente tinha só salsicha com molho de tomate, e ele não conseguiu aguentar. Ali começa a minha história, eu chego na Casa do Migrante, a pessoa me indica e eu acho um trabalho, e eu fui a primeira. Eu não sabia que poderia dar aula aqui, para mim era difícil entender isso, e eu sabia que quem sai do seu país com nível superior não tem chance de conseguir trabalhar, e me abriram as portas, e eu não imaginei que aqueles dois brasileiros que estavam na Casa do Migrante me indicaram e me levaram até lá, eu nem sabia da importância da avenida Paulista, eu com aquela sensação de ter a oportunidade de arrumar um trabalho, não sabia que meu irmão ia desistir. Fizemos esse trajeto a pé do centro até a avenida Paulista, não tínhamos dinheiro para o metrô. Era sexta-feira, e fiz a entrevista em espanhol, não sabia falar nada em português, o morador da CM, que foi meu tradutor, pulando de alegria disse assim: “Garota!” E eu perguntei o que foi, para ele ficar assim maluco, falando que tinha sido só um teste, e ele disse: “Você não sabe, você começa a trabalhar segunda-feira”, e eu perguntei: “como, se acabei de fazer um teste e eles nem corrigiram a minha prova”. Ele disse que eu era nativa e professora e pronto, eu estava empregada. Eu não acreditava no que tinha acontecido, eu pensava como eu vou explicar em português? Eu não pedi nada e tudo aconteceu. Não sei nem se eu podia atribuir a uma religião.

Mércia: Você é católica?

Nancy: Hoje eu sou muito mais praticante. Naquela época as pessoas diziam: “você tem uma missão” e eu pensava: “que raio que é isso de missão”, e hoje eu sei que é uma missão com os imigrantes. A minha história continua, porque embora eu não tivesse família e nem amigos e nenhuma referência de nada e de ninguém, eu voltava na Casa do Migrante, porque eram as únicas pessoas que eu conhecia na cidade, e aí eu descobri, depois de 6 meses, no último mês antes de sair da casa e de ir embora, que do outro lado tinham peruanos que se organizavam, que tinham paraguaios, chilenos, bolivianos e eu pensei: “por que raios ninguém veio me ver?” E ali eu fiz o contrário, meu compromisso é visitar todo peruano, latino-americano, porque o problema é a língua, e ter alguém que fala nossa língua e que fala português ajuda mesmo que a pessoa esteja de passagem, seja o que for, isso acolhe. Por isso eu falo: fiz amizade com conterrâneos e conheci a América do Sul inteira só com os imigrantes que passaram na Casa do Migrante, conversando, conhecendo os hábitos, o sotaque, a comida, tudo. Ali que eu começo a me interessar, e como eu ia embora em dezembro e estava de passagem, quem ia

dizer que eu ia arrumar trabalho e que meu primeiro salário seria para pagar a passagem de volta do meu irmão? Meu irmão desistiu mesmo do Brasil, parou de comer, e ele era separado da mulher, e a filha de 14 anos adoeceu no Peru, e por todos esses motivos, ele foi o primeiro a voltar. Nesse momento falei: agora sou eu por mim mesma!

Mércia: Aquela senhora peruana te ajudou?

Nancy: Ela me ajudou até na passagem de volta do meu irmão.

Mércia: Nancy, mas e quanto ao acolhimento?

Nancy: Então, ela chegou no Brasil por um coioote, largaram ela no aeroporto, é outra história, e eu estava envolvida, aprendendo a nova realidade do imigrante, a importância da casa que não tem no meu país, embora agora tenha a Congregação dos Scalabrinianos no meu país, e quem ia dizer que fica a 5 minutos da minha casa essa congregação? Estava escrito!

Mércia: Nancy, como está sua vida hoje no Brasil?

Nancy: Eu nunca sofri nada grave aqui, uma discriminação direta, falada, mas senti muita discriminação. A questão da adaptação é complicada, porque começa com a nossa língua, embora a gente fale espanhol, querendo ou não, é importante a ajuda de outro conterrâneo que fale um pouco de português. Por exemplo, tinha um peruano que falava espanhol, um chileno que falava espanhol, um boliviano que falava espanhol, isso é comunicação, mas é importante alguém falar espanhol e português, para tirar dúvidas, para ter liberdade de perguntar qualquer inquietação. Com dois ou três anos à frente, já sei indicar, começo a informar sobre a documentação, conheci um baiano que não falava espanhol e eu não falava português, ele queria casar, eu perguntei “como assim”? Achei que fosse igual nos Estados Unidos, que as pessoas se casam para ficar lá e depois se divorciam. Consultei uma advogada, voluntária da CPM que hoje é minha amiga, e ela disse que casar assim tinha muitas coisas envolvidas, e que seria complicado, então, agradei aquele menino baiano e desisti.

Mércia: Você pensa em voltar para o Peru?

Nancy: Todo ano, o migrante sempre quer retornar, porque, embora seja estável, se sinta confortável, suas raízes e seu coração estão lá, sua família está lá, sua comida está lá, sua música está lá, então eu penso assim: se um dia foram colocadas pedras que desviaram meu caminho para cá, para eu vir, um dia outras pedras vão ser colocadas para que eu volte, porque embora a gente se adapte e se sinta feliz, a gente quer voltar e morrer na nossa terra, e mesmo que ninguém fale, nenhum migrante fale, está no fundo do nosso coração. Quem veio nas décadas de 60 e 70 e criou raízes, é diferente, é outra perspectiva, ali ele fica! Já tem migração de bolivianos enterrados aqui, e que tinham 40, 50 anos como imigrantes no Brasil. Quanto à

igreja, eu escolhi ficar na igreja, fazer parte de tudo isso, e isso me ajudou no contato com os imigrantes. Pouca gente escolhe ficar lá, mas para mim é a motivação para eu não ficar só.

Mércia: Nancy, você quer falar mais alguma coisa?

Nancy: Eu poderia ficar falando a noite inteira, mas acho que por hoje está bom.

Mércia: Então boa noite e muito, muito obrigada!

Nancy: Eu é que agradeço a oportunidade de contar a minha história e por sua paciência.

Entrevista 8 – Concedida pelo Sr. Adlin Daris, em 29 de abril de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Boa tarde!

Adlin: Boa tarde!

Mércia: Qual seu nome completo?

Adlin: Adlin Daris.

Mércia: Qual sua nacionalidade?

Adlin: Haiti.

Mércia: Qual sua idade?

Adlin: 37 anos.

Mércia: Qual o motivo da migração?

Adlin: Trabalho muito difícil, estudo muito difícil e comida muito difícil.

Mércia: Você veio sozinho?

Adlin: Sozinho, eu, só eu a São Paulo.

Mércia: Como você chegou aqui na Casa do Migrante, quem te indicou?

Adlin: Para chegar aqui, pegou avião até República Dominicana, outro avião até Equador e ônibus a São Paulo.

Mércia: Quem te indicou a igreja e a Casa do Migrante?

Adlin: Amigos que chegou antes.

Mércia: Quando você chegou aqui em São Paulo?

Adlin: Eu cheguei fevereiro.

Mércia: E quando você chegou na Casa do Migrante?

Adlin: Um mês, março 2015.

Mércia: Onde você ficou nesse um mês antes de vir para a CM?

Adlin: No primeiro mês, igreja, chão da igreja (auditório da Missão Paz), e depois padre mandou aqui para casa.

Mércia: Adlin, você se sentiu acolhido ou hospedado aqui na CM?

Adlin: Acolhido, muito acolhido! A casa recebeu muito bem, Graças a Deus, muito bem! Come bem, dorme bem, está ficando muito tranquilo, participa do curso de português cada noite da semana, faz um mês, teve ajuda com documento e carteira de trabalhar e se falar português vai trabalhar.

Mércia: Você acha que essa casa foi importante para você, na sua chegada?

Adlin: Sim, muito importante, tudo vai bem, eu comer, dormir, banhar, eu encontro pessoas a falar, muito feliz, muito melhor que Haiti e igreja.

Mércia: Você tem família para trazer do Haiti?

Adlin: Sim, mãe, pai, filho, 1 filho, mas ainda não emprego.

Mércia: Você pretende arrumar um emprego para trazer sua família, é isso?

Adlin: Sim, é isso.

Mércia: Qual a maior dificuldade ou problema que você está encontrando no Brasil?

Adlin: A dificuldade é emprego, eu não tenho um emprego, grande dificuldade.

Mércia: Em breve você vai encontrar!

Adlin: Obrigado, muito obrigado.

Mércia: Eu que agradeço.

Entrevista 9 – Concedida pela Sra. Rozina, que, embora tenha permitido o uso de seu nome, não permitiu a identificação completa, em 30 de abril de 2014, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Boa tarde!

Rozina: Boa tarde!

Mércia: Seu nome, por favor.

Rozina: Meu nome é Rozina.

Mércia: Seu sobrenome?

Rozina: Quero falar somente meu nome.

Mércia: Rozina, qual a sua nacionalidade?

Rozina: Sou da Angola.

Mércia: Qual a sua idade?

Rozina: 41 anos.

Mércia: Você poderia me dizer qual o motivo da migração?

Rozina: Eu saí da Angola porque fui sequestrada, porque falei da igualdade social na igreja que eu frequentava, onde eu fui membro do grupo da igreja. Depois de falar sobre a igualdade social, fui sequestrada e ajudaram eu sair de lá para não ser mais prejudicada.

Mércia: Por que você optou pelo Brasil, ou não foi uma opção?

Rozina: Não, eu não escolhi o Brasil, a pessoa que me ajudou a fugir e que fez tudo é que me falou no dia que eu viajei que eu estava vindo para o Brasil. Só no dia!

Mércia: Você veio sozinha?

Rozina: Eu cheguei aqui com os meus filhos.

Mércia: E como você conheceu a CM?

Rozina: Eu conheci a Casa do Migrante porque fui encaminhada pela Cáritas.

Mércia: Você foi direto do aeroporto para a Cáritas?

Rozina: Não, eu fiquei três dias no hotel perto do aeroporto e procurei ajuda e encontrei um africano que levou eu até o hotel. Eu cheguei aqui sexta-feira, às 13 horas da tarde e só foi na Cáritas terça-feira.

Mércia: E quando você chegou no Brasil?

Rozina: Eu cheguei aqui no dia 7 de Fevereiro de 2014.

Mércia: Quanto tempo você ficou na casa.

Rozina: Eu fiquei seis meses, de dia 11 de fevereiro até dia 4 de agosto de 2014.

Mércia: Rozina, quanto à casa, você se sentiu acolhida ou hospedada?

Rozina: Me acolheram com meus 4 filhos, e eu senti que era uma família que me recebeu, porque eu não esperava que podiam me receber assim. Aqui é minha casa, minha mãe, eu posso falar! Porque só uma mãe acolhe assim o seu filho com quatro crianças. Aqui é uma mãe que me acolheu e cuidou de mim.

Mércia: Você utilizou algum eixo ou serviço da MP ou da CM?

Rozina: Sim, eu fiz um curso de cabeleireira, e até hoje a MP paga meu aluguel. Não, posso falar que pagou até dezembro, porque eu também fiquei um pouco com vergonha, que não podia continuar, porque os nossos irmãos, as mães que estão vindo, toda hora eu vinha incomodar, e aí eu que falei: como meu marido chegou e começou a trabalhar em março, eu parei de vir pegar o aluguel. O padre esse mês se encontramos e ele me falou: precisa alguma coisa? E eu falei: preciso uma casa maior para morar, a que eu tenho é muito pequena, tem dois cômodos para 6 pessoas, não podemos continuar, vou procurar outra casa um pouco grande e ele falou que se eu precisar de ajuda para vim lhe falar. A CM na minha vida, nunca vou esquecer, sou eu e meu Deus que sabemos.

Mércia: Como foi sua adaptação no Brasil e na cidade de São Paulo?

Rozina: Fora da CM senti um pouco difícil, não pode deixar criança sozinha na casa, mas aqui na casa, quando precisava tinha gente para cuidar e quando não tinha, Márcia arrumava.

Mércia: Poderia em poucas palavras me contar sobre sua permanência na casa, coisas boas, coisas ruins e o que você acha que poderia ser melhorado?

Rozina: A dificuldade, posso falar, cada casa tem regras, e lá em Angola onde que eu saía eu andava na minha vontade e quando eu cheguei aqui tinha regras e tinha que acostumar. A regra de manhã, tem que fechar o quarto, mas eu tinha onde ficar com as crianças, mas para acostumar foi difícil, fez muito frio e minha filha tinha 1 ano. Tinha muitas crianças naquele momento na casa, e outras mães não aceitava ficar com as crianças na sala de brinquedo, porque eu, que tinha 4 crianças entre todas as mães, então queriam que eu cuidava quando a moça (pode falar que era você?) não estava, isso estava me fazendo um pouco ruim, porque quando juntava todos os filhos das outras mães também era muitas crianças. Também outra coisa muito ruim quando eu cheguei: a alimentação! É tudo muito diferente de Angola, não é todos dias que come arroz e feijão, mas acostumamos, agora passa dois dias sem arroz e feijão faz pedido para mamãe fazer arroz e feijão.

Mércia: Você pretende ficar no Brasil?

Rozina: Sim, aqui é melhor, a aprendizagem da profissão, cursos gratuitos, tudo lá tem que ter dinheiro, as crianças para estudar tem que ter dinheiro, é um colégio, posso falar, particular. Aqui é tudo bom!

Mércia: Tem algo que você queira acrescentar?

Rozina: Somente o meu obrigada para você e para a Casa do Migrante e também para Márcia e para os padres.

Mércia: Ok, Obrigada.

Entrevista 10 – Concedida pela Sra. Muxima, que adotou esse nome por não autorizar sua identificação, em 4 de maio de 2015, na Rua do Glicério, 225 – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Boa tarde!

Muxima: Boa tarde!

Mércia: Qual seu nome?

Muxima: Meu nome não quero lhe falar, você chama como Muxima.

Mércia: Sem problema. Qual sua nacionalidade?

Muxima: Sou de Angola.

Mércia: Qual sua idade?

Muxima: Completei 38 anos.

Mércia: Você é imigrante ou refugiada?

Muxima: Olha, mesmo com o fim da guerra, a situação ficou muito difícil, eu entrei no Brasil como refugiada.

Mércia: Como você chegou na casa?

Muxima: Eu cheguei por Cáritas.

Mércia: Quando chegou na Casa do Migrante?

Muxima: Cheguei em 2014.

Mércia: Por quanto tempo ficou na casa?

Muxima: De janeiro de 2014 até maio de 2014.

Mércia: Você se sentiu acolhida ou hospedada pela Casa do Migrante?

Muxima: Olha, eu fui acolhida, me receberam, alimentaram eu, meu marido e meus filhos, mas não gostei, porque eu ficava num quarto e meu marido do outro lado do pátio. É muito difícil, com 3 crianças pequenas, não poder o marido ajudar, mas a CM arrumou emprego para meu marido e um curso para mim, e tinha gente para cuidar das crianças quando a gente precisava. As crianças iam sempre passear com a Vivi, foram no cinema, na lanchonete, num parque grande e também receberam roupas e brinquedos. Pelo emprego do meu marido, nós alugamos uma casa bem pequena, mas ajudou a gente a virar uma família de novo, hoje eu tenho mais filho que nasceu no Brasil. O Brasil agora é minha casa.

Mércia: Você acha que a casa teve alguma importância na sua vida?

Muxima: Sim, foi importante.

Mércia: Como foi sua adaptação no Brasil e na cidade de São Paulo?

Muxima: Foi difícil, foi ruim. Minha filha não queria comer comida do Brasil, arroz e feijão, não gostou. Tive que ir em muitos médicos, porque ela ficou muito magra.

Mércia: Poderia, em poucas palavras, me contar sobre sua permanência na Casa do Migrante, coisas boas, coisas ruins e coisas que poderiam ser melhoradas?

Muxima: Fiz amigos na casa, porque encontrei gente de Angola, e as crianças brincavam juntas e brigavam também.

Mércia: Muxima, tem alguma coisa que você queira acrescentar?

Muxima: Não.

Mércia: Muito obrigada!

Muxima: Obrigada.

Entrevista 11 – Concedida pela Sra. Glaza, que adotou esse nome por não autorizar sua identificação, em 4 de maio de 2015, na residência da entrevistada, no bairro do Glicério – Liberdade – São Paulo – SP.

Mércia: Boa tarde!

Glaza: Boa tarde!

Mércia: Qual seu nome?

Glaza: Pode me chamar de Glaza.

Mércia: Qual sua nacionalidade?

Glaza: República Democrática do Congo.

Mércia: Qual sua idade?

Glaza: 37 anos.

Mércia: Glaza, você poderia me falar sobre os motivos da migração?

Glaza: Não foi migração, como você está falando, eu sou refugiada.

Mércia: Então, você poderia me dizer os motivos do refúgio?

Glaza: Eu fui perseguida política, o Congo está com muitos problemas políticos e a gente não tem o direito de não concordar com o governo, e se você não concorda, eles vêm atrás de você e te sequestram, e você nunca mais volta para sua casa.

Mércia: Como você chegou ao Brasil e na Casa do Migrante?

Glaza: Eu não escolhi o Brasil, mas foi a única embaixada que facilitou a minha saída do Congo, então eu vim aqui.

Mércia: E quanto à Casa do Migrante, como você chegou lá?

Glaza: O marido de uma conhecida veio do Congo, e a Cáritas mandou ele para lá, depois trouxe a mulher e os dois filhos, e eles moraram lá na Casa do Migrante, e então eu sabia que tinha um abrigo para refugiados aqui em São Paulo, e eu vim e também fui na Cáritas.

Mércia: Quando foi isso? Quando você chegou na Casa do Migrante?

Glaza: Cheguei aqui numa quinta-feira, em dezembro de 2013, não, 2012.

Mércia: Você veio sozinha?

Glaza: Não, eu vim com o meu filho.

Mércia: Por quanto tempo você ficou na Casa do Migrante?

Glaza: Eu saí de lá em março de 2013, dava quase 4 meses.

Mércia: Você se sentiu acolhida ou hospedada pela Casa do Migrante?

Glaza: Todo mundo que trabalha lá foi muito bom para mim, Francisco é muito bom, é bravo, mas é bom. Tive roupa, remédio também, e meu filho ganhou roupa e brinquedo do Natal, e tive ajuda com curso de português.

Mércia: Glaza, você teve alguma ajuda com documentação, emprego, curso, advogado, saúde ou outro tipo de ajuda que facilitou sua adaptação na cidade de São Paulo?

Glaza: Olha, eu tive creche para meu filho, que foi a Casa do Migrante que me arrumou, mas o que foi bom, muito bom, foi o curso de português, porque eu só sabia falar “bom dia” e “obrigada” e mais nada, e tinha um cartãozinho com o meu nome e o endereço e o telefone da Casa do Migrante para eu poder voltar com o metrô. Porque eu saía da casa para ir na Cáritas e para ir na polícia, e um dia eu não sabia voltar e fiquei com medo.

Mércia: Teve mais algum serviço que você tenha utilizado?

Glaza: Eu tirei minha carteira de trabalhar e também teve uma médica que cuidou do meu filho, que tinha muita febre, e quem comprou o remédio foi Casa do Migrante.

Mércia: Você acha que a Casa do Migrante teve alguma importância na sua vida?

Glaza: Foi muito importante, porque eu ia ficar na rua com meu filho, porque eu não tinha dinheiro para ir no hotel.

Mércia: Você poderia me falar como foi a adaptação na cidade de São Paulo?

Glaza: No começo foi muito ruim, não gostava da comida do Brasil, do arroz com feijão, meu filho também não gostava da comida do Brasil, e quando eu tinha algum dinheiro eu comprava frutas para nós dois comermos, mas era difícil ter dinheiro. Tudo foi ruim até conseguir falar português e ir trabalhar. Depois que foi trabalhar, já teve dois empregos no Brasil, daí tem dinheiro, pouco dinheiro, mas ajuda a comprar comida e pagar essa moradia, esse quarto.

Mércia: Poderia, em poucas palavras, me contar como foi sua experiência na Casa do Migrante, coisas boas, coisas ruins ou coisas que poderiam ser melhoradas?

Glaza: Coisa muito boa é que eu podia ser evangélica e ninguém achava ruim e nem falava que tinha que ir na igreja, tinha cama, armário, roupas, comida (não era igual do Congo, mas a gente comia), quando eu ia fazer faxina, a moça que eu não lembro nome levava meu filho na creche e buscava, todo mundo da Casa do Migrante ajuda a gente a ter um pouco de esperança. Coisa muito ruim é que tem que sair, quando você quer ficar você tem que sair, não tinha nada para fazer na rua, mas tinha que sair, e dia que estava chuva tinha que sair.

Mércia: Glaza, tem algo que você queira acrescentar?

Glaza: Não, quero que vai aí nem meu nome e nem o do meu filho!

Mércia: Quanto a isso, você pode ficar tranquila, porque, para colocar seu nome, você teria que me dar essa autorização por escrito, com a sua assinatura, sem isso eu não posso colocar seu nome. Mas será colocado tudo o que conversamos, mas com o nome de Glaza, certo?

Glaza: Certo, mas também não quero que fala meu nome na Casa do Migrante.

Mércia: Tudo bem, sua vontade será respeitada. Boa tarde e obrigada!

Glaza: Obrigada!

Entrevista 12 – Concedida pelo Sr. João, que adotou esse nome por não autorizar sua identificação, em 5 de maio de 2015, no estabelecimento comercial do entrevistado, no Bairro do Glicério – Liberdade – São Paulo-SP.

Mércia: Boa tarde!

João: Boa tarde!

Mércia: Eu estou aqui num estabelecimento comercial com um ex-morador da Casa do Migrante que não quer ser identificado e será chamado de João, conforme sua solicitação. João qual sua nacionalidade?

João: Eu sou da República Democrática do Congo.

Mércia: Qual sua idade?

João: 40 anos.

Mércia: Há quanto tempo você chegou ao Brasil?

João: Eu cheguei 2012, faz dois anos e pouco.

Mércia: Você é refugiado ou imigrante?

João: Eu sou refugiado.

Mércia: Qual o motivo do refúgio?

João: Foi perseguição por causa de conflitos políticos, foi perseguição.

Mércia: Por que você veio para o Brasil, especificamente?

João: Quando uma pessoa foge do país dela, não tem como escolher o país que quer ir, mas normalmente a gente deve ir para país que fala francês. A gente tem uma colonização da Bélgica, e Bélgica ensinou a falar francês, mas como a gente tá pedindo refúgio, chega um tempo que as embaixadas de onde fala francês não deixam ir e não dão visto, e aí a gente tenta conseguir outro lugar que não precisa falar francês, mas que a gente pode ficar na paz. Aí a gente tentou outros comitês e pegou visto para Brasil, não escolheu Brasil.

Mércia: Você veio sozinho ou acompanhado?

João: Eu chegou sozinho.

Mércia: Você já falava português?

João: Sem falar português.

Mércia: Aonde você foi primeiro quando chegou em São Paulo?

João: Quando eu chegou, não tinha endereço de ninguém, e eu vim buscar um hotel para ficar, mas aqui tem muita gente que tem maldade, e uma pessoa me levou para um lugar que eu não sabia, me enganou de olho no pouco dinheiro que eu tinha, e eu ficou numa situação pior ainda. Uma pessoa do Congo falou que aqui podia ser acolhido numa casa que se chama Casa do

Migrante, mas que só Cáritas podia mandar para lá. Fui primeiro no Cáritas, era quarta-feira e Cáritas não trabalhava, e me levaram no Pedroso para dormir, onde tinha muita gente maluco. No outro dia consegui voltar no Cáritas e felizmente me mandou na Casa do Migrante.

Mércia: Quanto tempo você morou na casa?

João: Eu morei na Casa do Migrante quase cinco meses e pouco.

Mércia: João, você se sentiu acolhido ou hospedado na Casa do Migrante?

João: Muito, muito acolhido!

Mércia: O que você entende por acolhimento?

João: Acolhimento é um jeito de receber uma pessoa e ajudar ela a conseguir um bom futuro e deixar a pessoa ficar feliz naquela nova situação, porque a pessoa está muito desesperada no país que não conhece a língua, não conhece as pessoas e não tem dinheiro e nem comida e nem documento. Eu só não gostei na casa foi de ajudar na limpeza, porque na nossa cultura, normalmente, homem não ajuda, não cozinha, não limpa o chão, não arruma cama, tinha muita coisa que parecia novo para mim, e eu tinha vergonha das mulheres do Congo ver eu fazer isso. Isso foi difícil de adaptar, mas aquilo que foi legal foi uma gente que me dá uma nova cultura, na Casa do Migrante a gente está pegando uma nova cultura, que é uma cultura brasileira. Aquela cultura que você tem que cuidar da sua vida, você tem que cuidar de tu mesmo, isso foi uma lição que eu aprendi na Casa do Migrante, como viver com outras nacionalidades e como entender outras pessoas.

Mércia: Você é católico?

João: Eu não sou católico, sou evangélico.

Mércia: João, você teve algum problema ou alguma discriminação por não ser católico?

João: Eu não sou católico, sou evangélico, e nunca isso foi problema na Casa do Migrante. Não quis saber se sou católico, evangélico ou outra religião, recebeu eu e pronto, não ligou, isso também é acolhimento! Porque em outros casos, se você não tem a mesma religião, igreja não vai cuidar de você.

Mércia: João, você utilizou algum eixo ou algum serviço da MP?

João: Tudo que eu sou aqui no Brasil, o jeito que eu estou hoje, foi a direção que a Casa do Migrante me deu para estar aqui no Brasil, porque a primeira coisa é a língua, a língua é o primeiro ponto de integração de um povo para outro povo, e eu aprendi a língua portuguesa na Casa do Migrante, usou muitas coisas para aprender, tem aí o curso de português, uma TV, a gente fica olhando a TV e tem pessoas falando com a gente e dando uma oportunidade de aprender a língua, te ajuda para entender a língua. Quando eu chegava para comer ouvia: Bom

dia! E foi na Casa do Migrante que escutei o primeiro “Bom dia”, quando cheguei na Casa do Migrante já estava no Brasil havia 4 dias e ninguém falou assim comigo.

Mércia: Nesses 4 dias que antecederam sua entrada na Casa do Migrante, você não encontrou ninguém solidário ou acolhedor?

João: Antes ninguém me ajudou, muita maldade aqui no Brasil, só me ajudou Cáritas e depois Casa do Migrante.

Mércia: Além da ajuda com a língua portuguesa, você obteve outro tipo de ajuda?

João: Teve ajuda, fez curso de língua portuguesa e tive documento, fez por mim muita coisa. Tem muita saudade da Casa do Migrante, lá fiz amigos que tenho até hoje, podia morar lá 10 anos, mas não dá.

Mércia: Você trouxe sua família?

João: Sim, depois de 11 meses, trouxe não todo mundo, só poucos filhos, e eu cuido dos filhos e tomo conta desse negócio que eu abri aqui perto da Casa do Migrante e dá conta de tudo.

Mércia: Então essa *lan house* é sua?

João: Sim, é minha, trabalhei em outros lugares e com o dinheiro que eu ia guardando, eu já tinha essa ideia.

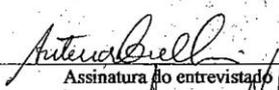
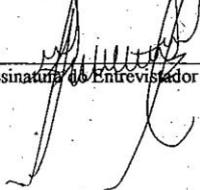
Mércia: João, você quer acrescentar alguma coisa?

João: Não, não quero!

Mércia: Ok, muito obrigada!

João: Muito obrigado.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL	
Pelo presente documento, eu: <u>ANTENOR JOAO DALLA VECCHIA</u>	
Entrevistado:	
Nacionalidade: <u>BRASILEIRA</u>	Estado Civil: <u>SOLTEIRO</u>
CPF:	RG: <u>32422635-1</u>
Domiciliado e residente em: <u>SÃO PAULO</u>	Cidade: <u>SÃO PAULO</u>
Bairro: <u>LIBERDADE</u>	Cep:
Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefanelli	
Nacionalidade: Brasileira	
Profissão: Bióloga	
CPF: 104.195.338-00	
RG 22.188.923-1	
Domiciliado na cidade de São Paulo	
Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de <u>SÃO PAULO</u> em <u>10/04/2015</u> .	
O pesquisador acima fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.	
<u>São Paulo</u> , 16 de <u>abril</u> de <u>2015</u>	
 Assinatura do entrevistado	
 Assinatura do Entrevistador	

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu: *(Dado Adelin) Adelin Davis*

Entrevistado:

Nacionalidade: *Haitiana*

Estado Civil: *Solteiro*

CPF: *703-007-302-92*

RG:

Domiciliado e residente em:

Cidade: *São Paulo*

Bairro: *Liberdade*

Cep: *04514043*

Declare ceder a pesquisadora Mécia Maria Cruz Stefanelli

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

CPF: 104.195.338-00

RG 22.188.923-1

Domiciliado na cidade de São Paulo

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao entrevistado na cidade de *São Paulo* em *05/05/2015*

O pesquisador acima fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

São Paulo *05* de *05* de *2015*

Adelin Davis

Assinatura do entrevistado

Assinatura do Entrevistador

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu:

Entrevistado:

Nacionalidade:

CPF:

Domiciliado e residente em:

Bairro:

Cep:

Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefanelli

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

CPF: 104.195.338-00

RG 22.188.923-1

Domiciliado na cidade de São Paulo

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de SÃO PAULO em 22.04.2015

O pesquisador acima fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

São Paulo, 22 de Abril de 2015

Assinatura do entrevistado

Assinatura da Entrevistadora

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu:

Entrevistado: LUIS ALFONSO ESPINAL VARGAS
 Nacionalidade: Colombiano Estado Civil: 2º Lig. Cas
 CPF: 1 RG: CRNE) 4801566-0
 Domiciliado e residente em: RUA DO GLICERIO, 1275
 Bairro: L. BENEDE Cidade:
 Cep:

Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefaneli

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

CPF: 104.195.338-00

RG: 22.188.923-1

Domiciliado na cidade de São Paulo

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de SÃO PAULO em 22/04/2015

O pesquisador acima fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

SÃO PAULO, 22 de ABRIL de 2015

Luis Espinal CAS

Assinatura do entrevistado

Assinatura do Entrevistado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu:

Entrevistado: MARCIA LOURDES DE ARAUJO

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: SOLTEIRA

CPF: 154 567 358-86

RG: 23.630.806-3

Domiciliado e residente em: RUA MONSEN HOR MANOEL GOMES

Bairro: V-ZATT

Cidade: SÃO PAULO-SP

Cep: 02975-120

Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefanelli

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

CPF: 104.195.338-00

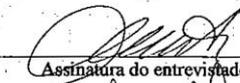
RG: 22.188.923-1

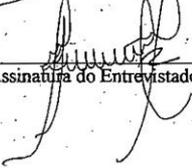
Domiciliado na cidade de São Paulo

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de SÃO PAULO em 20/01/15.

O pesquisador acima fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

SÃO PAULO, 20 de JANEIRO de 2015


Assinatura do entrevistado


Assinatura do Entrevistador

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

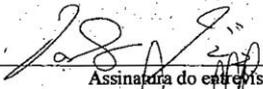
Pelo presente documento, eu: **PAOLO PARISE**
Entrevistado:
Nacionalidade: **ITALIANA** Estado Civil: **solteiro**
CPF: **RG: 1206488-0**
Domiciliado e residente em: **R. do Glicério 225**
Bairro: **Liberdade** Cidade **São Paulo**
Cep:

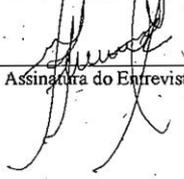
Declaro ceder a pesquisadora **Mércia Maria Cruz Stefanelli**
Nacionalidade: **Brasileira**
Profissão: **Bióloga**
CPF: **104.195.338-00**
RG **22.188.923-1**
Domiciliado na cidade de **São Paulo**

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevistá-lo na cidade de **SÃO PAULO** em **21/01/2015**.

O pesquisador acima fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

São Paulo, 21 de **Janeiro** de **2015**.


Assinatura do entrevistado


Assinatura do Entrevistador

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

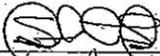
Pelo presente documento, eu: SERGIO Luis Silveira
 Entrevistado:
 Nacionalidade: BRASILEIRO Estado Civil: CASADO
 CPF: 063.791.878-98 RG:
 Domiciliado e residente em: Rua João DE CARVALHO n: 36 APTO 907
 Bairro: LIBERDADE Cidade: SÃO PAULO
 Cep: 01514-020

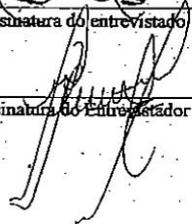
Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefanelli
 Nacionalidade: Brasileira
 Profissão: Bióloga
 CPF: 104.195.338-00
 RG 22.188.923-1
 Domiciliado na cidade de São Paulo.

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de SÃO PAULO em 06/06/2014.

O pesquisador acima fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

SÃO PAULO, 06 de Junho de 2014.


Assinatura do entrevistado


Assinatura do Entrevistador

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu: Edith Nancy Olivares Segundo

Entrevistado:

Nacionalidade: Paraguaya

Estado Civil: Solteira

CPF:

RG: Y593765-0

Domiciliado e residente em:

Bairro: Bela Vista

Cidade: S.P.

Cep:

Declaro ceder a pesquisadora Mércia Maria Cruz Stefanelli

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

CPF: 104.195.338-00

RG 22.188.923-1

Domiciliado na cidade de São Paulo

Sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade dos direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que postei ao entrevista-lo na cidade de _____ em ____/____/____.

O pesquisador acima fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva: sua integridade e indicação de fonte e autor.

SÃO PAULO 23 de ABRIL de 2015.


Assinatura do entrevistado


Assinatura do Entrevistador